

UNIVERSIDADE ABERTA



**A IMIGRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA NA ALEMANHA. A
MEDIAÇÃO INTERCULTURAL NO ENSINO DE
PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA ENQUANTO
ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.**

Thalita Vasconcelos de Sá Moura Dittmaier

Mestrado em Língua Portuguesa – Investigação e Ensino

2015

UNIVERSIDADE ABERTA



**A IMIGRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA NA ALEMANHA. A
MEDIÇÃO INTERCULTURAL NO ENSINO DE
PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA ENQUANTO
ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.**

Thalita Vasconcelos de Sá Moura Dittmaier

Mestrado em Língua Portuguesa – Investigação e Ensino

Dissertação de mestrado orientada pela Professora Doutora Rosa Maria Sequeira

2015

RESUMO

Na gestão de choques culturais oriundos da diversidade do mundo globalizado, acreditamos que o ensino de línguas estrangeiras possa exercer uma função significativa em contextos multiculturais complexos como a sociedade alemã atual. Para tanto, partimos do pressuposto de que ensinar língua é ensinar cultura, do mesmo modo que circunscrevemo-nos à imigração luso-brasileira na Alemanha e ao ensino-aprendizado de língua portuguesa não materna. Alicerçado por quadros teóricos desenvolvidos no âmbito da investigação nas áreas de comunicação intercultural, o presente estudo pretende, pois, lançar um olhar sobre o ensino de línguas estrangeiras no que diz respeito à integração social. Assim, foram relacionados aspectos linguísticos e culturais, os quais são capazes de conferir um caráter ainda mais humanitário à atuação do professor de línguas, reconhecido aqui como mediador.

Palavras-chave: cultura, integração, interculturalidade, mediação.

ABSTRACT

For a better management of cultural shocks originated from the diversity of the globalized world, we believe that language teaching can have a significant role in complex multicultural contexts such as the current German society. In this way, we assume that teaching languages is teaching cultures, in the same way we delimit our scope by means of the Luso-Brazilian immigration in Germany and the Portuguese teaching as a foreign language. Supported by the theoretical frames developed by the research in the intercultural communication area, the present study intends thus to analyse the contribution of foreign language teaching to social integration. Therefore, linguistic and cultural aspects were related, being able to provide even more humanitarian attributes to the work of a language teacher, here recognized as a mediator.

Key-words: culture, integration, interculturality, mediation.

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas pelas palavras de força e pela ajuda recebida.

Aos meus familiares e, em especial, ao meu marido, que através de seu amor e paciência, acreditaram em mim e não me deixaram esmorecer por um só instante.

À minha orientadora, por todo o apoio, solidariedade e responsabilidade acadêmica, e, principalmente, por tornar este projeto uma realidade.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	7
I EUROPA: UMA IDENTIDADE FLUTUANTE	9
I.I A Europa do século XXI	10
I.II Migrações e a economia social de mercado	18
I.III A imigração luso-brasileira na Alemanha	27
II MEDIAR ENTRE CULTURAS	32
II.I A integração e o ensino-aprendizado de línguas	33
II.II A mediação intercultural	39
II.III Valores pedagógicos da mediação: o professor-mediador	44
III INTERFACES CULTURAIS	49
III.I A questão da cultura	50
III.II Alemães, brasileiros e portugueses	55
III.III Ensinar cultura na aula de língua estrangeira	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
BIBLIOGRAFIA	76
ANEXOS	79

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Tabela 1.1 – Entradas e saídas nas fronteiras da Alemanha de 1991 a 2012	22
Gráfico 1.1 – Faixa etária da população alemã e estrangeira em 31 de dezembro de 2011	23
Quadro 2.1 – <i>The Common Basic Principles on Integration</i>	35
Quadro 3.1 – Culturas em alto e baixo contexto	56
Quadro 3.2 – Monocronia vs. Policronia	60
Gráfico 3.1 – Brasil/Portugal/Alemanha	64

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho tem os fluxos migratórios de portugueses e brasileiros na Alemanha como ponto de partida para um estudo mais aprofundado do caráter intercultural passível de ser alcançado através da mediação no ensino de língua portuguesa não materna. Para tanto, um dos desafios será abordar as relações intrínsecas existentes entre língua e cultura, bem como suas influências na área educacional e nas questões integracionistas.

Graças à extraordinária revolução tecnológica e aos ares da globalização, a Europa apresenta-se como um palco relevante quanto à transposição de fronteiras e às controvérsias do mundo pós-moderno. A disparidade econômica entre seus países é, em grande parte, responsável pelos intensos movimentos migratórios no continente, clamando por uma maior atenção no tratamento do imigrante e sua bagagem linguístico-cultural, o que afeta, por conseguinte, a perspectiva no ensino de línguas estrangeiras.

Apesar da crise econômica global, devastadora desde 2008, a Alemanha, de economia sólida, recebe cidadãos de inúmeras origens e, por mais que se observe a predominância de poloneses, romenos e turcos, é inegável a presença cada vez maior de imigrantes portugueses e brasileiros no país. Ainda que estes grupos sejam menores em relação àqueles, pretendemos tê-los como referência, sob o enfoque do ensino de língua e cultura, na abordagem de potencialidades da mediação intercultural enquanto facilitadora do complexo processo de entendimento do Outro.

Em se tratando da intervenção mediadora há que se considerar que o termo “mediação” adquire significados diferenciados dependendo da postura teórica e campo de atuação adotados e, a fim de relacionar língua e cultura, esta proposta terá como alicerce os preceitos culturais de Hall, Trompenaars e Hofstede. Na sequência, mais detalhadamente, a dissertação é composta por quatro capítulos, divididos da seguinte forma:

- a. No primeiro teremos um breve panorama histórico da Europa, ilustrando seu percurso em meio à diversidade cultural desde os seus primórdios. Com as mudanças ocorridas devido à globalização, atentaremos para a Europa contemporânea e as imigrações em massa; tal qual a necessidade em se aventurar pelo pluralismo cultural aberto ao diálogo. Além disso, trataremos da Alemanha no contexto europeu, enfatizando dados estatísticos acerca da imigração luso-brasileira no país.

- b. O segundo capítulo depreenderá como possível e positivo o encontro de culturas, no que então discutiremos “multiculturalismo” e “interculturalidade”. Ademais, a mediação intercultural e seus atributos pedagógicos irão nos conduzir à ideia do *professor-mediador*. Visto que a interculturalidade contempla a interação e a transformação social, o ensino-aprendizado de línguas estrangeiras configurar-se-á como espaço promissor ao contato com o Outro e ao desenvolvimento de habilidades que vão além do conhecimento linguístico.
- c. No terceiro capítulo veremos a cultura, suas designações e nuances ao longo dos tempos, assim como suas implicações relevantes no domínio educacional. Na medida em que a língua corresponde a uma manifestação de identidade, a aquisição cultural será discutida às luzes da figura do “iceberg”. Com o propósito de salientar a importância do ensino de cultura (não como um construto caricato) na aula de língua estrangeira, também aqui serão comparadas as culturas alemã, brasileira e portuguesa, baseadas em critérios contextuais, espaciais e temporais.

CAPÍTULO I

EUROPA: UMA IDENTIDADE FLUTUANTE

Disfarçado em touro, Júpiter raptara Europa, filha de Agenor, rei da Fenícia. Agenor ordenou a seu filho Cadmo que saísse à procura da irmã e não voltasse sem ela. Cadmo partiu e procurou a irmã por muito tempo e por longínquas terras, mas não conseguiu encontrá-la. Não se atrevendo a regressar sem cumprir a missão, consultou o oráculo de Apolo, para saber em que país deveria fixar-se. O oráculo respondeu que ele encontraria uma vaca no campo e deveria segui-la, acompanhando-a aonde fosse, e onde a vaca parasse, ele deveria construir uma cidade e chamá-la de Tebas. (Thomas Bulfinch)

I.I A Europa do século XXI

Na Antiguidade Clássica encontramos a origem da palavra *'Europa'*, a bela princesa fenícia raptada por Zeus. Sob a forma de um touro, o pai dos deuses levou-a para Creta, onde, mais tarde, viria a se tornar mãe do rei Minos. O conto agradou a muitos poetas, que passaram a designar por *'Europa'* os territórios fora da Grécia. O termo, no Mundo Antigo, nomeava as terras situadas à margem esquerda do mar Egeu, em oposição àquelas localizadas no seu lado oriental, a Ásia. Passando pela ascensão do Império Romano, pela divisão do mesmo entre Ocidente e Oriente e pela queda de Roma no século V, com as invasões bárbaras, a palavra *'Europa'* continuou a ser disseminada.

Com as conquistas árabes de partes da Ásia e da África, incluindo o Egito e até mesmo a Península Ibérica, o conceito geográfico de “Europa”, atrelado à referência do cristianismo, disseminou-se no Ocidente, sendo, então, considerado como “continente”. A Europa singularizava, portanto, um complexo processo de fusão entre a cultura greco-latina, as práticas culturais dos bárbaros e a tradição cristã medieval. Contudo, por suas raízes mitológicas pagãs e sua relação com o Império Bizantino Oriental, o vocábulo *'Europa'* praticamente não foi utilizado durante a Idade Média, em detrimento de termos como *'Cristandade'* e *'Ocidente'*.

Por outro lado, o interesse pela cultura clássica, as expansões marítimas e o contato cada vez maior com povos originários de outros continentes levaram a uma progressiva substituição da palavra *'Ocidente'*, de feição religiosa, por *'Europa'*, acepção mais laica. Não menos relevante nesse período renascentista foi o impacto religioso-político das doutrinas de Lutero e Calvino, representantes da fragmentação do cristianismo latino. Com efeito, a dissociação da religião ao poder político, às luzes iluministas do século XVIII, abriu espaço para a afirmação do Estado soberano. Logo, podemos observar o estabelecimento da Europa enquanto “civilização”, contrária à ideia de “barbárie”, bem como a questão dos limites geográficos envolvendo o leste europeu, o qual passou a ser tema frequente de discussão com a aproximação da Rússia ao Ocidente, simbolizada na fundação de São Petersburgo, capital do Império Russo.

Na partilha da Ásia e da África, a Europa do século XIX foi marcada pelo descontentamento das grandes potências imperialistas da época, a saber, o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro, o Império Britânico, o Império Otomano, o Império Russo, a

Terceira República Francesa e a Itália. No início do século XX, em 1914, configurando o gatilho da I Guerra Mundial, foi assassinado Francisco Ferdinando, príncipe do Império Austro-Húngaro, por um nacionalista sérvio contrário à influência da Áustria-Hungria na região dos Bálcãs. Percebemos, pois, o decurso fastidioso e ambivalente quanto à delimitação do território europeu, tal como a “exclusão” da península balcânica deste âmbito, ao passo que a Grécia, por seu prestígio cultural, manteve intocável seu status de “Europa”. Resumindo, os Bálcãs e o Império Otomano foram distanciados daquilo que se compreendia por Europa, manifestando, desde então, a conflituosa relação existente entre “leste” e “oeste”.

Após a II Guerra Mundial, a Europa foi palco da rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética. Nesse contexto dominado por alianças estratégicas e ideológicas, sublinhamos a preferência por uma ‘Europa’ dicotômica, referida no plural, ou seja, a existência de uma ‘Europa Ocidental’ e uma ‘Europa do leste’. Esta se opunha à burguesia liberal do lado ocidental, enquanto aquela correspondia aos Estados europeus que aceitavam as regras do capitalismo de mercado. Com a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, a fronteira entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental foi aberta pela primeira vez em 28 anos, suscitando, logo depois, a reunificação do país. Assim, com o desmoronamento do comunismo na Europa do leste, a Europa pós-Guerra Fria passou a se envolver em direção ao maior projeto de alargamento de sua história: a criação da União Europeia.

Na verdade, esse processo iniciou-se em 1952, quando seis países (França, Itália, República Federal da Alemanha, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo), num primeiro esforço de integração supranacional, renunciaram parte de sua soberania em benefício da *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* (CECA). Em 1957, na tentativa de organizar um mercado comum europeu, instituiu-se a *Comunidade Econômica Europeia* (CEE), que, futuramente, viria a se tornar a *União Europeia* (doravante UE).

Conforme novos países foram admitidos à UE, os tratados fundadores foram sendo modificados. Com isso, estrategicamente, sem adentrar em aspectos geográficos ou culturais, delinear-se alguns princípios gerais na constituição do novo bloco. Para aderir à UE, qualquer país que apresente sua candidatura deve respeitar as condições impostas pelos *Crítérios de Copenhaga*, os quais demandam dos países candidatos um Estado de direito democrático; uma economia de mercado com capacidade competitiva; a capacidade de observância das obrigações inerentes à adesão e, por fim, a criação de mecanismos que permitam a transposição do direito europeu para a legislação nacional.

A UE conta, atualmente, com 28 Estados-Membros, especificados a seguir com seus respectivos anos de adesão: Alemanha (1952), Áustria (1995), Bélgica (1952), Bulgária (2007), Chipre (2004), Croácia (2013), Dinamarca (1973), Eslováquia (2004), Eslovênia (2004), Espanha (1986), Estônia (2004), Finlândia (1995), França (1952), Grécia (1981), Hungria (2004), Irlanda (1973), Itália (1952), Letônia (2004), Lituânia (2004), Luxemburgo (1952), Malta (2004), Países Baixos (1952), Polônia (2004), Portugal (1986), Reino Unido (1973), República Tcheca (2004), Romênia (2007) e Suécia (1995). Ressaltamos ainda a formação da *Zona do Euro*, composta por 18 dos 28 países citados acima, os quais adotam o *euro* como moeda oficial comum. São eles: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letônia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

A propósito, estão a caminho da participação na UE a Albânia, a Antiga República jugoslava da Macedônia, Islândia, Montenegro, Sérvia e Turquia. É, sobretudo, a adesão deste último que evidencia, novamente, a complexidade inerente às dimensões culturais da Europa, um desafio para os decisores políticos do grupo. Além disso, Bósnia-Herzegovina e o Kosovo são potenciais países candidatos. De qualquer modo, notamos que não há qualquer referência explícita aos contornos geopolíticos europeus no desenvolvimento da atual UE. Tal omissão é pertinente na medida em que deixa em aberto quem pode ou não ser membro da comunidade. Os acordos e as opiniões estão longe de chegar a um consenso.

Os contos de origem da Europa foram escritos há mais de dois milênios e, não obstante, o rapto da filha de Agenor continua a ilustrar tanto o “caminhar” europeu envolto na diversidade cultural e nas transformações ao longo dos tempos quanto a relação de impasse da Europa contemporânea. A miscelânea entre mito e História estampa, aliás, o caráter flutuante e persistentemente inacabado da identidade europeia. Para tanto, algumas considerações de Bauman (2012):

(...) a Europa não é algo que se descubra, mas uma missão – algo a ser produzido, criado, construído. E é preciso muita engenhosidade, sentido de propósito e trabalho duro para realizar essa missão. Talvez um trabalho sem fim, um desafio eternamente a ser vencido, uma expectativa jamais alcançada.

Ao assinalarmos os principais episódios responsáveis pela estruturação de uma identidade supostamente europeia, reconhecemos a constância das mudanças no mundo, com ênfase para o rumo tomado pela Europa e pelos europeus perante o impacto do fenômeno da globalização. Esta, por sua vez, vem se impondo não só como a fase mais avançada do

capitalismo, mas, principalmente, como uma integração, em proporções mundiais, de cariz econômico, político, social e cultural.

Oriundos dos avanços nos meios de transportes e nas telecomunicações, os processos globalizadores permitiram, em extensões outrora inimagináveis, o encurtamento das distâncias entre países, mercadorias e pessoas. Leffa (2002) destaca, por exemplo, a força da internet e suas influências ao conciliar a palavra escrita da imprensa, a fala do rádio, a imagem em movimento da televisão e as características do telefone. Ela é uma das evoluções tecnológicas mais notáveis no que se refere às novas maneiras de tratamento da informação e, por conseguinte, à expansão das relações entre os seres humanos. O autor faz alusão ao “encolhimento do planeta”, motivador de uma maior aproximação entre línguas e culturas distintas, ao contrário do afastamento vivenciado no passado.

A globalização define-se, portanto, como uma condensação espaço-temporal capaz de encerrar as multifacetadas transformações em curso. Essa reconceitualização das noções de espaço e de tempo corresponderá, por seu turno, a um Estado menos propenso à preservação de uma identidade nacional, visto que este Estado tende a ter como referência, para a promoção de seu próprio crescimento, o mundo como um todo. Nas palavras de Carnoy (2002: 107),

A mundialização redefine a cultura porque ela rechaça os limites do tempo e do espaço, assim como a relação dessas coordenadas com o ser humano; reduz, também, a legitimidade das instituições políticas nacionais no tocante à definição da modernidade.

Se a globalização sensibiliza as circunstâncias identitárias, atentemos para o papel da Europa nessa conjuntura. Primeiramente, sem pretensões eurocêntricas, admitimos que não se pode conceber a história do mundo sem o ímpeto europeu. Para o bem ou para o mal, o mundo foi reinventado por uma Europa ambiciosa em disseminar seus conceitos de “civilização” e “progresso”. Por acréscimo, não podemos deixar de evocar a abordagem violenta e soberba utilizada pelos europeus para com o globo à sua volta, bem como as atrocidades cometidas em nome de uma missão “civilizatória”.

Assim, diante da inevitabilidade da globalização, o pensamento eurocentrista encontra-se forçado a se curvar a uma nova ordem mundial, cedendo lugar, mesmo que a passos relativamente lentos e muitas vezes incertos, a uma sociedade mais igualitária e multicultural. Embora se manifeste em condições paradoxais, uma era globalizada aparenta estar mais preparada para compreender a necessidade do multiculturalismo para a continuidade da

espécie humana. Um multiculturalismo que, ao invés da brutalidade e da opção pela guerra, permita combinar diferentes recursos na transformação de conflitos em oportunidades de mudança, as quais, progressivamente, introduzirão novas formas de convívio e de aceitação das diferenças.

A unificação institucional da Europa pode, à primeira vista, soar como uma atitude defensiva de reafirmação de identidade frente a um novo arranjo internacional. Todavia, com seus erros e acertos, o formato da UE vem se atestando como um passo importante no que diz respeito às responsabilidades supracontinentais, posto que o passado turbulento da Europa conferiu-lhe um acúmulo de lições aprendidas. Um dos grandes ensinamentos envolve a apreensão de que a violência e a incapacidade de aceitar a diversidade conduziram ao fracasso de praticamente todos os impérios na história mundial. Enfim, por mais que as discussões nem sempre sejam harmônicas, o solo europeu, palco de tantas batalhas, aprendeu a reconhecer a força da lei, expressando, hoje, uma maior predisposição pela negociação e cooperação.

De tal maneira, em 2012, salvo inúmeras críticas, a UE recebeu o *Prêmio Nobel da Paz* pelos seus esforços em prol da reconciliação, da democracia e dos direitos humanos na Europa, com base na atuação estabilizadora desempenhada na pacificação do continente. Na ocasião da condecoração, a Europa encontrava-se em meio a uma das maiores crises financeiras globais já sucedidas. Reflexo da rede de interdependência gerada pela globalização, a crise desencadeou-se em 2008, com o desequilíbrio da economia norte-americana, o que levou a um desarranjo em várias partes do mundo.

Com o colapso econômico dos Estados Unidos, o país passou a receber ajuda do exterior, o que não impediu a falência do *Lehman Brothers*, o quarto maior banco de crédito americano. O pânico foi geral e, sem crédito internacional, diminuíram também os créditos noutros países. No Brasil, por exemplo, além de caírem as exportações e o preço das mercadorias, houve o aumento do risco e das taxas de juros. Portugal, por sua vez, passou a enfrentar problemas com sua dívida pública, a qual se tornou mais difícil de ser financiada. Na *Zona do Euro*, os países mais afetados foram Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (batizados depreciativamente de “*Piigs*”, sigla formada a partir das iniciais de cada país em inglês).

Ao injetarem recursos em bancos e empresas os governos ampliaram seus gastos num momento em que a economia mundial, interligada, continuava encolhendo. De imediato, foram adotadas medidas de austeridade fiscal que, na prática, implicam cortes nos benefícios sociais, elevação dos impostos e, conseqüentemente, aumento do desemprego. Os anos que se

seguiram revelam não somente os problemas na *Zona do Euro*, como também a fragilidade das instituições financeiras em diversos países e os sinais evidentes de desaceleração econômica mundo afora.

A UE, sob a liderança da Alemanha, país de maior peso no grupo, tem buscado saídas para a crise, mas a falta de medidas concretas tem contribuído com os ares de incerteza. A atuação política da Alemanha tem sido desaprovada por muitos devido à sua alegada exigência com a disciplina orçamental e o rigor das finanças públicas. Em se tratando dos índices de desemprego, estes têm atingido níveis recorde, totalizando, apenas na UE, mais de 18 milhões de pessoas sem trabalho. No entanto, os números gerais para os países que utilizam a moeda única escondem enormes diferenças, já que, enquanto Áustria e Alemanha apresentam taxas em cerca de 5%, em Portugal, Espanha, Irlanda, Itália e Grécia os índices ultrapassam os 12% (na Grécia e na Espanha mais de 25% da população encontra-se desempregada). E os números seriam ainda maiores não fosse a emigração.

Até ao começo de 2014, os mercados financeiros estavam mais calmos, mas os problemas que impulsionaram a crise persistem. Exemplificativamente, temos o caso da Irlanda que, mesmo com os pequenos avanços no seu PIB, continua economicamente estagnada. De qualquer forma, apesar das dúvidas quanto à real viabilidade de uma “unificação”, a Europa mantém-se resoluta em prosseguir de “mãos dadas”, conquanto não possamos prever seu destino final, muito menos se todos chegarão juntos nessa empreitada.

Exaurido o impulso globalizante da Europa e, com o advento de um mundo inter-relacionado, dispomos, atualmente, de um espaço-tempo menos centralizado. Constatamos, igualmente, a reformulação da ideia de modernização, possibilitando paradigmas que não mais se limitam aos mandamentos do Ocidente. Além disso, essa nova organização incide diretamente no que Bauman (*idem*) denomina por “restos humanos”, os filhos desamparados de um planeta modernizado pela Europa e, ulteriormente, globalizado pelo pensamento neoliberal. Estes “órfãos” constituem quer o excedente populacional dos “países em desenvolvimento”, retardatários da modernidade europeia; quer a produção em massa de refugiados de guerras e de crises, isto é, todos os emigrantes da miséria e da falta de dignidade humana.

Antes de nos posicionarmos em torno do alcance tomado pelos movimentos migratórios na Europa, mencionamos, na sequência, uma política de abertura das fronteiras no continente europeu, a criação do *Espaço Schengen*. Autorizando a livre circulação de pessoas entre os Estados signatários do acordo, esta área, a qual não deve ser confundida com a UE, permite o fluxo, sem necessidade de visto, de cerca de 400 milhões de europeus. Desde julho de 2011, o

Espaço Schengen agrupa os seguintes Estados-Membros da UE: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia. Embora não sejam integrantes da UE, Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça são países associados ao *Schengen*.

Na prática, essa acessibilidade manifesta-se de modo bastante questionável, uma vez que o trânsito é, na realidade, livre para produtos e serviços, não se aplicando, porém, de forma efetiva, à circulação de pessoas. Seja pelas adversidades, seja pelas desigualdades entre países, a indústria de emigrantes, imigrantes e refugiados prolifera-se a cada dia, arrastando consigo, em sua grande maioria, pessoas destituídas de perspectivas, no que fomenta, em contrapartida, reações das mais variadas na Europa.

Com a descentralização mundial e o conseqüente esmorecimento do Estado-nação parece equivocado apegar-se a resoluções restritivas no tratamento da imigração. Uma pequena amostra do quão malograda essa política pode ser é o caso recente da Suíça. Afiliada ao *Espaço Schengen*, mas não à UE, o país apoiou, em referendo, uma proposta para limitar a imigração em massa. Defendida pelo *Schweizerische Volkspartei*, partido de direita populista e nacionalista, a iniciativa venceu por uma margem pequena (50,3% da população). O projeto que pretende impor restrições à livre mobilidade de pessoas causou reviravolta, contudo, consciente de que tal medida anula o sistema de livre intercâmbio entre a Suíça e seu principal mercado, a UE, o texto pede renegociação no prazo de três anos. Oficialmente, a UE anunciou possíveis retaliações, suspendendo tratados de investimentos para projetos científicos. Bruxelas também anunciou o fim de parcerias para o intercâmbio de estudantes.

Para o controle dessa onda de “imigração econômica”, os governos europeus não devem concentrar-se em políticas voltadas para dentro, as quais, num mundo globalizado, provavelmente têm poucas ou quase nenhuma chance de êxito permanente. Quando os Estados europeus tentam estabelecer fronteiras comuns e, para mantê-las, fecham-se, por exemplo, através de leis restritivas de imigração e naturalização, fora os controles alfandegários, percebem que é impossível murar-se contra o incontornável processo da globalização.

De fato, a Europa contemporânea está envelhecendo num mundo a cada ano mais jovem: o número de europeus com menos de 20 anos de idade cairá 11%, enquanto o de pessoas com mais de 60 anos será acrescido da metade. Haverá, com isso, um bolo menor para se dividir. Aliás, de modo geral, os países europeus precisarão, num futuro próximo, de mais mão de obra qualificada, assim como de jovens dispostos a trabalhar, do contrário, não será possível

arcar com a população “inativa”. Alemanha, Reino Unido e França tendem a descer no ranking mundial econômico, sendo ultrapassados, quem diria, pelo crescimento de potências econômicas mais jovens, como os mercados emergentes dos *BRICS* (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, em inglês).

A Europa nunca precisou tanto de ser audaciosa: uma Europa que se arrisque (novamente) a olhar para além de suas fronteiras, porém, crítica de seu passado e de seu caráter autossuficiente. Uma Europa consciente da relação de dependência mútua entre os países, disposta não somente em ampliar-se por meio de acordos, mas, inclusive, a abandonar suas muradas e abrir seus portões. Deste modo, a Europa do século XXI tem de reconhecer, inicialmente, que sua onipresença no passado, em quase todos os cantos mundo, deu origem a um processo irreversível de miscigenação de pessoas, línguas e culturas. E a globalização, ao aproximar-nos uns dos outros, coloca em evidência os rastros dessa hibridização, submetendo os europeus a enxergarem o Outro como componente fundamental à sua identidade.

A globalização, por outro lado, separa crenças e convicções culturais, despertando novas formas de nacionalismo étnico e fundamentalismo religioso, bem como os ditames capitalistas. Logo, diante de uma nova era, surgem novas necessidades, novas missões. No caso da Europa, talvez seja impossível se afirmar uma “identidade europeia”, pura e acabada, entretanto, assim como Bauman, acreditamos que sua natureza inconstante e incompleta seja a representação maior de sua essência. Numa incumbência não mais autorreferencial, vemos uma Europa tentando acomodar sua diversidade e induzi-la a se engajar num convívio pacífico.

Devido à legitimidade e singularidade de sua História, a Europa é um lugar preenchido por muitos e, sendo marcada pela presença dos outros, está destinada a ser um processo contínuo de negociação. Só lhe resta, portanto, aventurar-se não somente pela aceitação, mas, principalmente, pela compreensão de um pluralismo cultural que se oponha aos ideais de uma sociedade homogênea. Enveredar-se no e pelo multiculturalismo é comprometer-se com a abertura do diálogo mutuamente benéfico, respeitando tanto as liberdades individuais quanto os valores democráticos, os quais se definem a partir do reconhecimento do Outro, ou seja, da diversidade. Uma missão multicultural talvez seja ainda mais espinhosa quando comparada àquela incumbida a Cadmo, uma missão em busca do equilíbrio em meio às inquietações de uma nova configuração mundial.

I.II Migrações e a economia social de mercado

Fica evidente a urgência de medidas inclusivas no tratamento da imigração, no que tentaremos nos deter mais especificamente quanto ao papel e potencial do ensino de línguas estrangeiras no cenário multicultural, já que o professor de línguas encontra-se no ponto de encontro de forças antagônicas: de um lado, o apelo constante em resguardar a língua e cultura que ensina; do outro, a necessidade de enxergar e conviver com a língua e a cultura do Outro. Noutras palavras, diante de uma espécie de “esquizofrenia cultural”, o professor de línguas deverá ampliar não só o encaixe de seus objetivos, como também terá de recorrer a abordagens facilitadoras para tal desafio.

Como nos voltaremos para a imigração luso-brasileira na Alemanha e, conseqüentemente, para o ensino de língua portuguesa enquanto estratégia de integração social, faz-se mister uma melhor compreensão da dinâmica migratória em solo alemão, no que importa fazer alusão ao arranjo responsável pela definição do modelo econômico e sociopolítico do país, a *Soziale Marktwirtschaft* ou economia social de mercado. Após a II Guerra Mundial, apesar das incontáveis perdas humanas, a Alemanha tinha praticamente intacta boa parte de sua estrutura industrial, com pouco mais de 20% de suas fábricas arruinadas, número inferior ao de muitos países envolvidos no conflito. (Judt, 2007 *apud* Raimundo, 2009: 8)

Decorrida a fase mais crítica de desorganização social (1945-1948), o país dispunha de seu setor industrial e de uma massa trabalhadora considerável. No entanto, ao ser derrotado, o Estado alemão teve seu poder descentralizado, sendo, a partir de então, reorganizado sob os moldes liberais dos Estados Unidos. Assim, submetendo-se aos desígnios norte-americanos, a Alemanha se recompõe, constituindo, nesse processo, os fundamentos de uma forma *sui generis* de capitalismo.

As atribuições estratégicas da República Federal da Alemanha (RFA), nas circunstâncias da Guerra Fria, propiciaram a construção de uma economia sólida para o país no período entre 1948-1969. Na verdade, como referência da expansão norte-americana, a Alemanha teria que compor um exemplo bem-sucedido de sociedade. (Raimundo, *idem*: 8) Portanto, já no início dos anos 50, ao conciliar suas necessidades internas com as pressões externas dos Estados Unidos, o país retomou seu crescimento e liderança na Europa.

Neste contexto surgem os ideais ordoliberais, doutrina econômica adotada pela Alemanha, a qual propunha criar condições de uma livre concorrência que funcionasse

através da ação reguladora do Estado, uma via alternativa entre o socialismo e o capitalismo. Com isso, foram reestruturados os esquemas na área da saúde, bem como o seguro-desemprego e os padrões previdenciários, evidenciando-se, destarte, a possibilidade de coexistência de medidas assistencialistas com o paradigma liberal.

O cenário confortável da Alemanha ampliou-se nos anos 70, inclusive a intensa participação dos trabalhadores nas decisões empresariais e a estreita relação entre bancos e indústrias. Contudo, com a queda do Muro de Berlim e o desmoronamento da União Soviética as funções estratégicas alemãs foram corrompidas, impondo, por conseguinte, uma nova etapa de desafios ao capitalismo alemão na década de 90, face aos custos descomunais gerados pela reunificação de um país dividido e o projeto de adoção da moeda única. Logo, os anos 2000 assistiram a um grande conjunto de reformas sociais, dentre as quais a elevação da idade de aposentadoria e das contribuições para o sistema de saúde. Sob o cognome de *Hartz IV*, associou-se o seguro-desemprego ao seguro social, e os desempregados, que anteriormente tinham direito a 67% do seu salário, passariam a receber um salário mensal padrão, hoje em torno de 391 euros, mais auxílios para aluguel e calefação.

Sem desconsiderar, entretanto, as inequívocas conquistas sociais da *Soziale Marktwirtschaft*, sublinhamos que as bases alemãs, abaladas pelo fim da Guerra fria, cederam espaço à implantação de um país e, conseqüentemente de toda uma Europa, mais mercantilista que social. A crise econômica, política e social da contemporaneidade é resultado deste percurso. Uma crise que comprova a inclinação do desenvolvimento de um mundo multipolar.

Independente dos êxitos e falibilidades das reformas mencionadas anteriormente, a Alemanha continua a ser o “motor” da comunidade europeia. O forte ritmo de desenvolvimento tecnológico e a estabilidade social do capitalismo alemão, principalmente durante sua fase de consolidação no pós-guerra, parecem assegurar a influência alemã no continente. O último relatório do Banco Mundial aponta a Alemanha como quinta maior economia do mundo. Conquanto países como África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia tendem a desbancar os “países desenvolvidos”, a prosperidade econômica das potências emergentes ainda não contempla uma distribuição de renda mais justa. O Brasil, por exemplo, ocupa a 80ª posição no ranking mundial, sendo o 4º país mais desigual na América Latina.

O sucesso alemão também pode ser medido por seus altos índices de exportação e indicadores de desemprego e recessão menores quando comparados com o restante da Europa. Além de ser o país europeu mais populoso, a Alemanha segue como principal contribuinte para o orçamento comunitário do bloco, representado na política de Angela

Merkel, hoje em seu terceiro mandato. A medicina socializada e o elevado nível educacional alemão, assim como os benefícios sociais estendidos aos cidadãos da UE, fazem da Alemanha um dos países mais procurados por pessoas de outras nacionalidades. E, ante as contingências futuras como o envelhecimento da população e a diminuição da relação trabalhador ativo/inativo, as migrações são importantes para a movimentação da economia germânica.

Para tanto, em 8 de junho de 2000, o *Bundestag*, parlamento alemão, solicitou ao Governo Federal (*Bundesregierung*) que apresentasse, anualmente, um relatório detalhado acerca dos fluxos migratórios no território. Deste modo, estão contidas no *Migrationsbericht* informações sobre os grupos de imigrantes, os pedidos de asilo e os dados relacionados à emigração. Elaborado pelo Serviço Federal de Migração e Refugiados, *Bundesamt für Migration und Flüchtlinge* (BAMF), tal relatório fornece um panorama estatístico atual e pormenorizado das migrações na Alemanha.

Primeiramente, no que se refere aos conceitos de “imigrar” e “emigrar”, estes compartilham a ideia de deslocamento, distinguindo-se apenas quanto à perspectiva de origem. Dito de outra maneira, imigrar significa entrar, temporária ou definitivamente, noutra região ou país, enquanto emigrar implica o ato de saída, temporária ou permanente, de uma região ou país. Logo, o fenômeno da migração internacional compreende a ação de um indivíduo deslocar seu modo de subsistência para além das fronteiras nacionais.¹ (*Migrationsbericht*, 2012: 10)

¹“Von Migration spricht man, wenn eine Person ihren Lebensmittelpunkt räumlich verlegt, von internationaler Migration, wenn dies über Staatsgrenzen hinweg geschieht”.

Em 14 de março de 2007 o Parlamento Europeu acatou a proposta da Comissão Europeia para o *Verordnung (EG) Nr. 862/2007*,² regulamento relativo às estatísticas sobre migração e proteção internacional, sendo, em 12 de junho de 2007, aprovado pelo Conselho da UE, visando uma melhor comparabilidade das situações migratórias em nível europeu por meio da utilização de definições e critérios mais uniformes. Assim, seguindo as recomendações da ONU, os termos *Zuwanderung* e *Abwanderung*, ‘imigração’ e ‘emigração’, nesta ordem, são estabelecidos da seguinte forma: um imigrante, afora ter deixado os limites de um país, deve encontrar-se na nova morada, no âmbito da UE ou em países terceiros, por um período de, no mínimo, doze meses. Aliás, define-se como “*long-term migrant*” aquele que permanece por pelo menos um ano no país de destino, em contraste com o “*short-term migrant*”, cuja permanência restringe-se de três a doze meses.³ (*Migrationsbericht, idem: 161*)

Para a Alemanha, um dos critérios decisivos quanto à significância estatística migracional circunscreve-se às exigências do *Meldepflicht*, instituindo como obrigatório o registro/desregistro de residência (*Anmeldung/Abmeldung*), qual seja o tempo de permanência, por parte dos alemães e estrangeiros que vivem no país. Na maior parte dos casos, a duração de estadia dos recém-chegados à Alemanha não é passível de determinação no momento da chegada, podendo ser fixada posteriormente. Quanto aos asilados, estes são, geralmente, tidos como imigrantes, ainda que o prazo de permanência no país seja-lhes limitado. Por outro lado, na conjuntura de contratos de trabalhos temporários ou sazonais o período de estada do indivíduo pode ser definido desde o início.

²“Verordnung (EG) Nr. 862/2007 des Europäischen Parlaments und des Rates vom 11. Juli 2007 zu Gemeinschaftsstatistiken über Wanderung und internationalen Schutz, EU Amtsblatt L 199”.

³“**Zuwanderung** ist die Handlung, durch die eine Person ihren üblichen Aufenthaltsort für einen Zeitraum von mindestens zwölf Monaten bzw. von voraussichtlich mindestens zwölf Monaten in das Hoheitsgebiet eines Mitgliedstaats verlegt, nachdem sie zuvor ihren üblichen Aufenthaltsort in einem anderen Mitgliedstaat oder einem Drittstaat hatte. [...] **Abwanderung** ist die Handlung, durch die eine Person, die zuvor ihren üblichen Aufenthaltsort im Hoheitsgebiet eines Mitgliedstaats hatte, ihren üblichen Aufenthaltsort in diesem Mitgliedstaat für einen Zeitraum von mindestens zwölf Monaten bzw. von voraussichtlich mindestens zwölf Monaten aufgibt”.

No que se refere ao quadro geral das migrações na Alemanha, com base no *Migrationsbericht 2012*, último relatório publicado, averiguamos um aumento significativo do número de imigrantes no país em relação ao ano de 2011: 1.080.936 pessoas contrapondo-se às 958.299 do ano anterior, ressaltando que desde os anos 90 não se registrara índices tão altos. A respeito das emigrações, o número de emigrantes também aumentou, num total de 711.991 contra os 678.969 de 2011. De qualquer maneira, a Alemanha exibe um saldo positivo de +368.945 pessoas, em comparação com os +279.330 do período antecedente.

Tabela 1.1 – Entradas e saídas nas fronteiras da Alemanha de 1991 a 2012

Tabelle 1-1: Zu- und Fortzüge über die Grenzen Deutschlands von 1991 bis 2012

Jahr	Zuzüge			Fortzüge			Wanderungssaldo (Zuzugs- bzw. Fortzugsüberschuss)	
	Gesamt	dar. Ausländer	Anteil in %	Gesamt	dar. Ausländer	Anteil in %	Gesamt	dar. Ausländer
1991	1.198.978	925.345	77,2	596.455	497.540	83,4	+602.523	+427.805
1992	1.502.198	1.211.348	80,6	720.127	614.956	85,4	+782.071	+596.392
1993	1.277.408	989.847	77,5	815.312	710.659	87,2	+462.096	+279.188
1994	1.082.553	777.516	71,8	767.555	629.275	82,0	+314.998	+148.241
1995	1.096.048	792.701	72,3	698.113	567.441	81,3	+397.935	+225.260
1996	959.691	707.954	73,8	677.494	559.064	82,5	+282.197	+148.890
1997	840.633	615.298	73,2	746.969	637.066	85,3	+93.664	-21.768
1998	802.456	605.500	75,5	755.358	638.955	84,6	+47.098	-33.455
1999	874.023	673.873	77,1	672.048	555.638	82,7	+201.975	+118.235
2000	841.158	649.249	77,2	674.038	562.794	83,5	+167.120	+86.455
2001	879.217	685.259	77,9	606.494	496.987	81,9	+272.723	+188.272
2002	842.543	658.341	78,1	623.255	505.572	81,1	+219.288	+152.769
2003	768.975	601.759	78,3	626.330	499.063	79,7	+142.645	+102.696
2004 ¹	780.175	602.182	77,2	697.632	546.965	78,4	+82.543	+55.217
2005	707.352	579.301	81,9	628.399	483.584	77,0	+78.953	+95.717
2006	661.855	558.467	84,4	639.064	483.774	75,7	+22.791	+74.693
2007	680.766	574.752	84,4	636.854	475.749	74,7	+43.912	+99.003
2008 ²	682.146	573.815	84,1	737.889	563.130	76,3	-55.743	+10.685
2009 ²	721.014	606.314	84,1	733.796	578.808	78,9	-12.782	+27.506
2010	798.282	683.530	85,6	670.605	529.605	79,0	+127.677	+153.925
2011	958.299	841.695	87,8	678.969	538.837	79,4	+279.330	+302.858
2012	1.080.936	965.908	89,4	711.991	578.759	81,3	+368.945	+387.149

Quelle: Statistisches Bundesamt

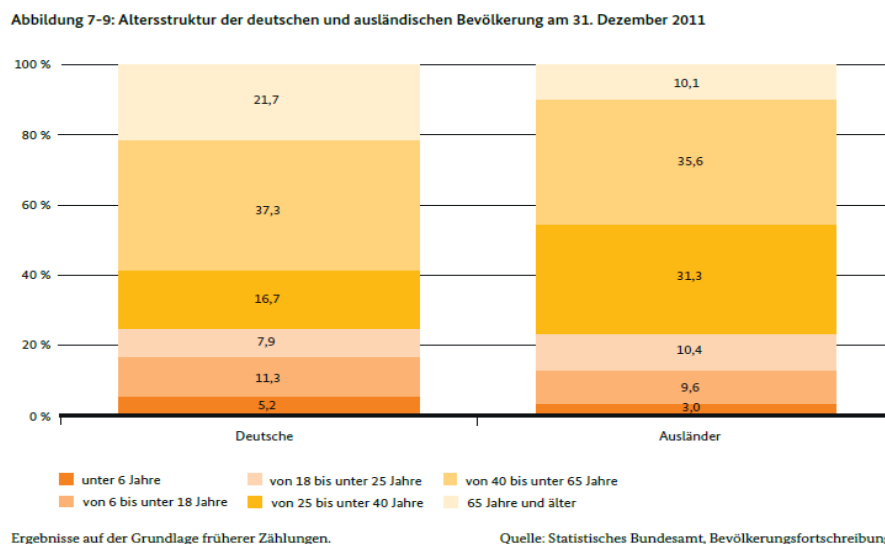
- 1) Zahlen für 2004 überhöht, da Hessen zu hohe Wanderungszahlen von Deutschen gemeldet hat.
- 2) Für die Jahre 2008 und 2009 ist zu berücksichtigen, dass aufgrund der bundesweiten Einführung der persönlichen Steuer-Identifikationsnummer im Jahr 2008 umfangreiche Bereinigungen der Melderegister in diesen beiden Jahren vorgenommen wurden, die zu zahlreichen Abmeldungen von Amts wegen geführt haben. Da der Umfang dieser Bereinigungen aus den Meldungen der Meldebehörden statistisch nicht ermittelt werden kann, bleiben der tatsächliche Umfang der Fortzüge in den Jahren 2008 und 2009 sowie die Entwicklung gegenüber den Vorjahren unklar (vgl. dazu die Pressemitteilung Nr. 185 des Statistischen Bundesamtes vom 26. Mai 2010).

Fonte: *Migrationsbericht (idem: 14)*

Sem adentrar em maiores aspectos envolvendo a questão da obrigação/isenção de vistos, podemos dizer que os eventos migratórios na Alemanha ocorrem por diversos motivos: a imigração para fins de trabalho (temporários ou sazonais); a imigração com justificativas de estudo (formação acadêmica, aprendizado de línguas); procedimento de asilo;⁴ imigração de judeus provenientes da extinta União Soviética; imigração para união familiar (por exemplo, casamento com cônjuge alemão); repatriação de cidadãos alemães; dentre outros. Destacamos, aliás, a chamada *EU-Binnenmigration*, imigração/emigração de cidadãos da UE, de e para os países da comunidade. (*Migrationsbericht, idem: 43*)

Em termos sócio-demográficos há que se ponderar não somente os números absolutos de imigrantes e emigrantes, mas igualmente fatores como faixa etária e sexo. Um paralelo da estrutura etária de estrangeiros e alemães revela que aqueles integram, majoritariamente, os grupos mais jovens. Em 2011, 54,3% dos imigrantes estrangeiros encontravam-se abaixo dos 40 anos, contra os 41,1% da população alemã. A proporção de crianças alemãs com menos de seis anos, contudo, é pouco maior que a de crianças estrangeiras: 5,2% e 3,0%, respectivamente. Quanto aos mais velhos, 21,7% dos alemães têm 65 anos ou mais, visto que os estrangeiros nessa faixa etária constituem 10,1%. Os imigrantes são, em média, pessoas mais jovens, o que fomenta um “rejuvenescimento” da população total.

Gráfico 1.1 – Faixa etária da população alemã e estrangeira em 31 de dezembro de 2011



Fonte: *Migrationsbericht (idem: 200)*

⁴As autorizações de residência pelos pedidos de asilo decorrem seja para o estatuto de refugiado, seja por causa humanitária. Esta, por sua vez, condiz com um regime de proteção concedido aos requerentes que, não sendo reconhecidos como refugiados, encontram-se impossibilitados de regressar ao país de origem devido a conflitos armados ou à sistemática violação dos direitos humanos.

Quanto ao sexo, a porcentagem de mulheres é menor que a dos homens entre imigrantes e emigrantes. Ambos os níveis mantêm-se relativamente constantes, uma vez que a proporção de mulheres imigrantes situa-se, desde 1994, em torno de 40% e 43%, enquanto para a emigração a proporção é de 36% a 40% desde 1997. Todavia, o número de mulheres entrando no país vem declinando nos últimos anos (de 42,9% em 2002 para 39,7% em 2012), sendo que esse mesmo período apresentou um leve aumento do número de mulheres emigrantes (em 2012 chegou-se a 37,7%, proporção equiparável à de 2005) (*cf. Anexo I*).

Distinguimos ainda os imigrantes na Alemanha conforme sua distribuição por cada estado (considerando-se as migrações advindas das fronteiras fora do país, isto é, os deslocamentos entre os estados federais não são tomados em conta). Assim, em 2012, a Bavária recebeu o maior número de imigrações (212.794), seguida por Nordrhein-Westfalen (207.423), Baden-Württemberg (191.048), Hessen (99.259) e Niedersachsen (99.001). Todos os estados apresentam um saldo positivo, com destaque para Bavária (+76.100), Nordrhein-Westfalen (+69.252), Baden-Württemberg (+63.926), Hessen (+33.912) e Berlim (+29.190) (*cf. Anexo II*).

No período de 1991 a 2012 mais de 20 milhões de pessoas ingressaram em solo alemão, dentre as quais 15.879.954 correspondem a estrangeiros. Até meados da década de 90, a entrada de repatriados e requerentes de asilo no país desempenhou um papel importante nos movimentos migratórios, tal qual a chegada de muitos refugiados de guerra da extinta Iugoslávia entre 1991/1992. O descerramento da “Cortina de Ferro” permitiu não só a abertura dos países da Europa Oriental e a forte presença da imigração laboral na Alemanha, como também a permanência temporária de muitos imigrantes de países fora do continente.

No início do século XXI, com a diminuição dos índices imigratórios dos povos do leste, os fluxos de migração na Alemanha estabilizaram-se. Desde 2006, entretanto, verifica-se o crescimento progressivo no número de imigrantes no país, com um aumento de quase 13% entre 2011/2012. A propósito, em épocas de crise, as quais sucedem em retração econômica e milhares de demissões, tornam-se mais expressivos os deslocamentos para os países menos afetados.

A datar de 2008, o número de pedidos de vistos de residência e de trabalho para estrangeiros encontra-se em ascendência na Alemanha. Para a imigração laboral foram computados 36.777 imigrantes em 2012, 2% a mais que no ano anterior. Índia, Croácia, Estados Unidos, Bósnia-Herzegovina e China foram os principais países de origem. Ademais, uma maior incidência de estrangeiros têm ingressado nas universidades alemãs. Em comparação com 2011, houve um salto de 9% com a matrícula de 79.537 estudantes, o maior

número já registrado. Outro fator relevante refere-se às solicitações de asilo: em 2012 foram requeridos 64.539 pedidos, em contraste com os 45.741 de 2011, ou seja, um aumento de 41,1%. (*Migrationsbericht, idem: 8*)

Considerando a diferença entre imigrações e emigrações, os anos de 2008 e 2009 exibem saldos negativos, -55.743 e -12.782, na devida ordem. No entanto, os anos posteriores à crise mostram a retomada de valores positivos, com um ganho populacional de +127.677 em 2010 (**cf. Tabela 1.1**). A Polônia, desde 1996, é o grupo de maior peso imigracional na Alemanha, seguida pela Romênia e pela Bulgária, ambas membros da UE desde 2007. Vale salientar que, em 2012, 57,7% dos imigrantes no país fazem parte da *EU-Binnenmigration*, totalizando 623.407 entradas oriundas dos países do bloco (**cf. Anexo III**).

No que tange às emigrações, 711.991 pessoas deixaram a Alemanha em 2012, dentre as quais 133.232 são alemães, na medida em que permanece relativamente constante o número de alemães de volta ao país, por volta de 115.000 indivíduos anualmente (**cf. Tabela 1.1**). A Suíça, desde 2004, tem sido o principal destino dos germânicos (aproximadamente 21.000 mudaram-se para o país vizinho em 2012). Estados Unidos e Áustria também têm recebido muitos emigrantes alemães (**cf. Anexo IV**). De qualquer forma, a Alemanha continua a ser um dos países mais atrativos para a imigração, ao passo que a Espanha, país que mais acolheu imigrantes entre 2006-2008, vem perdendo significativamente sua atratividade.

A população na Alemanha vinha diminuindo desde 2003, porém, com o relevante aumento do número de imigrantes, principalmente a partir de 2011, o país atinge, no momento, um pico populacional de 82 milhões de habitantes. Segundo os prognósticos demográficos do *Bundesinstitut für Bevölkerungsforschung (BiB)*, a população deverá cair para 67 milhões em 2060, já que a proporção de idosos irá aumentar continuamente ao longo das próximas décadas (apesar das tendências apontarem para uma continuação da elevada onda imigratória na Alemanha). Na prática, a diminuição da população economicamente ativa afeta adversamente o crescimento e a competitividade do país, pois benefícios sociais como *Hartz IV*, *Kindergeld* (ajuda mensal de €184 para os dois primeiros filhos, €190 para o terceiro e €215 a partir do quarto), *Arbeitslosengeld* (seguro-desemprego) e as aposentadorias reduziram com a diminuição de contribuintes, afora os custos de abastecimento elétrico e de água, que teriam de ser redistribuídos entre menos pessoas, e as demandas quanto à assistência médica e ao cuidado de idosos.

Além do encolhimento demográfico, do envelhecimento populacional e da conseqüente escassez de mão de obra argumentarem em benefício das imigrações em território alemão, os dados contidos no *Migrationsbericht 2012* revelam afinal um aspecto importante da estrutura

sócio-demográfica alemã: a origem imigrante de um em cada cinco habitantes no país, sendo que em crianças menores de dez anos a proporção chega a um terço. Contudo, promover a integração e a entrada e alocação de imigrantes no país não é tarefa simples. Noutras palavras, a questão deve ser tratada multilateralmente, uma vez que as políticas imigracionistas exigem providências no âmbito da relação existente entre imigrante e autóctone, tal qual medidas facilitadoras de uma integração eficiente dos recém-chegados e daqueles que estão por vir.

Na maioria dos países ocidentais, o pluralismo cultural é compreendido sob a ótica dos problemas resultantes da imigração, visto que a diferença cultural é um fator que, de fato, pode afetar o bom funcionamento institucional e a execução dos serviços públicos. Entretanto, entendemos que a interação entre culturas, embora muitas vezes conflitante, pode e deve ser regulada. Por conseguinte, não podemos analisar a questão da integração, uma das grandes prioridades do mundo moderno, sem remeter para a necessidade imediata de conceitos como a interculturalidade e a importância de processos facilitadores da mesma, como a mediação, assuntos para os capítulos posteriores.

A diversidade ou diferença cultural constitui fonte de conflitos, mas também de transformação e enriquecimento. A coesão social, por seu turno, reúne não só o respeito da sociedade multicultural em relação às minorias, mas também o dever destas para com as leis do país que as acolhe. Há que se estabelecer, portanto, uma cultura de recepção cada vez mais abrangente e menos excludente, enfim, uma Alemanha não apenas vinculada à diversidade, mas, sobretudo, comprometida a lidar com as implicações dela resultantes.

I.III A imigração luso-brasileira na Alemanha

Com o fenômeno da migração, pessoas de outras nacionalidades são levadas a outros países e estas carregam consigo suas respectivas línguas e culturas. A pluralidade cultural oferece-nos um domínio de análise bastante amplo, podendo ser investigada sob diversos olhares. Ao tratarmos dos aspectos linguístico-culturais na esfera da mediação entre as culturas luso-brasileira e alemã, pressupomos, primeiramente, que portugueses e brasileiros compartilham o mesmo patrimônio linguístico, embora sejam falantes de variedades diferentes de uma língua.⁵ Deste modo, os fluxos migratórios de portugueses e brasileiros na Alemanha serão um ponto de partida para um estudo mais aprofundado de aspectos interculturais no ensino de português língua estrangeira.

Há décadas que a Alemanha é esperança para muitos estrangeiros que decidem deixar para trás o país natal em busca de uma vida melhor. A população nativa alemã está em decréscimo e a necessidade de mão de obra estrangeira é inevitável. Desde o final da II Guerra houve várias ondas migratórias no país e a mais recente, consequência da grave crise econômica global, levou à entrada de quase 12 mil portugueses na Alemanha em 2012, 40% a mais que 2011 (*cf. Anexo V*). Quanto aos brasileiros, foram 6.424 imigrantes no mesmo ano (*cf. Anexo VI*).

A Alemanha, de economia forte, recebe cidadãos das mais variadas origens, particularmente do leste europeu, e por mais que se observem, em sua grande maioria, poloneses, romenos, búlgaros e turcos, é inegável a presença cada vez maior de imigrantes portugueses e brasileiros no país. Ainda que estes grupos sejam menores em relação àqueles, pretendemos tê-los como referência, através do enfoque língua/cultura, no que diz respeito às potencialidades da mediação intercultural na demanda do português segunda língua.

⁵Diante das particularidades da língua portuguesa no Brasil muitos linguistas têm o “brasileiro” como língua própria. Ao considerar, porém, que uma língua corresponde ao conjunto das variedades concretizadas em suas comunidades de fala, preferimos o termo “português brasileiro” em referência à língua resultante do contato entre a língua do colonizador (português europeu), as várias línguas indígenas brasileiras, as línguas africanas chegadas pelo tráfico negreiro (oficialmente entre 1549 e 1830) e as línguas dos que emigraram para o Brasil da Europa e da Ásia a partir de meados do século XIX. O *português brasileiro* e o *português europeu*, apesar de suas diferenças, constituem a mesma língua, visto que portugueses e brasileiros são capazes de construir uma compreensão linguística mútua. O que não ocorre, por exemplo, entre falantes do português e do alemão, pois, neste caso, trata-se de *duas línguas* e não de *duas variedades de língua*.

Nas circunstâncias da crise contemporânea e com a elevada taxa de desemprego e falta de apoio social em Portugal, o número de jovens portugueses deixando o país vem aumentando. O desenvolvimento atual da imigração portuguesa na Alemanha remete àqueles que, no passado, na tentativa de esquivar-se da pobreza e da opressão, arriscaram-se a um recomeço durante o regime ditatorial do Estado Novo. *Das deutsch-portugiesische Anwerbeabkommen*, assinado em 1964, foi um acordo de recrutamento de cidadãos portugueses para trabalho na República Federal da Alemanha, o que impulsionou a imigração portuguesa no país. Numa iniciativa de compensação de déficit laboral fora concedido aos *Gastarbeiter*, trabalhadores convidados, residência por tempo ilimitado.

Uma breve comparação entre as entradas e saídas na Alemanha em 2012 sinaliza o saldo positivo de pessoas advindas dos países da UE, com destaque para os “países europeus do sul” (conhecidos como *Südländer*, vocábulo muitas vezes utilizado pelos alemães de maneira depreciativa): Grécia (+20.495), Itália (+16.343), Espanha (+13.744) e Portugal (+5.976), representando ganhos significativos em relação a 2011 (*cf. Anexo V*). Convém mencionar a fuga de mão de obra especializada em saúde e enfermagem, favorecida pelas campanhas do governo alemão nos países referidos, no intuito de aliciar profissionais desse setor para o país. Os números cumulativos para as imigrações portuguesas, no período de 2000-2011, apresentam a entrada de 585.647 pessoas na Alemanha (*cf. Anexo VII*). Dentre os 11.820 portugueses em 2012, foram 7.990 homens e 3.830 mulheres (*cf. Anexo VIII*). Oficialmente, a população portuguesa contempla 120.560 pessoas e a média de permanência na Alemanha gira em torno dos 22,5 anos (*cf. Anexo IX*).

No que concerne aos brasileiros, ressaltamos que os fluxos de emigração brasileira tiveram início com as dificuldades econômicas impostas pela recessão na década de 80. A partir do fim da ditadura militar, em 1985, a insatisfação da população começou a se manifestar através do êxodo. Com o prosseguimento da estagnação econômica e os escândalos de corrupção do presidente Collor (1990-1992), deu-se uma segunda onda de emigração em meados dos anos 90. Em 1995, o número de brasileiros legais nos Estados Unidos, Japão, Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e Canadá foi estimado em mais de um milhão, o qual, dez anos mais tarde, mais que duplicou. (Sales & Salles, 2002 *apud* Stelzig, 2008: 6)

Em 2006, aproximadamente 2,8 milhões de brasileiros viviam nos Estados Unidos. Com o enrijecimento das leis e controles nas fronteiras norte-americanas, os fluxos passaram a se deslocar acentuadamente para a Europa. Portugal, pela origem e língua comuns, afora ser um dos destinos principais dos brasileiros, constitui porta de acesso à UE e rota de trânsito para a

Alemanha (conforme o Ministério das Relações Exteriores, no ano 2000, havia cerca de 60.000 cidadãos brasileiros em solo germânico).⁶ (Stelzig, *idem*: 10)

Os primeiros passos favoráveis às políticas de retorno e reinserção de brasileiros no Brasil foram tomados no governo Lula (2003-2010), no entanto, ainda não foram introduzidas medidas concretas para combater a *brain drain* de jovens do país. Além do cenário da crise financeira da atualidade, a emigração brasileira (e consequente imigração de brasileiros na Alemanha) são uma reação à instabilidade econômica do Brasil, bem como à criminalidade cotidiana e às violações dos direitos humanos no país.

Quanto aos motivos da imigração na Alemanha em 2012, dentre os 6.424 imigrantes brasileiros, 1.679 constam nos dados estatísticos por motivos de estudos acadêmicos, 686 para aprendizado de idiomas, 309 para algum tipo de formação, 690 por motivos de trabalho, 17 por questões humanitárias e 1.075 por razões familiares (*cf. Anexo VI*). Ambicionando aprender uma língua, foram 5.723 estrangeiros na Alemanha, aumento de 8,9% em comparação com 2011. Ultrapassando os chineses e ficando atrás somente dos Estados Unidos, os brasileiros totalizaram, entre 2005-2012, 4.559 estudantes em escolas alemãs de idiomas (*cf. Anexo X*).

No período de 1991-2012 foi registrada a entrada de 138.351 brasileiros na Alemanha (*cf. Anexo XI*). De modo regularizado, vivem na Alemanha 34.945 brasileiros, dos quais 69,9% são mulheres (quanto à proporção feminina de imigrantes, o Brasil perde apenas para as Filipinas, com 82,6% e a Tailândia, com 86,7%) (*cf. Anexo XII*). Por união familiar com cônjuges alemães, em 2012, foram 344 mulheres brasileiras e 123 homens brasileiros, além do reagrupamento familiar de 242 crianças brasileiras, cuja entrada é permitida e amparada por lei (*cf. Anexo XIII*).

⁶“Die vom Statistischen Bundesamt für dasselbe Jahr ausgegebene Anzahl liegt mit 24.142 Brazilianern wesentlich unter dieser Schätzung, was auf die unterschiedliche Erhebung der Zahlen zurückzuführen ist: Die Zählung des Statistischen Bundesamtes basiert auf der Differenz zwischen Einreise und Ausreise von Brazilianern und der Anzahl ihrer Einbürgerungen in Deutschland, während den Schätzungen des brasilianischen Außenministeriums die Meldungen der Konsulate in Berlin, Frankfurt a.M. und München zugrunde liegen”.

Todavia, sublinhamos uma outra forma de migração de mensurabilidade quantitativa imprecisa: a imigração irregular ou ilegal. Em princípio, são irregulares ou ilegais na Alemanha aqueles que não se encontram registrados como residentes estrangeiros, asilados ou temporariamente suspensos de deportação, uma vez que a não observância da documentação exigida (passaporte válido para cidadãos da UE; passaporte e visto válidos para os cidadãos dos demais países) impõe ao imigrante a condição ilícita.⁷ (*Migrationsbericht, idem: 176*)

De acordo com os estudos do *Hamburgische WeltWirtschaftsInstitut (HWWI)*, as estimativas para os ilegais na comunidade europeia, até 2008, eram de 1,9 a 3,8 milhões de pessoas. Em relação à Alemanha, segundo dados coletados pela polícia em 2010, calcula-se a existência de 100.000 a 400.000 pessoas irregulares no país. (Vogel & Aßner, 2011 *apud Migrationsbericht, idem: 177*) Há que se considerar, portanto, que os números de imigrantes na Alemanha sejam muito superiores às informações oficiais, inclusive para portugueses e brasileiros.

De maneira geral, os desafios do pluralismo cultural são muito mais complexos, no que as sociedades devem encontrar novos meios de convivência, evitando, porém, os erros do colonialismo, os valores hegemônicos e até mesmo os riscos da aculturação, entendida aqui como a perda de identidade cultural e social de um povo. Evidencia-se, por consequência, a relevância do palco europeu quanto à noção de transposição de fronteiras e às controvérsias daí recorrentes, o que corrobora, mais uma vez, que a UE, hoje mais do que nunca, encontra-se em constante mutação e diante de grandes desafios. A gigantesca disparidade econômica entre os países do bloco é uma das causas responsáveis pelos intensos movimentos migratórios no continente, acarretando uma série de mudanças que clamam por novas medidas, sobretudo no ensino de língua estrangeira, o qual, direta e indiretamente, reflete o tratamento conferido à bagagem linguístico-cultural do Outro.

⁷“Der Begriff des „illegalen“/“irregulären“ Aufenthalts wird im Hinblick auf Personen verwendet, die sich ohne Aufenthaltsrecht oder Duldung und ohne Kenntnis der Ausländerbehörden in Deutschland aufhalten”.

A Alemanha, elemento chave nas questões europeias da atualidade, constitui um dos principais países-alvo de imigrações, sendo um território fértil para investigações em estudos de mediação entre culturas. O fenômeno migratório deve ser compreendido, por um lado, como a injeção de força laboral no país, ao mesmo tempo em que não se podem negligenciar os choques resultantes da aproximação de culturas diferentes. A gestão da diversidade em países de elevado nível multicultural como a Alemanha é essencial não só nas esferas jurídicas e nos serviços de saúde pública, mas, especialmente, nos domínios educacionais. É tempo de reagir e colocar em prática as políticas de hospitalidade na Alemanha, as quais serão discutidas através da relação existente entre língua e cultura, com o propósito de reflexão ante a necessidade de mudança quanto ao entendimento do conceito de integração e o alcance da mediação intercultural.

CAPÍTULO II

MEDIAR ENTRE CULTURAS

É necessário tomar o bárbaro à parte, e estar e instar com ele muito só por só, e muitas horas, e muitos dias; é necessário trabalhar com os dedos, escrevendo, apontando e interpretando por acenos o que se não pode alcançar das palavras; é necessário trabalhar com a língua, dobrando-a e torcendo-a, e dando-lhe mil voltas para que chegue a pronunciar os acentos tão duros e tão estranhos; é necessário levantar os olhos ao céu, uma e muitas vezes com a oração, e outras quase com desesperação; é necessário, finalmente, gemer, e gemer com toda a alma: gemer com o entendimento, porque em tanta escuridade não vê saída, gemer com a memória, porque em tanta variedade não acha firmeza, e gemer até com a vontade, por constante que seja, porque no aperto de tantas dificuldades desfalece, e quase desmaia. (Padre Antônio Vieira)

II.I A integração e o ensino-aprendizado de línguas

Em terras brasileiras, no encontro de Mundos, entre o Velho e o Novo, nossos antepassados portugueses depararam-se, do outro lado do Atlântico, com os sons da mistura de línguas e culturas. Na passagem do *Sermão da Epifania*, o próprio Padre Antônio Vieira, jesuíta, manifesta as dificuldades de comunicação entre o missionário e o índio na árdua diligência da colonização brasileira e conversão indígena. Salvaguardando os séculos que nos separam de um dos grandes representantes do barroco em língua portuguesa, o discurso de Vieira, proferido na Capela Real em Lisboa, reconhece ainda o contato com o Outro, o respeito pela alteridade e os valores da tolerância e do diálogo. E, ao revestir-se da atemporalidade, tomamos as palavras do pregador na elucidação da labiríntica questão envolvendo a mediação entre línguas e culturas diferentes.

De volta ao cenário contemporâneo, marcado pelo ritmo acelerado, o pragmatismo, a obsessão pela imagem, o materialismo e a ausência de clareza entre ética e estética, características que, em sua totalidade, designaram-se por *pós-modernismo*, os ares contraditórios da globalização anunciam, por um lado, a inclinação para um mundo culturalmente mais uniforme e, por outro, o potencial de se criar um conjunto reconhecidamente plural em meio à diversidade. Com a presença cada vez mais recorrente de povos distintos nas sociedades atuais pressupomos que o encontro de culturas seja possível e desejável.

Verificamos que a imigração estrangeira na Alemanha vem apresentando um crescimento expressivo nos últimos anos e as instituições públicas, as escolas, o comércio, a sociedade em geral percebem esses números. Nos locais de maior concentração de imigrantes surgem tensões, explosões de racismo, violência e conflitos, tanto que os debates sobre o tema emergem com força na mídia. Assim, objetivando o gerenciamento desta realidade, as políticas de imigração e integração requerem maior atenção por parte de muitas entidades autônomas e governamentais.

Aparentemente enquanto reação à uniformização cultural decorrente do fenômeno globalizador observa-se o surgimento de termos como *multiculturalismo* e *interculturalidade*. Ambos os conceitos podem ser entendidos quer como substancialmente opostos, quer como complementares. De qualquer forma, o multiculturalismo ou pluralismo cultural representa uma busca pelo reconhecimento e pela aceitação da diversidade:

A expressão *multiculturalismo* designa, originalmente, a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades “modernas”. Rapidamente, contudo, o termo se tornou um modo de descrever as diferenças culturais num contexto transnacional e global. Existem diferentes noções de multiculturalismo, nem todas de sentido emancipatório. O termo apresenta as mesmas dificuldades e potencialidades do conceito de “cultura”, um conceito central das humanidades e das ciências sociais e que, nas últimas décadas, se tornou terreno explícito de lutas políticas. (Santos & Nunes, 2004: 3)

O pensamento multicultural sugere, portanto, a existência harmônica de culturas diversas dividindo um mesmo espaço social, ao passo que a interculturalidade, ao depreender como inevitável a interação entre culturas espacialmente próximas, enfatiza a necessidade de diálogo entre elas. (Lopes, 2012: 69) Baseadas no princípio da tolerância, as duas propostas fariam contraste apenas quanto ao projeto de diálogo, em igualdade de condições, entre maiorias e minorias culturais.

Preferimos, porém, compreender a relação conceitual do enfoque intercultural como suplementar ao multiculturalismo. Este, afora ser uma característica de grande parte do mundo pós-moderno, contempla várias formas de intervenção na dinâmica social. Ao privilegiar a interação, a troca de experiências e a transformação social através do diálogo, a visão intercultural compõe, na verdade, um intento mais amplo e inter-relacionado, voltado para o conhecimento do Outro, fundamental em quaisquer domínios relacionados à integração. Segundo Giménez (2008: 13):

As políticas públicas multiculturais típicas dos anos 60 e 70, canadianas, britânicas, etc., foram logicamente sendo complementadas com uma outra série de ideias, no sentido de que não basta colocar ênfase na igualdade dos cidadãos, na necessidade de respeitar as diferenças dos diversos grupos da sociedade, mas há também que incorporar a convergência. (...) Isto é, não são apenas necessários a igualdade e o respeito pela diferença, mas há que ir mais longe, para uma terceira plataforma complementar das anteriores, que é a convivência num espaço comum.

Entendemos que é necessário mover do multiculturalismo para a interculturalidade, passando da mera coexistência multicultural para uma situação autêntica de convivência e inter-relacionamento entre culturas, ainda que sejam muitas as barreiras normativas e ideológicas. Desta forma, mais especificamente quanto ao ensino-aprendizado de línguas estrangeiras, terreno propício para o contato com a diversidade e manipulação da mesma, este vem a se constituir verdadeiro campo de batalha no que se refere aos ideais interculturais, afetando, conseqüentemente, a integração. Dentre os obstáculos, destacamos não só o conjunto de normas pré-estabelecidas, mas, em especial, a crença de que a língua e a cultura

do Outro devem estar obrigatoriamente de acordo com os padrões da língua e cultura de origem do aprendente.

Ademais, baseando-se em representações simplistas e superficiais, grande parte dos padrões culturais disseminados em sala de aula de língua estrangeira parece favorecer o que podemos chamar de “pseudointegração”, em detrimento de uma integração efetiva nos moldes da convivência. Com isso, os extremos a que chega a fragmentação social podem resultar em perdas objetivas como o fracasso escolar, a diminuição do rendimento de empresas, a destruição nos conflitos bélicos, só para citar alguns. Reiteramos, portanto, a urgência de uma conjuntura multicultural disposta à interculturalidade, já que a aceitação das diferenças e o diálogo devem estar na base de qualquer processo social.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à integração, o Conselho Europeu adotou, em novembro de 2004, um conjunto de onze princípios acerca da integração na Europa (*Common Basic Principles*). Com o intuito de apresentar um entendimento comum em relação ao acolhimento de imigrantes no continente, tais princípios servem como referência para a avaliação e execução de planos atuais e futuros. Por conveniência, exibimos os mesmos no quadro abaixo:

Quadro 2.1 – The Common Basic Principles on Integration

1	<i>Integration is a dynamic, two-way process of mutual accommodation by all immigrants and residents of Member States.</i>
2	<i>Integration implies respect for the basic values of the European Union. Everybody resident in the EU must adapt and adhere closely to the basic values of the European Union as well as to Member State laws.</i>
3	<i>Employment is a key part of the integration process and is central to the participation of immigrants, to the contributions immigrants make to the host society, and to making such contributions visible.</i>
4	<i>Basic knowledge of the host society’s language, history, and institutions is indispensable to integration; enabling immigrants to acquire this basic knowledge is essential to successful integration.</i>
5	<i>Efforts in education are critical to preparing immigrants, and particularly their descendants, to be more successful and more active participants in society.</i>
6	<i>Access for immigrants to institutions, as well as to public and private goods and services, on a basis equal to national citizens and in a non-discriminatory way is a critical foundation for</i>

	<i>better integration.</i>
7	<i>Frequent interaction between immigrants and Member State citizens is a fundamental mechanism for integration. Shared forums, inter-cultural dialogue, education about immigrants and immigrant cultures, and stimulating living conditions in urban environments enhance the interactions between immigrants and Member State citizens.</i>
8	<i>The practice of diverse cultures and religions is guaranteed under the Charter of Fundamental Rights and must be safeguarded, unless practices conflict with other inviolable European rights or with national law.</i>
9	<i>The participation of immigrants in the democratic process and in the formulation of integration policies and measures, especially at the local level, supports their integration.</i>
10	<i>Mainstreaming integration policies and measures in all relevant policy portfolios and levels of government and public services is an important consideration in public policy formation and implementation.</i>
11	<i>Developing clear goals, indicators and evaluation mechanisms are necessary to adjust policy, evaluate progress on integration and to make the exchange of information more effective.</i>

Fonte: *European Policy Centre/King Baudouin Foundation (2005)*

O engajamento pela integração é de suma importância, no que o mesmo deve criar oportunidades para um debate construtivo. Embora o tema esteja relativamente generalizado no documento, gostaríamos de salientar a relevância da integração definida como “*two-way process*”, uma via de mão dupla comprometida, em termos de direitos e responsabilidades, tanto com os imigrantes quanto com os cidadãos nacionais. Legítima-se, aliás, aspectos como a interação e a interculturalidade. Deste modo, a distinção da bidirecionalidade da integração assegura a possibilidade do desenvolvimento de novas práticas, inclusive no âmbito do ensino de línguas.

Há o reconhecimento claro de que a imigração traz benefícios para o desenvolvimento geral da UE em termos econômicos, sociais, políticos e culturais. Além das contribuições dos imigrantes aos seus respectivos países de acolhimento, a abordagem holística adotada no texto descreve as imigrações e a integração enquanto oportunidade de discussão envolvendo a promoção do enriquecimento cultural e questões como preconceito e discriminação, ou seja, esta abordagem positiva deve ser pensada entre aqueles que, em maior ou menor grau, são responsáveis por ensinar e possibilitar o acesso a uma segunda língua e, com ela, a uma cultura diferente.

Logo, mais do que um movimento pacifista entre diversas comunidades, a opção alemã diante das diferenças linguística e cultural deve passar pela afirmação dos preceitos interculturais, sustentando-se nas confluências e divergências entre culturas, sem aniquilamentos ou imposições. A tolerância é, de fato, um mecanismo valioso para a concórdia entre indivíduos de países distintos, entretanto, não deve ser confundida com a indiferença, uma vez que se quisermos compreender o Outro, devemos estar preparados para dialogar com ele.

Se por um lado a interculturalidade não nos limita a uma verdade absoluta, por outro, ela não nos priva do senso crítico, na medida em que não favorece uma única língua ou cultura, nem uma pluralidade desconexa (há que se ter em conta que alguns sistemas de pensamentos e hábitos culturais são mutuamente incompatíveis e contraditórios). Todavia, reconhecemos que o paradigma intercultural carece de uma definição mais concreta, da mesma maneira que não ignoramos seu elevado grau de subjetividade teórica. Pela definição de Agusti-Panareda (2007: 40), a interculturalidade “*constitutes an approach to cultural diversity whose main precept is that cross-cultural interactions and the conflicts deriving from them should be managed through an open and unconstrained dialogue aimed at mutual understanding*”.

O diálogo intercultural rejeita julgamentos prematuros originados da ignorância, sem que, para isso, os indivíduos tenham que renunciar suas respectivas formas de ver o mundo. Acreditamos, pois, que esse mesmo diálogo deva nortear as intervenções no ensino de língua estrangeira, contudo, as expectativas precisam sempre estar niveladas conforme a realidade. Nesse sentido, o autor ainda diferencia a interculturalidade em graus: um mais “forte”, o qual requer o estabelecimento do diálogo verdadeiro, vinculando a interação entre grupos sociais, a participação igualitária, a autonomia e o consenso numa tessitura onde não existem referências pré-estabelecidas; e um mais “fraco”, que, mais humildemente e com base no respeito pela diversidade, propõe-se a promover a interação e o intercâmbio conduzindo a um enriquecimento mútuo. (Agusti-Panareda, *idem*: 44)

Deste modo, o ensino de língua estrangeira somente como decodificação de um sistema linguístico, sem adentrar na questão da cultura e na reflexão sobre a mesma, não contribui com a experimentação tão almejada pela interculturalidade. Todos os envolvidos devem, no geral, tomar a cultura de modo sério, não apenas como folclore, mas como algo que permeia todas as sociedades. Além disso, há que se reconhecer a condição igualitária para os diferentes grupos linguísticos e culturais, tal qual a desconstrução de paradigmas etnocêntricos e estereotipados.

Visto que aprender uma nova língua também corresponde a um processo de adaptação, promover a compreensão de interfaces culturais torna-se essencial, ainda que esta ocorra lentamente e comece a partir de posições assimétricas. Insistimos, mais uma vez, que argumentos culturais baseados em representações simplistas, carentes de uma visão crítica não devem ser usados em nome do “intercultural”. Assim, partindo da exequibilidade de uma concepção intercultural mais realista, consideramos a criação de um espaço onde as culturas envolvidas possam dialogar, no que caberá sublinhar o precioso papel do ensino-aprendizado de português língua não materna no contexto multicultural alemão, bem como o da mediação que, por sua vez, irá atuar em benefício do empreendimento dialógico a fim de implementar a interculturalidade.

II.II A mediação intercultural

A não aceitação das diferenças conduz as pessoas a uma escalada de tensão, desconfiança, falta de comunicação, rotulações, crises, enfim, um raciocínio binário que impede a possibilidade de reunião com a alteridade. O mundo atual e futuro, caracterizado cada vez mais pelas imigrações e pluriétnias, exige, afinal, o diálogo dentro da inquietação e percepção entre o local e o global. E a mediação entre culturas no ensino-aprendizado linguístico pode e deve ser desenvolvida nessa direção, pois,

Ao incluir os diferentes participantes num conflito, promove a compreensividade; ao aceitar diferentes versões da realidade, defende a pluralidade; e ao fomentar a livre tomada de decisões e compromissos, contribui para a participação democrática. (Torremorell, 2008: 8)

A mediação não é uma ideia nova, mas uma prática que remonta aos primórdios do tempo. Muitos povos apresentavam, já na antiguidade, maneiras próprias de lidar com as situações conflituosas emergentes do convívio em sociedade. Na verdade, instaurado um atrito, sempre houvera alguém para aconselhar o uso da razão ao invés da violência. Sabe-se que os chineses utilizavam, há mais de dois mil anos, mecanismos mediadores na resolução de desavenças. Entretanto, alguns estudiosos vinculam as raízes da mediação à Mesopotâmia, na ocasião de um governador sumério ter conseguido evitar uma guerra pela disputa de territórios, cerca de quatro mil anos atrás. (Burgess & Burgess, 1997; Perelló, 1998 *apud* Torremorell, *idem*: 11)

Passando por inúmeras tradições, a mediação pode ser percebida entre padres católicos, líderes africanos, pajés indígenas, nos tribunais rabínicos e nas correntes filosóficas orientais, dentre outros. Nesse sentido, a mediação sempre existiu. Contudo, manifestações deste tipo ocorrem a todo o instante, em culturas diversas, distanciando-se do que atualmente entendemos por processos mediadores. A mediação, enquanto reguladora das interações sociais, originou-se às margens das formalidades dos sistemas jurídicos, ao passo que a mediação intercultural emerge, em paralelo, como uma prática ainda mais recente nas discussões sobre as diferenças culturais.

Uma viagem pelo tempo mostra-nos que a ampliação das relações comerciais e o aumento das interações humanas propiciaram o advento de uma tessitura social muito mais complexa e imbricada, a qual demandava outros modos reguladores de conflitos. O século

XVII assistiu então a uma conquista progressiva no desenvolvimento de sistemas de confrontação social, cuja institucionalização, na tradição ocidental, veio a se verificar somente centenas de anos mais tarde. Desta forma, com o propósito de regular pacificamente as divergências laborais entre patrões e operários, foi criado, em 1947, o *Federal Mediation and Conciliation Service* (FMCS), pelo que tudo indica, primeira organização de caráter mediador, fundada sobre a base do *US Conciliation Service* (1913). (Torremorell, *idem*: 12)

No final dos anos 60 e início dos anos 70, a mediação passou a ganhar evidência num período de inquietude marcado pelo autoritarismo de muitos governos. Incentivando a coesão social e a cidadania, o processo mediador expandiu-se dos Estados Unidos para o Canadá e a América Latina, alcançando, posteriormente, a Europa. Na Espanha, as primeiras associações de mediação surgiram no fim da década de 80 e princípios dos anos 90.⁸ Além disso, convém sublinhar a diferença existente entre as origens da mediação nos Estados Unidos, fomentada pelos movimentos sociais, visto que, em solo europeu, observa-se, primeiro, o desenvolvimento da mediação no domínio acadêmico, para sua consecutiva universalização com o apoio de várias instituições.

A mediação abrange, hoje, diversas práticas, acepções e funções sociais, afirmando, sobretudo, seu crescente alargamento numa sociedade cada vez mais heterogênea. Porém, por ser um processo de várias faces, tentar defini-la à exaustão implicaria, talvez, uma discussão infundável. O conceito carece de um significado consensual, mas compreendemos que tal dispersão teórica esteja ancorada no desconhecimento diante dos limites e possibilidades da mediação. Suas raízes populares, assim como sua apropriação multidisciplinar, conduzem-nos à amplitude de seu alcance, o qual, por outro lado, não deve reduzir os sistemas mediadores a “fórmulas mágicas” na solução de problemas relacionados com o encontro de línguas e culturas.

⁸Na Catalunha foi instituída a Lei Orgânica 4/92, de 5 de Junho, primeiro marco legal quanto às práticas de mediação no âmbito penal juvenil. (Funes, 1994; Gimeno, 1998 *apud* Torremorell, *idem*: 12)

Um dos aspectos fundamentais na caracterização da mediação é o conflito. No cenário multicolorido proporcionado pelas imigrações é natural que surjam circunstâncias conflitantes, quais sejam suas dimensões (étnica, cultural, religiosa, linguística etc.). Tanto que, no trato social, dispomos de um conjunto de princípios mantenedores da ordem, a saber, os padrões da justiça. Não nos restam dúvidas quanto ao papel da legalidade na regulação social, mas não menos relevante será reconhecer que encerrar todo e qualquer conflito sob a ótica da lei corresponderia à padronização das relações humanas. Logo, justiça e mediação desempenham funções diferenciadas: a primeira concentra-se nos desequilíbrios impeditivos da ordem, enquanto a segunda está voltada para a coesão social. (Torremorell, *idem*: 18)

O cariz processual da mediação concretiza-se, portanto, no reconhecimento de um espaço comum às partes relacionadas ao conflito. E é neste domínio que se encontra o mediador (uma pessoa, um grupo de pessoas ou instituições), o qual atua como ponte ou ligação no ato da mediação. O mediador não está integrado no conflito, mas antes no processo, o que nos leva à questão da imparcialidade. A argumentatividade, ao permear todos os usos da linguagem humana, faz da neutralidade mera pretensão, apenas um jogo discursivo e, embora a subjetividade do mediador esteja mais ou menos implícita ou explícita, podemos afirmar que a lógica mediadora é ternária. Com isso, ao ultrapassar a bipolaridade do certo/errado, o mediador está longe de representar uma figura descomprometida com a situação na qual intervém.

Uma vez que no ensino-aprendizado de língua estrangeira interessa-nos não só a língua do Outro, mas também a sua relação com a língua e cultura daqueles envolvidos no processo, não menos importante será questionar a adequação da mediação à interculturalidade: “[...] *The task of the mediator cannot be conceptualized as mediation when her work is mainly aimed at a one-way integration process. Mediation and interculturality are thus strongly interconnected*”. (Agusti-Panareda, *idem*: 46) Dada a estreita relação do processo mediador com a interculturalidade, tal qual o entendimento do ensino de línguas enquanto cenário de experimentação cultural, partimos do princípio de que os conflitos, neste contexto específico, surgem seja pelo fato da cultura ser comumente ignorada no ensino-aprendizado de línguas, seja sob a forma dos preconceitos linguísticos e culturais daí resultantes.

Portanto, a noção de “ponte” é central para o conceito da mediação, no sentido de intervenção capaz de promover o intercâmbio comunicativo entre pessoas em conflito. De acordo com Cohen-Emerique (2007: 10), quando vinculada à interculturalidade, a mediação pode ser reformulada como “*position of a third party between two social and cultural universes*”; “*a procedure that takes place in time through trust, dialogue and negotiation*”;

“the third party creates bridges between two social and cultural universes”. Radulescu & Mitrut (2012: 344) também circunscrevem o papel do mediador intercultural à construção de pontes entre os relacionamentos humanos:

The intercultural mediator facilitates exchanges between people of different socio-cultural backgrounds and acts as a bridge between immigrants and national and local associations, health organizations, services and offices in order to foster integration of every single individual.

Na maioria das vezes, os imigrantes estão associados à pobreza e à delinquência (representações reforçadas pelo fluxo de imigrantes clandestinos ou irregulares). Logo, é necessário compreender as demandas e os comportamentos desses indivíduos, suas respectivas condições de “migrantes” e, acima de tudo, o quanto a bagagem cultural que trazem consigo pode nos ensinar. E a mediação, ao revelar nossos limites quanto à percepção do Outro, demonstra que a interculturalidade e a nossa capacidade de dialogar com outras culturas podem ser aprendidas ou melhoradas. Para Le Roy (2007: 30),

[...] the inter-mediators illustrate the limits of competency of the social workers (lato sensu) at perceiving the other in his or her own culture. Each one of us has a rather uncritical spontaneous representation of cultural difference. And if this representation is not improved, it gives rise to stereotypes and then to quick judgements, not to speak of prejudice of all kinds. This is what is called ethnocentrism.

Numa conjuntura de fraturas sociais, a diversidade, na ausência da convivência, tenta conquistar seu lugar em meio à expressão individualista do mundo contemporâneo. A mediação intercultural, por seu lado, vem se estabelecendo como modelo perante os desafios do multiculturalismo, na medida em que permite reconhecer não só os imigrantes como atores inevitáveis da vida social, mas também a descoberta da língua e cultura do Outro. Afinal, pelo diálogo transformador, a mediação intercultural possibilita trocas e compreensão mútua e, como resultado, uma dinâmica social positiva que pode evitar a ignorância cultural e, destarte, a exclusão.

A mediação pode ser considerada uma intervenção pacífica, mas não passiva. Ao fomentar a construção de grupo e de comunidade, ela nos ajuda a pensar com autonomia e estabelece novos laços. Ademais, é no espaço interativo da mediação intercultural que encontramos a possibilidade de desconstruir estereótipos culturais negativos, estimular o sentido crítico, a beligerância positiva e o compromisso face ao futuro. De qualquer forma, salientamos que não se pode esperar que a mediação resolva todos os impasses imbricados na

integração, visto que sua função não é contribuir diretamente na institucionalização da mesma. No entanto, especialmente no que se refere à desmistificação de aspectos culturais no ensino de português para estrangeiros, a mediação deve, sobretudo, recriar vínculos:

In any case, the mediators through their capacity to stage a meeting between different universes but also between very unequal statuses and through their aptitude to modulate the negotiations so as to respect the identities involved, have shown that they were capable to at once help the migrants find a place in the host society and also help the institutional actors better understand, recognize and respect the migrants. In a word, they modify the framework of intercultural relations. In this sense, one can call them “identities bridges”. (Cohen-Emerique, *idem*: 9)

Os conflitos permitem, com efeito, a circulação de verdades múltiplas e, no que diz respeito às pessoas, legitimam as nossas diferenças. Assim, ao contrário da uniformização, os conflitos abrem portas à exploração cultural, no que devem ser compreendidos em sua concepção positiva. Embora uma suposta aceitação do Outro exponha indícios de utopia, acreditamos que o diálogo intercultural através da mediação seja uma opção justificada também na esfera linguística. Em síntese, por mais que seja difícil atar-se a abordagens com o rigor exigido por muitos autores, é possível utilizar o modelo como um ideal, estabelecendo um denominador comum de interculturalidade a partir do qual se pode desenvolver, de modo contextualizado, objetivos compatíveis com a realidade de cada situação.

II.III Valores pedagógicos da mediação: o professor-mediador

Quando falamos em interculturalidade, estamos nos referindo ao direito que cada cultura, no sentido geral do termo, tem por de existir e ser respeitada, sem qualquer tipo de valorização e também ao fato de que as culturas podem enriquecer-se mutuamente. Numa sociedade plural, interculturalidade corresponde então à capacidade de se colocar no lugar do Outro e de desejar conhecê-lo. Apesar de o ideal intercultural contemplar inúmeras teorias, todas convergem no ser humano e sua vivência em uma cultura diferente, questão que não mais pode ser negligenciada na atualidade.

Sabemos que as comunidades são constituídas por diferentes setores que, às vezes, atuam como blocos estanques (línguas, religiões, ofícios, dentre outros) e, ampliando o marco da realidade social, cada grupo entra em contato com outros, pelo que cada pessoa atua individualmente e, ao mesmo tempo, como membro do seu grupo de identidade, fato que, por si só, origina conflitos. A mediação facilita, pois, o funcionamento conjunto e efetivo, tendo em vista o intercâmbio e uma verdadeira participação que aglutina em vez de dividir.

A interculturalidade em ação e não apenas engendrada em discursos de “paz social” pode ser difícil no confronto com a realidade, mas, da mesma forma, poderá levar à concretização de estratégias voltadas para a aquisição de habilidades verdadeiramente interculturais. Como então sistematizá-la em sala de aula sem cair nas armadilhas etnocêntricas e na letargia embalada por chavões como “cidadania” ou “espírito de abertura”? Insistimos que uma educação intercultural, ao invés de somente reconhecer a existência do multiculturalismo, deve, principalmente, estar apta a negociar. Para tanto, temos a importância da apreensão do ensino-aprendizado de línguas estrangeiras como um espaço para a mediação intercultural.

O conceito de mediação já vem sendo utilizado pela sociedade com o objetivo de reestruturar falhas comunicativas nos setores públicos e privados. Six (1990) *apud* Lévy & Zarate (2003: 186) identifica seis domínios onde a função mediadora encontra-se institucionalizada, a saber, familiar, cultural, social, profissional, judiciário e político. Todavia, se quisermos nos deter no âmbito educacional, fica evidente que, além dos nexos existentes entre interculturalidade e mediação, teremos que basear nossa confiança no potencial educativo acerca do debate reflexivo que os processos mediadores são capazes de promover.

A mediação apresenta basicamente três elementos: as pessoas participantes, a situação conflituosa que as afeta e o processo de comunicação que se estabelece entre elas. O mediador, na sua função coparticipativa, é responsável, no espaço e no tempo, no lugar denominado mediação, pela circulação de valores positivos e construtivos, expressos de acordo com as particularidades de cada contexto. Na verdade, os autênticos processos de mediação incitam a abertura de uma via de diálogo, fomentando uma reflexão inicial que reconduz os conflitos para o terreno do conhecimento.

Reconhecer os valores pedagógicos da mediação afasta-nos, à primeira vista, do seu caráter mais instrumentalizado, que gira à volta do conflito e da sua solução. O discurso reordena-se, portanto, em torno de um novo horizonte em que as relações interpessoais implicam a construção de significações sociais partilhadas. Logo, quem aprende uma língua estrangeira, o faz por procurar um encontro com outra cultura (mesmo quando esta motivação não esteja clara), o que nos permite constatar que todos os professores de línguas, estando preparados formalmente para isso ou não, são mediadores culturais.

O ensino de língua estrangeira, por sua própria natureza, baseia-se na convicção de que por sermos todos seres humanos podemos facilmente compreender uns aos outros desde que compartilhemos o mesmo código, isto é, tudo o que temos a fazer é aprender o código e usá-lo com precisão e de forma adequada. Tal ponto de vista valoriza o consenso e o entendimento negociado e, por termos as mesmas necessidades humanas básicas, cabe-nos concordar em como satisfazer estas necessidades em diversas situações da vida cotidiana. Acredita-se que uma língua é essencialmente, embora não facilmente, traduzível em outra, crença bastante frutífera quanto às abordagens funcionais e pragmáticas relativas ao ensino-aprendizado de línguas não maternas em todo o mundo.⁹ (Kramsch, 1993:1)

⁹“By its very nature, foreign language teaching is predicated on the conviction that because we are all humans, we can easily understand each other provided we share the same code; all we have to do is learn that code and use it accurately and appropriately. This view of language teaching values consensus and negotiated understanding. Because we all have the same basic human needs, we only have to agree on how to fulfill these needs in various situations of everyday life. On this shared experiential basis, it is believed that one language is essentially (albeit not easily) translatable into another. In foreign language education, this belief has been most fruitful in promoting functional and pragmatic approaches to the teaching and learning of foreign languages around the world”.

As dificuldades, entretanto, situam-se no tocante à cultura, já que a cultura é diferença, variabilidade e uma permanente fonte potencial de conflito quando em contato com outra. Considerando-se então as diferenças devido a fatores tais como idade, gênero, classe social, escolaridade, geração, história familiar, nacionalidade, regionalidade, experiências de vida, idiossincrasias linguísticas, estilos conversacionais e intencionalidades, para além da imensa complexidade inerente às relações humanas e à comunicação *per se*, veremos que a cultura não constitui uma habilidade dispensável ou meramente anexável ao ensino de gramática, da fala, audição, leitura e escrita.

Toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, um sistema completo, organizado e coerente de regras que permite a um povo expressar o mundo físico e simbólico em que vive. Além disso, língua e cultura formam uma relação que é a base da constituição do ser humano, pois é na e pela língua que indivíduo e sociedade determinam-se mutuamente. Mais do que um meio de comunicação, as línguas são um veículo da cultura e das representações que dela fazemos. Quanto ao ensino-aprendizado de línguas não maternas, incidindo direta ou indiretamente na questão da integração, é notório que *apenas* se fazer entender na própria língua, na língua do autóctone ou numa terceira língua que não seja nativa a nenhuma das partes parece não ser suficiente.

O reconhecimento e a legitimação das nossas diferenças apontam para a globalidade de forma esperançosa e certamente otimista. No cenário mundial contemporâneo as culturas não estão isoladas, tampouco estáticas, sendo que a mediação não pretende alterar os padrões vigentes, mas antes contribuir para a melhoria da qualidade das relações humanas, posto que, nas palavras de Torremorell (*idem*: 76):

A mediação desenvolve o que poderíamos chamar de *competências culturais*, no sentido em que promove atitudes de abertura em relação a outras formas de entender a existência ou, o que vai dar ao mesmo, capacidade para gerar empatias com significações socioculturais e referentes axiológicos diversos.

Ainda segundo Lévy & Zarate (*idem*: 189), do ponto de vista da mediação, os relatos de experiências relacionadas às intervenções iniciadas em contextos escolares ou universitários demonstram que a alçada mediadora envolve uma pluralidade de visões, as inquietações do não dito, adotadas a partir de uma terceira via sobre a realidade social. Este quadro, vinculado à complexidade decorrente da interpretação das práticas sociais observáveis, estimula a abertura didática da análise de ocorrências não escolares, tendo em conta a imprevisibilidade e o risco de situações que não podem ser academicamente codificadas.¹⁰

Assim, definido como mediador(a), o(a) professor(a) de línguas assume os desafios do ecumenismo cultural, já que ao transmitir valores, ele ou ela deve estar ciente das tensões identitárias presentes nas sociedades. Os professores de línguas estrangeiras, a partir de então denominados *professores-mediadores*, tornam-se, portanto, fundamentais para o desenvolvimento de alunos linguística e culturalmente competentes, dotados, sobretudo, de uma personalidade intercultural. Invertendo a visão tradicional do ensino de línguas como o ensino de formas para exprimir significados universais, voltamo-nos para a noção de conflito em sua acepção de mudança, no que o interesse pelos embates culturais, pelo reconhecimento da complexidade e pela tolerância à ambiguidade convence-nos de que o rompimento com preconceitos e a compreensão mútua podem ser alcançados.

Para Lévy & Zarate (*idem*: 188), o ensino de línguas não está acostumado a explorar as práticas diplomáticas, mas, por outro lado, envolve de maneira mais ou menos explícita questões políticas em grande parte demarcadas como modelos autoritários inquestionáveis. Com isso, o ensino-aprendizado de línguas estrangeiras apresenta-se como uma clássica moeda de troca no que se refere aos acordos bi- ou multilaterais, constituindo, de fato, verdadeira esfera de influência da língua/cultura do(s) país(es) que representam. Tal relação flutua conforme os desenvolvimentos geopolíticos, sendo que a proximidade ou distância cultural entre dois países ou regiões do mundo está duplamente inscrita na história secular dos contextos linguísticos e culturais.

¹⁰«Vus sous l'angle de la médiation, les comptes-rendus d'expériences liées aux situations de mobilité initiées en contextes scolaire ou universitaire montrent comment une compétence de médiateur englobe d'emblée plusieurs points de vue, s'inquiète des non-dits, adopte sur la réalité sociale une position tierce. Ce cadre, lié à la complexité découlant de l'interprétation des pratiques sociales observables, stimule l'ouverture de la didactique à l'analyse de situations non-scolaires, qui prennent directement en compte l'imprévisibilité et le risque liés aux situations qui ne sont pas scolairement codifiées».

Realçamos, desta forma, o potencial educativo da mediação pelo fato de ela possibilitar a identificação e análise racional de situações xenofóbicas, ensinando, ao mesmo tempo, a reconhecer e desenvolver valores positivos como a empatia e abertura ao Outro. Para além de remediar conflitos, armados ou ideológicos, acreditamos que a atuação do professor-mediador no ensino de língua e cultura facilita a reconstrução das relações entre as pessoas e os países envolvidos, garantindo princípios como a liberdade, a democracia, os direitos humanos e as leis numa Europa unida. Segundo Zarate *et al.* (2004: 59):

The mediation space is not only that of the return of the word, it occupies the symbolic gap that has been created between the culturally near and the culturally distant. While current usage considers these opposed positions to be irreducible, the mediator perceives the representations of the Other as being dependent on the complexity of what is implicit in communication, on a relational dynamism, on transactions in progress that cause meaning to fluctuate. He is empowered to intervene in the processes that dramatise the severance of meanings between oneself and the Other, and makes an effort to establish continuity.

Crenças e comportamentos encontram-se profundamente enraizados na essência humana, podendo criar as mais variadas reações, da admiração à rejeição. A sala de aula de língua estrangeira, por sua vez, ao possibilitar a experiência da alteridade, torna-se um lócus privilegiado para tal aprendizado. Daí a importância dos professores-mediadores na criação de pontes e recriação de vínculos, no que aqueles podem ser reconhecidos, de modo paradigmático, como agentes sociais em favor da convivência e de um mundo designadamente multicultural.

CAPÍTULO III

INTERFACES CULTURAIS

A cultura pode ser experimentação e reflexão, pensamento e sonho, paixão e poesia e uma revisão crítica constante e profunda de todas as certezas, convicções, teorias e crenças. Mas ela não pode afastar-se da vida real, da vida verdadeira, da vida vivida, que nunca é a dos lugares-comuns, a do artifício, do sofisma e do jogo, sem o risco de se desintegrar. Posso parecer pessimista, mas a minha impressão é que, com uma irresponsabilidade tão grande como a nossa irremediável vocação para o jogo e a diversão, fizemos da cultura um desses vistosos mas frágeis castelos construídos sobre a areia que se desfazem ao primeiro golpe de vento. (Mario Vargas Llosa)

III.I A questão da cultura

A ideia de criar laços, norteadora do intercâmbio comunicativo entre línguas e culturas distintas no mundo globalizado, sobretudo na tessitura multicultural alemã, conduz-nos ao princípio elementar de que professores de línguas precisam se tornar professores de língua e cultura. Assim, ao professor-mediador caberá um olhar mais atento para o conceito de cultura, que não é (nunca foi e provavelmente jamais será) unânime. Em alemão, *Kultur* pode se referir ao estritamente popular ou às manifestações artísticas mais relevantes da humanidade. O antropólogo inglês Tylor (1871: 1) teria sintetizado ambas as definições no vocábulo inglês ‘culture’, “*that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society*”.

O termo *Kultur* já era utilizado no século XVIII para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, ao passo que a palavra francesa *civilization* remetia principalmente às realizações materiais de um povo. Na verdade, os conceitos de cultura encontram-se frequentemente contrapostos, por exemplo, cultura *vs.* natureza, cultura cotidiana *vs.* “alta cultura”, cultura nacional *vs.* padrões culturais estrangeiros. Dentre inúmeras formulações difundidas, a cultura corresponde basicamente a um sistema de normas, valores e premissas. A cultura também é linguagem e comunicação, no que existem mais de cinquenta conceitualizações envolvendo o termo, dependendo da área de estudo e respectiva linha de orientação. (Heimannsberg, 2000: 69)

Ao longo do tempo, a cultura teve inúmeros significados e, por muitos séculos, foi um conceito inseparável da religião, na Grécia foi marcado pela filosofia e em Roma pelo direito, enquanto no Renascimento era impregnado pela literatura e pelas artes. Em épocas como o iluminismo a ciência deu a orientação principal à noção de cultura. A cultura estabeleceu categorias sociais entre aqueles que a cultivavam e aqueles que a ignoravam, ou dela eram excluídos por razões sociais e econômicas. Embora tenha adquirido várias nuances até aos dias atuais, a cultura sempre representou

[...] um conjunto de fatores e disciplinas que, segundo amplo consenso social, a constituíam e ela implicava: a reivindicação de um patrimônio de ideias, valores e obras de arte, de conhecimentos históricos, religiosos, filosóficos e científicos em constante evolução, o fomento da exploração de novas formas artísticas e literárias e da investigação em todos os campos do saber. Llosa (2012: 61)

Todas as sociedades, simples ou complexas, possuem suas respectivas formas de pensar, sentir e agir, todas têm sua própria cultura. O sentido a ser reforçado aqui aproxima as práticas culturais da ação ética e coletiva e a cultura como promoção de sociabilidade, fortalecimento da identidade e da ideia de pertencimento. Não há, pois, culturas melhores ou piores, no que muitas culturas são “primitivas” sob o ponto de vista tecnológico. Por outro lado, estas podem apresentar uma vida espiritual mais desenvolvida, visto que culturas mais avançadas tecnologicamente talvez sejam primitivas em relação à espiritualidade (a qual não se confunde com religião), como no caso de algumas culturas ocidentais quando comparadas a certas sociedades orientais. Noutras palavras, em se tratando de cultura, não existe uma verdade universal absoluta.

Entretanto, para Bauman, dizer que todo grupo social tem uma cultura é bastante superficial. Afora a dificuldade de desatrelar a cultura da imagem de “civilização”, o autor salienta a cultura como uma invenção europeia, uma vez que a Europa foi responsável por sua descoberta enquanto atividade realizada por seres humanos no mundo humano. Sem afetações etnocêntricas, mas reconhecendo a assimetria existente entre as relações entre a cultura europeia, a única cultura da autodescoberta, e as demais culturas do globo, remonta-se a duas categorias heideggerianas interrelacionadas, a do *zuhanden*, para expressar o estado contemplativo com que os indivíduos enxergam as coisas no mundo, e a do *vorhanden*, designando as visões objetivadas e científicas:

[...] é uma atividade incessante que consiste em arrancar o mundo, fragmento por fragmento, da serena mas sonolenta inércia do *zuhanden* e transplantá-lo para o reino singularmente humano do *vorhanden* – fazer do mundo um objeto de investigação crítica e ação criativa. Esse feito se realiza mais uma vez, diariamente, em todo o lugar em que vivem os seres humanos. (Bauman, *idem*)

De qualquer forma, não trataremos das discrepâncias conceituais, mas sim da cultura como herança social e resultado da criação humana. Sendo socialmente construída é mais importante sua compreensão como resposta da sociedade a uma série de questões fundamentais acerca de seus valores do que sua definição pormenorizada. A complexidade cultural não deve estar limitada *apenas* a estilos de vida, comportamentos, culinária, festivais etc., na medida em que tais simplificações não conseguem, isoladamente, lidar com a natureza caleidoscópica da identidade e da diferença.

A cultura é um modo de captação do dado contextual, podendo nos levar à esfera do imaginário e do desejo, dimensão que a situa no campo da construção da subjetividade e

implica sua estreita correlação do Eu com o Outro. Em torno da definição e da importância da cultura surgem muitas divergências que, quando traduzidas para o âmbito educacional, também contemplam, em grande parte, a cultura como um construto monolítico e fictício. Ainda que várias bases da diversidade sejam reconhecidas, uma ênfase meramente passiva e monocromática descarta a amplitude conceitual do termo, ocasionando na sua parcial sistematização nos contextos formais de aprendizado.

Ademais, a cultura enreda um conjunto de símbolos e práticas. Em particular, trata-se de hábitos coletivos de pensamento, avaliação e sentimentos, passíveis de transformação e mudança. Essas condutas, em sua totalidade, agem como uma espécie de filtro através do qual percebemos o mundo, escoando nossas decisões e posturas acerca de problemas e oportunidades. Por conseguinte, os contextos culturais mistos permitem aos atores sociais envolvidos a conscientização de respostas e atitudes face às diferenças, podendo apontar, no futuro, quer para a estagnação quer para o desenvolvimento intercultural do indivíduo.¹¹

A cultura pode ser vista sob os mais variados aspectos e a *nacionalidade*, por sua vez, é apenas um dentre tantos. Pode-se dizer então que área geográfica, religião, eventos históricos e língua constituem subdivisões de uma suposta cultura nacional. Destacamos ainda as reflexões de Goodenough (1957), Birdwhistell (1981) e Goffman (1981) *apud* Zarate *et al.* (*idem*: 35) em que a cultura consiste naquilo que o sujeito tem de saber ou acreditar a fim de atuar, de maneira aceitável, em meio aos demais membros de uma comunidade específica. Com a relativa previsibilidade cultural do indivíduo em determinados contextos, reafirmamos que, comunicativamente, todo e qualquer grupo social possui uma lógica interna própria.

De acordo com Trompenaars & Hampden-Turner (1997: 13), cada um de nós aprende formas coerentes e ordenadas de organizar experiências. Agimos conforme as significações que atribuímos ao nosso redor, no que as interações sociais pressupõem, conseqüentemente, modos comuns de processar a informação. Logo, quando se pensa em cultura, há que se ter em conta as expectativas dos interlocutores e a existência ou não de significados compartilhados ou de crenças mútuas.

¹¹Traduzido a partir de Heimannsberg (*idem*: 70). Acrescentamos que não se deve confundir cultura com temperamento, componente individual do ser humano. Este engloba nossos potenciais, nossos genes, visto que a cultura corresponde às demais influências exteriores. A personalidade humana resulta, portanto, da união destes dois elementos: cultura e temperamento.

Para os autores (*idem*: 21) a cultura apresenta diferentes camadas complementares entre si. A “cultura explícita”, camada mais externa, contempla “[...] *the observable reality of the language, food, buildings, houses, monuments, agriculture, shrines, markets, fashions and art*”. Ela representa os quesitos básicos sobre a vida, da mesma forma que é justamente a partir do simbolismo e da observabilidade dessa camada que surgem grande parte dos preconceitos.

Na camada intermediária estão situadas as normas e os valores. As normas correspondem a um senso mútuo sobre o “certo” e o “errado”, manifestando-se informalmente ou por leis escritas. Os valores, atrelados à moral, determinam a definição do “bom” e do “mau”, servindo, aliás, como critério na determinação de escolhas. Uma cultura é relativamente estável quando as normas refletem os valores de um grupo, caso contrário, provavelmente surgirá tensão. No leste europeu, por exemplo, as normas do comunismo não se adequaram aos valores da sociedade. A desintegração é um resultado lógico.

Os povos se organizam a fim de encontrar a melhor solução para lidar com a natureza, daí que “*culture comes from the same root as the verb ‘to cultivate’, meaning to till the soil: the way people act upon nature*”. Tais premissas equivalem, pois, ao núcleo central da cultura, já que a luta pela sobrevivência é um dos pressupostos mais elementares do ser humano. As soluções para os problemas cotidianos integram, subconscientemente, nosso sistema de suposições. Deste modo, ao desenvolverem-se em regiões geográficas distintas, as pessoas formam diferentes conjuntos de premissas acompanhados dos significados compartilhados por um grupo, o que permite um indivíduo interpretar as coisas à sua maneira. (Trompenaars & Hampden-Turner, *idem*: 23)

A aquisição cultural pode ser comparada, portanto, à estrutura do iceberg: em sua ponta encontramos as *práticas* ou os elementos visíveis da cultura (o jeito de se vestir, de falar etc.). Estes se referem ao comportamento verbal/não verbal e aos costumes de uma cultura específica, os quais podem ser desenvolvidos através de um processo explícito de aprendizado. Por serem observáveis, são mais facilmente modificáveis, porém, ao refletirem somente uma pequena parte da cultura do sujeito/grupo social, não podemos tirar conclusões precipitadas com base neste nível. No meio do iceberg, ao nível da água, situam-se as crenças, em que acreditamos ou não. Aqui estão envolvidas as emoções, mais complexas e menos passíveis de mudanças.

Por último, teríamos as premissas integrando a parte submersa do iceberg, em geral muito maior do que a parte visível. Normalmente não temos consciência das mesmas e é nessa camada que se dão os choques culturais mais intensos, pelo fato de dois indivíduos

pertencentes a culturas diferentes trazerem consigo suposições e formas distintas de enxergar e atuar no e sobre o mundo. A “cultura interna” não pode ser definida pelo conhecimento objetivo, sendo mais difícil de ser alcançada justamente por envolver processos implícitos de aprendizado.

Se a língua é uma manifestação de identidade cultural, faz-se então necessário reconhecer que todo aprendente de línguas estrangeiras carrega os elementos visíveis e invisíveis de sua cultura de origem. Além disso, desde a infância desenvolvemos imagens (positivas/negativas; coletivas/individuais) relacionadas à cultura e, por conseguinte, à língua do Outro, visto que adquirimos gradualmente as crenças dominantes e os modos de pensamento prevalentes no seio da família e do grupo social de nosso convívio.

Todavia, estamos todos sensíveis às mudanças, reiterando a instância em se estabelecer estratégias de intervenção no sentido de encorajar a descoberta de similaridades e a aceitação das diferenças entre culturas. O professor-mediador pode, efetivamente, influenciar o mundo social com a desconstrução de rótulos culturais através do ensino de língua e de cultura. E ao reconsiderarmos a educação como porta de acesso para a interculturalidade e a integração passamos a evidenciar, com maior clareza e responsabilidade, que o ensino de línguas estrangeiras incorpora, em sua essência, a presença e o contato com a diversidade.

III.II Alemães, brasileiros e portugueses

A cultura é dinâmica como as coletividades e as organizações sociais, no que a maneira de pensar, sentir, agir e viver de um povo, com seus valores e contradições, impregna a cultura de símbolos e significados, elaborados e reelaborados continuamente no processo cotidiano e complexo da vida. Segundo Hall & Hall (1990) a cultura é comunicação, um sistema de criar, emitir, armazenar e processar informações. Assim, cada grupo ou comunidade opera conforme seus próprios princípios, suas próprias leis, escritas ou não. Para os autores (*idem*: 3-4):

Culture can be likened to a giant, extraordinary complex, subtle computer. Its programs guide the actions and responses of human beings in every walk of life. This process requires attention to everything people do to survive, advance in the world, and gain satisfaction from life. Furthermore, cultural programs will not work if crucial steps are omitted, which happens when people unconsciously apply their own rules to another system.

Após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos convidaram o antropólogo Edward Twitchell Hall a participar de um projeto com o intuito de sistematizar uma melhor compreensão entre culturas diferentes, grande obstáculo perante os propósitos norte-americanos de influência no mundo. Por quinze anos Hall coletou dados culturais na Europa, os quais foram comparados com base principalmente nas noções de contexto, espaço e tempo. O pesquisador, um dos fundadores dos Estudos Culturais, introduziu vários conceitos hoje considerados parâmetros na definição de culturas.

Em primeiro lugar, temos o fator contextual, “*the information that surrounds an event; it is inextricably bound up with the meaning of that event*”. (Hall & Hall, *idem*: 6) Dentre a terminologia cunhada, parece-nos especialmente relevante a dicotomia *high/low context* no que diz respeito a dois tipos de culturas, dependendo de suas necessidades de explicitação informacional: nas culturas *high context* o não dito é compartilhado pelos membros da sociedade, com muitas informações sendo tacitamente compreendidas por eles, ao passo que nas culturas *low context* o contexto é apenas o imediato, já que seus membros necessitam das informações diretamente, sem meias-palavras e subentendidos. Portanto, numa espécie de escala que vai de alto a baixo contexto, os elementos que se combinam para produzir um determinado sentido encontram-se em diferentes proporções.

Em alto contexto a maior parte das informações encontra-se no indivíduo, sendo a menor parte codificada e transmitida na mensagem explícita. Os povos do mediterrâneo, os *Südländer*, latinos, árabes e japoneses, normalmente mais envolvidos em extensas redes de informação com familiares, amigos e colegas de trabalho, incluem-se nesta categoria. Por outro lado, em baixo contexto a carga informacional é investida no código explícito. Neste grupo incluem-se americanos, alemães, suíços, escandinavos e muitos outros europeus do norte, os quais tendem a compartimentar suas relações pessoais e profissionais. Como resultado, eles precisam obter informações detalhadas sempre que interagem.

Deslocamentos na escala contextual implicam diferentes modos de comunicação: quanto mais alto, mais “calorosa” é a cultura em questão, na medida em que os deslocamentos para posições mais baixas apontam para culturas mais “frias”. (Hall & Hall, *idem*: 7) A contraposição entre culturas de alto e baixo contexto explica, por exemplo, as diversas formas de cumprimento. Em alto contexto, sem uma troca de palavras, abraços ou beijos, o ato de cumprimentar é tido como “distante”. As culturas de baixo contexto, no entanto, dão pouca importância ao estabelecimento de uma rede pessoal, de modo que o cumprimento é normalmente reduzido a um aceno de cabeça ou até mesmo a um olhar de certa distância.

Diferenças dessa ordem podem, com efeito, afetar inúmeras situações e relacionamentos entre indivíduos pertencentes a culturas “opostas”. No quadro abaixo estão sistematizadas algumas das principais características das culturas *high/low context*:

Quadro 3.1 – Culturas em alto e baixo contexto

Alto contexto	Baixo contexto
A maior parte das informações é conhecida pela pessoa	As informações devem ser fornecidas explicitamente, geralmente por meio de palavras
A comunicação não verbal é importante	A comunicação verbal é importante
Mantêm extensas redes de informação	Carecem de redes de informação extensas e bem desenvolvidas (<i>small talks</i> são um desperdício de tempo)
A informação flui livremente	A informação tende a ser segmentada, sendo compartilhada quando necessário
As mensagens são frequentemente implícitas	Preferem ou demandam direção e sentido explícito
As emoções são expressas	As emoções são controladas

O pensamento é dedutivo (do global para o específico)	O pensamento é indutivo (do específico para o global)
Harmonia com a natureza	Comando sobre a natureza
A verdade é incognoscível, há muitas verdades	A verdade é passível de ser conhecida, há uma verdade
Voltado para o grupo	Voltado para o indivíduo

Fonte: Hall & Hall (1990)

Consoante à categorização de Hall, podemos então afirmar que brasileiros e portugueses apresentam mais características *high context*, enquanto os alemães constituem um típico caso de *low context*.¹² Logo, chamar alguém pelo primeiro nome (comportamento de alto contexto) provavelmente ofenderia os alemães, uma vez que os mesmos veem o uso do primeiro nome como aceitável somente entre amigos íntimos e familiares. Os brasileiros, por seu turno, estão mais propensos a fugir da impessoalidade e tornar o ambiente hostil do não familiar em amistoso, onde suas redes de contatos possam fluir, fazendo com que todos pertençam à mesma “família”.

A noção de *high/low context* também pode ser traduzida por indiretividade e diretividade, respectivamente. O alemão, conhecido por sua diretividade, é usualmente visto como “curto e grosso” pelos brasileiros, revelando o quão desagradável uma informação direta pode soar em culturas de alto contexto. Estas necessitam menos do que é dito explicitamente pelos interlocutores e nos remete à importância dos relacionamentos pessoais: nas culturas de alto contexto observa-se uma tendência à interpenetração entre os campos profissional e pessoal, ao passo que um indivíduo socializado em uma cultura de baixo contexto aprende a segmentar e compartimentar essas áreas.

¹²A cultura alemã, como qualquer outra, apresenta suas diferenciações internas (bávaros vs. berlinenses, por exemplo). Entretanto, sem adentrar em especificidades regionais/individuais e devido às suas respectivas posições na escala de Hall, “igualamos”, de certa forma, as culturas brasileira e portuguesa, podendo, nesse sentido, contrapor-las aos alemães. Ademais, é de grande utilidade saber se a cultura de um dado país pende para o lado mais alto ou mais baixo da escala, já que cada pessoa é influenciada pelo contexto em que está inserida. Mais especificamente quanto aos portugueses, ainda que estes também possam ser considerados de alto contexto, supomos que eles se situem um pouco abaixo dos brasileiros na referida escala. Não é por acaso que problemas de comunicação ocorrem entre comunidades linguísticas que utilizam, em princípio, a mesma língua. Em muitos casos, as famosas “piadas de português” têm sua graça entre os brasileiros em virtude da posição mais elevada em *high context* da cultura brasileira em relação à portuguesa.

As redes informacionais dos alemães são limitadas quando comparadas ao escopo dos brasileiros e portugueses. Aliás, nas palavras de Hall & Hall (*idem*: 9), “*In Germany almost everything is low-context and compartmentalized*”. Conseqüentemente, indivíduos de baixo contexto ficam perdidos quando não lhe são fornecidas muitas informações e, pelo contrário, as pessoas de alto contexto estão mais aptas a se tornarem impacientes e irritadas quando recebem informações de que não precisam. Um dos grandes desafios é encontrar o nível apropriado de contextualização requerida em cada situação, da mesma maneira que o conhecimento sociolinguístico requer atenção quanto à bagagem cultural daqueles envolvidos no ensino-aprendizado de uma nova língua.

Além do contexto, foram detectados outros elementos subjacentes à cultura, particularmente no que se refere às noções de espaço e de tempo. Quanto ao primeiro, salientamos que todo ser vivo tem um limite físico externo separando-o do ambiente ao redor (a casca, para os vegetais; a pele, no caso dos animais). Esta parte visível ainda é cercada por uma série de limites invisíveis, complexos de serem definidos, mas reais, demarcando-se a partir do espaço individual até aquilo conhecido por “território”. A territorialidade, uma característica inata, tem suas raízes no passado de centenas de milhões de anos. O ato de defender e reivindicar um território constitui um elo vital na cadeia de eventos necessários à sobrevivência. Nos seres humanos a territorialidade é altamente desenvolvida e fortemente influenciada pela cultura. (Hall & Hall, *idem*: 10)

O território manifesta-se ainda sob a forma do “espaço pessoal”. Cada pessoa tem à sua volta uma espécie de “bolha” invisível que se expande e contrai, dependendo da relação com as pessoas próximas, seu estado emocional, sua cultura de origem e a atividade a ser realizada. Poucas pessoas têm permissão para penetrar nesse território móvel e, quando muito, apenas por curtos períodos de tempo. No países europeus do norte, tais bolhas normalmente são muito grandes, as pessoas tendem a não tocar umas nas outras e mantêm distância. Em países latinos e mediterrâneos as bolhas são menores.

Como se pode imaginar, existem grandes diferenças culturais na programação dos sentidos. A ideia de espaço é percebida não só pela visão, mas por todos os sentidos. Hall denomina “espaço auditivo” aquele apreendido pelos ouvidos, “espaço térmico” pelo tato, “espaço cinestésico” pelos músculos e “espaço olfativo” pelo nariz. Os alemães dependem fortemente do espaço auditivo, particularmente quando querem se concentrar. Os povos de alto contexto costumam rejeitá-lo, estando mais abertos a interrupções e em sintonia com o que se passa ao redor.

Podemos observar que, durante uma conversa, se um estranho encontra-se bem próximo de seu interlocutor, não mantendo a distância “normal”, o afastamento é automático, seja em reação ao desconforto, à ofensa ou até mesmo à ameaça. As mudanças espaciais dão tom à comunicação, acentuando e ultrapassando a linguagem verbal, no que o fluxo e o deslocamento espacial constituem partes integrantes do processo de comunicação durante uma interação. Nas palavras dos autores,

Human beings in the course of a lifetime incorporate literally hundreds of spatial cues. They imbibe the significance of these cues like mother’s milk, in the context of their own culture. Just as a fragrance will trigger a memory, these cues and their associated behaviours release unconscious responses, regulating the tone, tempo, and mood of human transactions. (Hall & Hall, *idem*: 12)

Como a maioria das pessoas não pensa na territorialidade e na distância pessoal como fatores culturalmente modelados, as “pistas” espaciais dos estrangeiros são quase sempre mal interpretadas, o que pode levar a sentimentos negativos projetados, de modo pessoal, sobre o Outro. Além disso, quando um estrangeiro parece agressivo e insistente, ou distante e frio, pode significar apenas que sua distância pessoal seja diferente da nossa. Na Alemanha, por exemplo, simplesmente compartilhar casas adjacentes não significa necessariamente que os vizinhos irão interagir uns com os outros. A proximidade requer comportamentos diferentes dependendo da cultura.

No que tange à percepção temporal, os relógios biológicos humanos regulam a maior parte de nossas funções corporais. Desde o princípio somos dependentes das estações do ano e das forças da natureza. Não surpreende, portanto, que nossas conceitualizações acerca do tempo tenham surgido dos ritmos naturais associados aos dias, meses e anos. Existem vários tipos de sistemas temporais, mas destacamos aqueles batizados de *monocrônicos* e *policrônicos*, não menos relevantes para as interfaces culturais envolvendo o ensino-aprendizado de línguas estrangeiras.

Nas culturas monocrônicas, o tempo é experienciado e usado de forma linear. Num sistema monocrônico, os horários têm prioridade e devem ser tratados como sagrados e inalteráveis. Dito de outra maneira, a interrupção de uma tarefa é considerada inadmissível e deve ser evitada. Os policrônicos, no entanto, percebem o tempo como um componente de fundo, admitindo ações simultâneas e o que já foi mencionado na dicotomia alto/baixo contexto: maior interação entre os indivíduos. Em culturas deste tipo as relações interpessoais são consideradas mais importantes do que as ações em si.

A cultura alemã representa um exemplo clássico de tempo monocrônico. Em quase todos os aspectos, sistemas policrônicos configuram o oposto, caracterizando-se pela simultaneidade e pelo grande envolvimento com pessoas. Há uma ênfase maior na finalização de transações humanas do que no cumprimento de compromissos. O quadro que se segue compara algumas tendências de comportamentos entre os dois tipos de culturas. As generalizações listadas não se aplicam igualmente a todas, mas contribuem para a criação de referências:

Quadro 3.2 – Monocronia vs. Policronia

Culturas monocrônicas	Culturas policrônicas
Fazem uma coisa de cada vez	Fazem muitas coisas ao mesmo tempo
Concentram-se no trabalho	Altamente distraídos, aceitam interrupções
Assumem responsabilidades, prazos e agendas de forma séria	Consideram objetivos a serem alcançados, na medida do possível
São baixo contexto	São alto contexto
Comprometidos com o trabalho	Comprometidos com as pessoas e os relacionamentos humanos
Aderem religiosamente ao planejado	Alteram os planos com frequência e facilmente
Preocupam-se em não incomodar os demais, seguem regras de privacidade	Preocupam-se mais com aqueles que são próximos do que com a privacidade
Demonstram profundo respeito pela propriedade privada; raramente emprestam ou tomam algo emprestado	Emprestam e tomam coisas emprestadas com facilidade
Enfatizam a prontidão	Baseiam o sentido de prontidão nos relacionamentos
Estão acostumados a relacionamentos de curto-prazo	Apresentam uma forte tendência a construir relacionamentos para a vida toda

Fonte: Hall & Hall (*idem*: 15)

Logicamente são muitas as diferenças em níveis individuais, mas algumas categorizações são possíveis. O que acontece é que as culturas de determinados povos podem favorecer uma ou outra dessas visões: países tropicais como o Brasil tendem a ser policrônicos pelo próprio fato de as altas temperaturas durante todo o ano não propiciarem uma sequência natural do tempo. Países mais frios, ao contrário, tendem a ser monocrônicos porque toda a natureza e a

vida dependem das estações do ano. Podemos então afirmar que cada cultura apresenta uma propensão à determinada linguagem contextual, espacial e temporal, daí a cultura de origem comumente ser projetada na ocasião do ensino-aprendizado de uma língua estrangeira.

Da relação entre espaço e tempo, as culturas monocrônicas enfatizam a compartimentalização de funções e pessoas, ao passo que nas culturas policrônicas a privacidade pode interromper o fluxo de informações. Nesse ponto, cabe salientar o famoso “jeitinho”, frequentemente visto como um aspecto negativo da cultura brasileira, o qual, na verdade, advém da relativa facilidade dos brasileiros em lidar com imprevistos. Em suma, para os policrônicos os planos podem ser mudados mais facilmente, já que esquemas organizados em pormenores não são obrigatoriamente seguidos à risca como nas culturas de baixo contexto.

De qualquer modo, *“There is much that is taken for granted in culture that few people can explain but which every member of the culture accepts as given. Remember that messages come in many forms (most of them not in words) which are imbedded in the context and in the choice of channels”*. (Hall & Hall, *idem*: 29) Assim, muitas mensagens estão implícitas ou contêm um significado cultural, existindo uma acordância silenciosa na medida em que a natureza do significado está profundamente enraizada no contexto da comunicação.

Para o holandês Geert Hofstede, os padrões culturais incutidos nos indivíduos pela socialização correspondem a um “software mental”, pois, segundo ele, a cultura é *“the collective programming of the mind distinguishing the members of one group or category of people from others”*. Suas pesquisas também nos trazem contribuições significativas, uma vez que os resultados obtidos a partir de questionários respondidos por funcionários da IBM no mundo inteiro originaram parâmetros complementares àqueles criados por Hall. Deste modo, as diferenças culturais foram estatisticamente categorizadas nas seguintes dimensões: “distância hierárquica” (*Power Distance Index*), individualismo *versus* coletivismo, masculinidade *versus* feminilidade, “controle da incerteza” (*Uncertainty Avoidance*), pragmatismo e indulgência.¹³

¹³Em 1991, a dimensão *Long-Term Orientation* foi acrescentada às demais com base nas pesquisas feitas por Michael Harris Bond, apoiadas por Hofstede. Em 2010, o trabalho investigativo de Michael Minkov deu origem à dimensão do pragmatismo, intimamente relacionada e equiparável à ideia do *Long-Term Orientation*. Ademais, Minkov chegou ainda a uma nova dimensão: a indulgência. Utilizamos aqui o termo “pragmatismo” ao invés de *Long-Term Orientation*. Disponível em: <http://geert-hofstede.com/national-culture.html> (acessado em 10 de setembro de 2014).

A distância hierárquica é basicamente o valor conferido à hierarquia, expressando o grau de aceitação e expectativa das culturas perante a distribuição desigual de poder no convívio social. Em sociedades que apresentam um elevado grau de *Power Distance* as pessoas tendem a aceitar a ordem hierárquica sem maiores questionamentos. Em culturas com baixos índices os indivíduos preferem equalizar a distribuição de poder. O Brasil, assim como outros países latino-americanos e asiáticos, mas também França, Portugal e Espanha apresentam números elevados nesta dimensão. Por outro lado, a Alemanha, país igualitário em diversos setores, é um típico exemplo de baixa distância hierárquica.

Outro parâmetro estabelecido por Hofstede é a dicotomia individualismo vs. coletivismo. A questão fundamental abordada por esta dimensão é o grau de interdependência de uma sociedade em relação aos seus membros. Noutras palavras, se as culturas individualistas estão voltadas para o “eu”, as coletivistas refletem-se na autoimagem do “nós”:

The high side of this dimension, called individualism, can be defined as a preference for a loosely-knit social framework in which individuals are expected to take care of only themselves and their immediate families. Its opposite, collectivism, represents a preference for a tightly-knit framework in society in which individuals can expect their relatives or members of a particular in-group to look after them in exchange for unquestioning loyalty. A society's position on this dimension is reflected whether people's self-image is defined in terms of “I” or “we”.¹⁴

Com isso, podemos vincular o coletivismo à ideia de *high context* de Hall, posto que sociedades mais coletivistas estabelecem relações pessoais e profissionais mais próximas. Nestas, pelo fato de as pessoas fazerem parte de grupos mais coesos, a harmonia entre os membros é de suma importância, enquanto nas culturas individualistas nota-se o imperativo da diretividade. A propósito, o individualismo aparenta ser diretamente proporcional à riqueza de um país, ou seja, quanto maiores as assistências governamentais, menores serão os laços familiares e a noção de coletividade.

¹⁴Disponível em: <http://geert-hofstede.com/dimensions.html> (acessado em 10 de setembro de 2014).

O critério da masculinidade representa, por sua vez, a preferência de determinadas culturas pela realização e competitividade. A feminilidade indica uma maior necessidade de cooperação e harmonia. Logo, de acordo com a categorização hofstедiana, uma maior pontuação neste quesito aponta para sociedades “masculinas” cujos valores dominantes estão voltados para o sucesso. As sociedades “femininas”, em contrapartida, são aquelas com pontuação mais baixa. O que aqui está em discussão é “*what motivates people, wanting to be the best (masculine) or liking what you do (feminine)*”.¹⁵

No que diz respeito ao controle da incerteza ou *Uncertainty Avoidance*, este manifesta o desconforto dos indivíduos para com o fato de que o futuro não pode ser previsto, isto é, como as culturas lidam com a incerteza ou ambiguidade. Os países com altos índices nesta categoria normalmente mantêm códigos mais rígidos de crenças e comportamentos. No entanto, para as culturas com números mais baixos, tais princípios não são demasiadamente importantes. O controle da incerteza está, de certo modo, relacionado à conceitualização temporal de Hall, figurada no par monocrônico/policrônico.

A dimensão do pragmatismo descreve os vínculos de uma sociedade para com seu passado ao mesmo tempo em que a mesma tem que lidar com os desafios do presente e do futuro. Dado que as culturas priorizam essas questões existenciais de formas distintas, as culturas mais normativas apresentam uma baixa pontuação nesta categoria. Estas veem as mudanças com desconfiança, preferindo, pois, a manutenção de tradições e de normas. Por outro lado, índices mais altos apontam para sociedades mais pragmáticas, as quais incentivam, por exemplo, os esforços na modernização como uma forma de se preparar para o futuro.

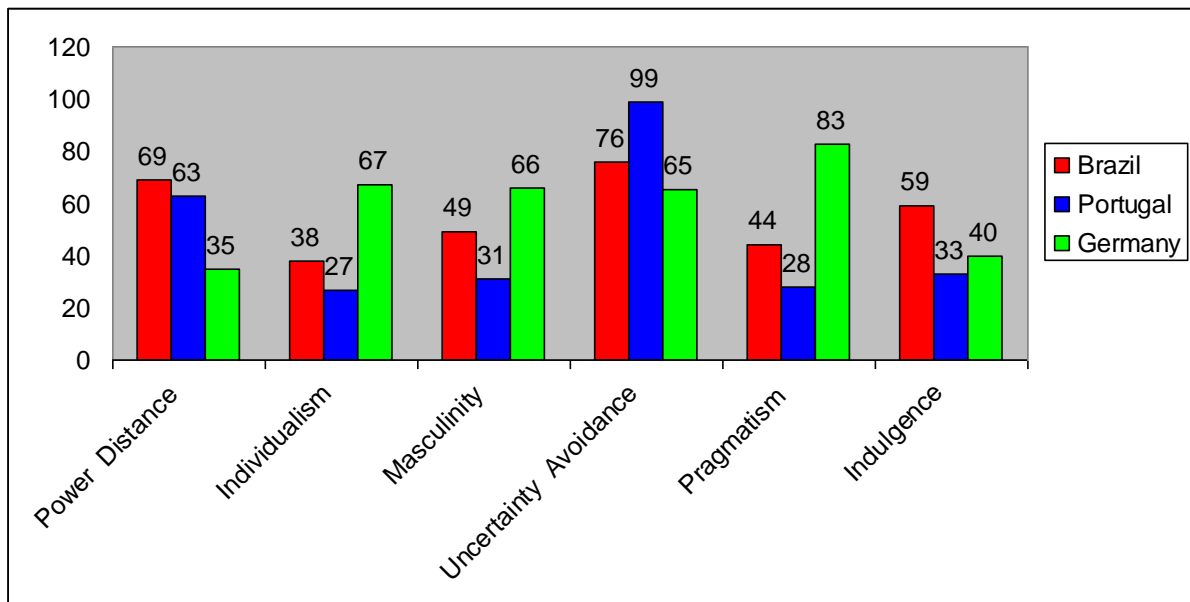
Por fim, temos o fator da indulgência, o qual equivale ao grau com que as culturas permitem-se a aspectos da vida humana como a diversão, o prazer e a felicidade. Culturas com números elevados nesta dimensão são entendidas como indulgentes, visto que índices mais baixos indicam sociedades mais restritivas:

¹⁵Disponível em: <http://geert-hofstede.com/brazil.html> (acessado em 10 de setembro de 2014).

One challenge that confronts humanity, now and in the past, is the degree to which little children are socialized. Without socialization we do not become “human”. This dimension is defined as **the extent to which people try to control their desires and impulses**, based on the way they were raised. Relatively weak control is called “indulgence” and relatively strong control is called “restraint”. Cultures can, therefore, be described as indulgent or restrained.¹⁶

Assim, com base nas dimensões mencionadas e nas ferramentas culturais disponibilizadas pelo *The Hofstede Centre*, uma comparação entre as culturas brasileira, portuguesa e alemã resultaria no gráfico que se segue:

Gráfico 3.1 – Brasil/Portugal/Alemanha



Fonte: *The Hofstede Centre*

Distância hierárquica

A elevada distância hierárquica brasileira (69) reflete o quanto a hierarquia é respeitada em sociedades deste tipo. A desigualdade hierárquica justifica, em grande parte, os benefícios concedidos àqueles com maior detenção de poder. O respeito pelos idosos também é uma amostra do alto índice nesta dimensão, tanto que, no Brasil, os filhos geralmente cuidam dos pais na velhice. Além disso, símbolos de *status* e posição social são muito importantes. Em Portugal, a hierarquia também é aceita, ainda que em proporções um pouco menores (63). Em contraste, a Alemanha, país altamente descentralizado e apoiado por uma classe média forte, apresenta uma baixa distância hierárquica (35).

¹⁶Ver nota anterior.

Individualismo

O nível de individualismo do Brasil é relativamente baixo (38), o que significa que os brasileiros, desde cedo, costumam estar integrados em grupos coesos, representados principalmente pela família, na qual se incluem avós, tios e primos. Construir relações pessoais duradouras e de confiança é aspecto não menos relevante no ambiente de trabalho. A comunicação é rica em contexto. Os portugueses apresentam um número ainda menor nesta categoria (27) e, ao contrário do restante da Europa (à exceção da Espanha), Portugal é uma cultura eminentemente coletivista. Os alemães, por seu turno, constituem uma sociedade individualista (67). As famílias são normalmente pequenas, com foco na relação entre pais e filhos, bem como na independência. A comunicação é uma das mais diretas no mundo.

Masculinidade

O Brasil encontra-se numa posição intermediária (49). Portugal, entretanto, devido a seu baixo índice de masculinidade (31), demonstra ser uma cultura mais “feminina”. Em tais sociedades a competitividade excessiva costuma não ser apreciada e os conflitos são resolvidos através de acordos e negociações. A Alemanha, por seu lado, pode ser considerada uma cultura “masculina” (66). Neste país, o desempenho é altamente valorizado e exigido desde a idade tenra, no que o sistema escolar alemão constitui um exemplo, ao separar as crianças em diferentes tipos de escolas já a partir dos 10 anos de idade.

Controle da incerteza

Como a maioria dos países latino-americanos, os brasileiros apresentam um alto controle da incerteza (76) e, conseqüentemente, uma grande demanda por regras, ainda que as mesmas pareçam não funcionar. Em culturas deste tipo a burocracia é importante. Os portugueses (99) evidenciam com mais clareza a aversão à insegurança, com uma forte tendência para manter rígidos códigos de crenças e comportamentos. Em relação ao Brasil e Portugal, os alemães apresentam números mais baixos (65). Em combinação com a sua baixa distância hierárquica, a Alemanha está mais centrada nos detalhes, nos fatos e na especialização.

Pragmatismo

Na referida dimensão, o Brasil, mais uma vez, está situado numa posição relativamente neutra (44), enquanto Portugal (28) apresenta a preferência pelo pensamento normativo, com grande respeito pelas tradições e o foco na obtenção de resultados rápidos. A Alemanha (83) manifesta o quão pragmático é o país, refletido na sua alta capacidade de adaptar o velho ao

novo, na propensão para poupar e investir, assim como como na perseverança em se atingir resultados.

Indulgência

O alto índice brasileiro (59) caracteriza o país, em termos hofstedianos, como uma cultura indulgente, na qual as pessoas geralmente demonstram uma maior predisposição em realizar seus impulsos e desejos, sendo, aliás, povos bastante otimistas. Em contrapartida, Portugal encontra-se mais abaixo (33), apontando para uma sociedade mais contida. Os alemães também apresentam um baixo grau de indulgência (40). Ao contrário das culturas indulgentes, os indivíduos com esta orientação percebem que suas ações são restringidas por normas sociais, tendendo, muitas vezes, para o cinismo e o pessimismo.

Para Hofstede, as culturas só existem por comparação. Logicamente as pontuações dos países são relativas quanto às dimensões propostas, já que somos todos humanos e, simultaneamente, únicos. Convém mencionar que as categorias hofstedianas correlacionam-se com outros dados. A distância hierárquica está vinculada, por exemplo, à desigualdade social; o individualismo à riqueza nacional; a masculinidade está negativamente imbricada com a percentagem da renda que um país gasta em segurança; o controle da incerteza encontra-se associado à obrigação legal (principalmente em países desenvolvidos) do porte de documentos de identificação por parte dos cidadãos; o pragmatismo a resultados matemáticos escolares feitos em comparações internacionais, só para citar alguns.

Ademais, conforme os pesquisadores desta linha de orientação, os índices mantêm-se relativamente estáveis ao longo do tempo, no que as forças responsáveis pelas alterações entre as culturas seriam globais ou continentais, implicando afirmar que as sociedades são afetadas em conjunto. Exceções à regra são, por exemplo, países cujos níveis econômicos e educacionais aumentam rapidamente, como no caso do Brasil (cada vez mais “individualista”, devido ao crescimento de sua economia). De qualquer forma, mesmo em ocorrências desse tipo, as posições relativas no gráfico alterar-se-iam lentamente.

Não existem, de fato, culturas nacionais homogêneas, tampouco padrões que abarquem todos os membros de uma sociedade em particular. Comunicativamente, todo e qualquer grupo social possui sua própria lógica interna e, nesse sentido, a nacionalidade (um dentre tantos aspectos da cultura) corresponde à relativa previsibilidade cultural do ser humano em determinados contextos. Portanto, carregamos conosco sistemas coerentes de organizar

experiências, socialmente construídos e partilhados, tendo em conta a situação específica de comunicação e, claro, as nossas individualidades.

No cenário multicultural da atualidade, permeado por conflitos que impactam, sobretudo, aquilo que se compreende por diversidade e aceitação da mesma, a atuação do professor-mediador no ensino de línguas estrangeiras remete-nos à importância dos laços existentes entre língua e cultura. Vimos que esta é constituída por elementos visíveis e invisíveis: uma camada explícita, sua parte observável, na qual a língua se insere; uma camada intermediária, envolta por nossas emoções e visões de mundo e um núcleo, onde se encontram “armazenadas” nossas suposições acerca da vida, inconsciente e subconscientemente. Assim, a cultura na qual fomos socializados e que nos transmitiu valores e premissas não deve ser encarada de maneira determinista, mas antes como um parâmetro não menos relevante no ensino de uma língua.

A previsibilidade cultural, ao invés de ser explorada sob a forma de clichês e caricaturas, deve chamar a atenção para elementos não tão acessíveis no ensino de línguas não maternas. Para tanto, destacamos o professor-mediador capaz de criar uma situação ternária que não representa dualidades. Um espaço aberto para a reflexão crítica, o diálogo entre culturas e a dissolução de estereótipos. Reiteramos que o alcance da interculturalidade faz-se por meio da descoberta de semelhanças e diferenças, sensibilidade social fundamental nos tempos de hoje. Tomando emprestada a metáfora do iceberg, há que se olhar mais a fundo, literalmente. Afinal, há que se ir além daquilo que podemos ver.

III.III Ensinar cultura na aula de língua estrangeira

O termo “cultura” passou por variações ao longo dos anos: se no começo do século XX a cultura era entendida quase exclusivamente como sinônimo de erudição, a partir dos anos setenta passou-se a associá-la a tudo que estivesse ligado às vivências cotidianas do ser humano. Esta noção mais ampla de cultura congrega a criação de imagens uniformes para certos grupos divididos por fatores espaciais, temporais ou religiosos, no que a nacionalidade, a “época dos anos 20” e o cristianismo ou islamismo constituem alguns exemplos, respectivamente. Mas a cultura também congrega conceitos mais heterogêneos, relacionados ao multiculturalismo da era globalizada.

A cultura, conceito sempre fragmentado, parcial e incompleto, não pode ser pensada como um conjunto finito de conteúdos, o que nos leva, mais uma vez, às limitações do discurso multiculturalista, o qual pretende alcançar uma harmonia fácil e aparentemente benigna diante da complexidade da diversidade. Com efeito, o multiculturalismo legitima o reconhecimento de comunidades distintas, contudo, é necessário ir além, evitando essencialismos e reducionismos, bem como as subsequentes simplificações “interculturais” no que tange às práticas educacionais no ensino de língua e cultura. A tarefa é difícil, mas absolutamente essencial.

O ensino de cultura remete-nos, inicialmente, à ferramenta didática da *Landeskunde*, amplamente difundida nos estudos de alemão como língua estrangeira. Exigindo a interdisciplinaridade, tal abordagem abarca, de modo geral, fatos geográficos e históricos relevantes de um país, região ou localidade. Mais precisamente quanto ao ensino de línguas não maternas compreende-se por *Landeskunde* todas as referências socioculturais a respeito do(s) país(es) da língua-alvo, tendo em conta seus contextos originais de uso. Na realidade, interessa-nos sua perspectiva de articulação língua/cultura concernente ao professor-mediador e à interculturalidade.

Concebida na Alemanha do século XIX, por volta de 1880, a *Landeskunde* foi, a princípio, denominada *Realienkunde*, numa conjuntura em que o comércio e a política colonialista se encontravam no auge. Tinha por definição transmitir informações sobre o cotidiano e, quanto ao aprendizado de idiomas, servia ao intento de promover o comércio entre as nações. A partir do começo do século XX, passou-se a utilizar o termo *Kulturkunde*. Nesse período, percebe-se uma tendência em evidenciar os valores nacionalistas,

principalmente durante a ditadura nazista, com a ênfase na suposta “superioridade” germânica.

O vocábulo *Landeskunde* surgiu, pois, a partir da década de 60, no pós-guerra marcado pela necessidade de línguas e mão de obra estrangeira na indústria e no comércio. Embora não houvesse uma presença explícita do termo nos currículos, imperava a urgência em se desconstruir lugares-comuns. Para além de números e fatos, a competência comunicativa no ensino de língua estrangeira foi acentuada, sem adentrar, porém, em questões interculturais como se começou a fazer na década de 80.

Posicionado dentro do que se convencionou chamar *Landeskunde*, o termo *Kultur* abrange não só os conhecimentos factuais, mas também as manifestações “cultas” e populares de um povo. A concepção didática da *Landeskunde* apresenta várias vertentes, no entanto, importa-nos mencionar a relevância adquirida pelo ensino da cultura na esfera de línguas estrangeiras, voltado para a sensibilização dos alunos quanto à diversidade cultural, a capacidade dos mesmos de enfrentar situações comunicativas reais numa segunda língua e a apropriação de estratégias para a compreensão de diferentes significados, explícitos e implícitos, na língua-alvo.

Em detrimento de uma mera transmissão de fatos e clichês, há que se enfatizar a *conscientização cultural*. Para tanto, elencamos alguns objetivos gerais no ensino de cultura em língua estrangeira: entender que as pessoas agem a partir das opções que a sociedade lhes oferece para satisfazer necessidades físicas e psicológicas básicas; compreender que idade, sexo, classe social e local geográfico influenciam o modo das pessoas falarem e suas atitudes; as pessoas de diferentes culturas têm diferentes comportamentos no dia a dia e em situações de crise ou conflito; perceber que as imagens culturalmente condicionadas estão associadas até com as palavras e frases mais comuns da língua/cultura-alvo.

Cultura e identidade são noções dinâmicas e, portanto, não podemos nos contentar em mostrar a cultura como um objeto estático, cristalizado, situado fora do espaço e do tempo. Dito de outra forma, aspectos culturais e interculturais devem deixar de ser secundários e configurar-se como meta pedagógica. A natureza dinâmica da linguagem e do comportamento humano permite observar a interculturalidade enquanto distância cultural cuja significância irá afetar a comunicação entre duas pessoas. (Spencer-Oatey & Franklin, 2009) Assim, para os autores, em se tratando do ensino de língua e cultura são imprescindíveis os seguintes fatores:

- Lições e atividades sobre cultura necessitam ser tão cuidadosamente planejadas quanto as outras atividades e integradas nos planos de aula. A explicitação dos objetivos é muito importante, visto ser um dos elementos cruciais para o sucesso dos alunos;
- Apresentação de tópicos culturais feita, sempre que possível, em conjunto com as unidades temáticas e linguísticas;
- Uso de técnicas variadas que envolvam habilidades básicas (falar, ouvir, ler e escrever) relacionadas ao domínio cognitivo e atitudinal dos aprendentes;
- Uso de fotos e ilustrações tiradas de livros e revistas para ajudar o aluno na descrição e análise do significado cultural;
- Uso de informações culturais quando ocorrer o ensino de vocabulário, uma vez que o ensino do significado conotativo das palavras se faz importante;
- Uso de técnicas em pequenos grupos, tais como discussões, apresentações de diálogos e debates, encorajando os alunos a refletir sobre crenças e comportamentos, não somente de sua própria cultura, como também de outras. As escolas devem colocar a tônica na socialização, processo pelo qual as pessoas adquirem valores indispensáveis a uma integração bem sucedida;
- Relacionar cultura nativa e estrangeiras, ou seja, inclusão do aprendizado do processo e não apenas dos fatos, tendo em conta que professores e alunos podem se enredar em experiências culturais diferentes, não se limitando apenas a uma cultura;
- Uso da língua-alvo sempre que possível;
- Utilizar os jogos e técnicas de pequenos grupos como simulações;
- Colocar os textos dos alunos em socialização alargada (redes de comunicação);
- Tópicos culturais cuidadosamente testados assim como os linguísticos;
- Não reduzir o ensino da cultura a formatos anedóticos, aulas expositivas ou abordagens meramente factuais: a experiência dos alunos e a sua capacidade de reflexão devem ser exploradas tanto quanto possível;
- Considerar a cultura como uma entidade em constante transformação de que são autores os próprios intervenientes sociais, no que o professor-mediador, ao libertar-se da autoridade cultural, possibilita a reformulação de concepções e percepções prévias.

Quanto à atuação do professor-mediador, há que se considerar que, por sua experiência de vida e ensino, ele ou ela é responsável por levar os alunos à língua e cultura do Outro, cabendo-lhe ainda auxiliá-los a decifrar a linguagem não verbal, fonte de muitos conflitos e preconceitos. O professor-mediador é um articulador essencial neste processo e um dos seus

norteadores será, pois, o *curriculum* a ser aplicado. Tal instrumento não é de modo algum acessório, na medida em que o *curriculum* de uma escola representa o conhecimento tradicionalmente válido e aceito no seio de uma sociedade. De acordo com Sacristán (2010:17), o *curriculum* engloba tudo aquilo que é potencialmente ensinável e possível de ser aprendido,

[...] el currículum se nos presenta como una invención reguladora del contenido y de las prácticas implicadas en los procesos de enseñanza-aprendizaje; es decir, que se comporta como un instrumento que tiene capacidad para estructurar la escolarización, la vida en los centros educativos y las prácticas pedagógicas, pues dispone, transmite e impone reglas, normas y un orden que son determinantes.

O *curriculum* seria também um instrumento não neutro de conteúdos e, nesse sentido, é necessário atentar para que estes conteúdos deixem de refletir uma sociedade majoritariamente capitalista, tecnicista, individualista e conservadora e que passem a prestigiar uma orientação multicultural. Logo, é primordial que os conteúdos estejam voltados para os interesses de cada contexto, possuam uma ética universalista, abordem as múltiplas inteligências e não somente aquelas que fazem parte do *curriculum* tradicionalmente conhecido e, aliás, incluam atividades que priorizem o diálogo e a troca de informações sobre e entre as diferentes culturas.

Da mesma forma não podemos nos esquecer da questão da pertença associada à leitura. Sob uma ótica didática e pedagógica, a leitura exerce papel fundamental e se torna eficiente quando passa a ser uma prática inclusiva e de aceitação da diferença e da diversidade. A pertença é um dos conceitos que perpassam as reflexões sobre cultura e inclusão e a leitura enquanto prática social possibilita uma pedagogia em que o estético e o social não estejam separados, isto é, com a inserção de alguns aspectos culturais, sabemos que a leitura pode se tornar um espaço onde o aprendente/leitor precisa fazer diversas inter-relações entre o texto e a sociedade, o passado e o presente, o individual e o coletivo.

No que se refere à avaliação, dada a acentuada importância atribuída à interculturalidade no século XXI, aquela se torna uma ferramenta não menos relevante no desenvolvimento de competências culturais. A avaliação, parte integrante do processo educacional, deve ser contínua e não limitada a propósito do tratamento das unidades didáticas ou ao fim do período. Um dos primeiros passos de todos os docentes, entretanto, é saber exatamente aquilo que irá avaliar, já que toda e qualquer avaliação deverá ter sempre critérios bem definidos, pois ela é responsável pelo *feedback* tanto aos alunos quanto aos professores. E é justamente

este *feedback* que terá uma função reguladora e aperfeiçoadora quer da prática letiva do docente, quer do ritmo de aprendizado dos alunos.

Num contexto tão heterogêneo, vale uma menção a Essinger (1991) e a formulação de alguns princípios que perfazem a sùmula das discussões sobre o multiculturalismo no âmbito escolar, a saber, educação para a empatia, capacidade que o indivíduo possui de compreender o Outro; educação para a solidariedade, na aproximação para o encontro e o diálogo, a fim de que cada indivíduo possa contribuir com a diminuição das injustiças e desigualdades; educação para o respeito intercultural, o que significa não só a aceitação e a convivência pacífica, mas também a abertura ao Outro e à própria cultura; educação contra o pensamento etnocentrista, contra o julgamento e a interpretação a partir dos próprios traços culturais, respeitando o universalismo.

Como professores-mediadores nossa caminhada é longa, mas não podemos deixar de dar o primeiro passo. E esse primeiro passo começa com motivação, dedicação e interesse em se relacionar bem com os alunos, assim como em ajudá-los no processo de descoberta de uma nova língua, conscientizando-se de sua cultura e da cultura embebida na língua que aprende. Esse é um caminho pelo qual todos os estudantes devem passar, uma vez que desejamos que eles desenvolvam o papel de alunos pensantes, questionando o mundo e as formas pelas quais ele funciona. Em conjunto, professores-mediadores e alunos são capazes de integrar não só línguas e culturas diferentes, mas, em especial, a controvérsia do fator humano numa sociedade mais inclusiva e livre de prejuízos.

O ensino da cultura constitui uma das grandes dificuldades do ensino de língua: a cultura é a diferença, a variabilidade e sempre uma fonte potencial de conflito quando em contato com outra língua, outra cultura. Quanto à capacidade de dar sentido ao mundo ao redor, a questão cultural desafia até mesmo os bons aprendentes de língua, pois, estando em segundo plano, evidencia as limitações de uma competência comunicativa duramente conquistada. Resumindo, no aprendizado de línguas estrangeiras, sobretudo em contextos multiculturais, a cultura não deve ser uma quinta habilidade dispensável, anexada, por assim dizer, ao ensino da fala, escuta, leitura e escrita.

Enfim, enquanto resposta às demandas locais de países como a Alemanha ou às necessidades globais perante uma nova configuração mundial, o ensino de português língua estrangeira e os professores-mediadores devem desenvolver em seus alunos competências para relacionar o Eu ao Outro. Isto significa que o ensino de língua tem o potencial de cumprir uma função chave na integração: não é simplesmente contribuir para as competências linguísticas e culturais, mas, sobretudo, para a conscientização do aprendente

face à diversidade cultural, suas habilidades para lidar com obstáculos incontestáveis e, ao mesmo tempo, aproveitar-se da riqueza da experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência do fenômeno globalizador, encontramos-nos em meio a uma nova configuração mundial, cada vez mais isenta de barreiras geográficas. Com o multiculturalismo somos então convocados à tolerância frente ao “diferente”. A globalização também contribui para a inauguração diária de novas relações, mostrando-nos que os *diferentes* também somos nós. A Europa, por sua vez, deixa transparecer com maior clareza suas várias faces e cores. Basta caminhar em Londres, apanhar o metrô em Paris ou visitar qualquer cidade da Alemanha para se perceber comunidades vindas de outros continentes. Como brasileira residente na Alemanha, a autora deste trabalho constitui, semelhantemente, um exemplo.

Não tenhamos ilusões, pois, ainda que movimentos islamofóbicos como o *Pegida* (acrônimo em alemão de “Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente”) cheguem perto do poder, os mesmos não conseguirão evitar as migrações. Na verdade, o momento atual distingue-se pela pluralidade de identidades onde o domínio ou exclusão de algumas realidades em relação a outras demarcam limites hierárquicos e contextos de poder. Daí a urgência em se voltar para o conhecimento da alteridade, ultrapassando os limites meramente pacíficos e passivos dos ideais multiculturais.

Mais especificamente quanto à sociedade alemã, na medida em que os idosos alcançam idades muito avançadas, por outro lado, nascem bem menos crianças. Paralelamente, nas últimas décadas, a Alemanha tornou-se um país de imigrantes: quase 10% da população não tem passaporte alemão e cerca de 7 milhões de alemães têm histórico de migração. Embora o número de portugueses e brasileiros seja pequeno quando comparado a outros grupos de imigrantes no país, tomamos o ensino de português língua estrangeira como um referencial na discussão de algo primordial no cenário contemporâneo: a interculturalidade.

Ademais, tentamos realçar a feição ética da relação língua/cultura, ambiente favorável não só ao contato com a diversidade, mas, principalmente, ao desenvolvimento de habilidades alusivas ao Outro. Da sua articulação com estratégias mediadoras surge o professor-mediador, interventor capaz de cruzar todas as fronteiras culturais, étnicas e econômicas, desobscurecendo conflitos e preconceitos em pequena e grande escala. Em consequência, o papel da mediação intercultural no ensino de línguas estrangeiras, bem como

sua influência na integração social é exatamente servir de ponto de encontro daqueles que são diferentes sem cair na tentação de os homogeneizar.

As teorias de Hall, Trompenaars e Hofstede, embora tenham se fundamentado no domínio corporativo, podem ser validadas no ensino de línguas estrangeiras, uma vez que implicam parâmetros observados e observáveis em todos os tipos de interações sociais. Se o aluno é um falante de alto contexto e a língua a ser aprendida integra uma cultura oposta, o professor-mediador precisa atuar entre ambos os lados, decodificando mensagens implícitas. Em baixo contexto focam-se os fatos, ao passo que pessoas de alto contexto interagem de maneira mais indireta, pressupondo que a outra parte entenda as nuances de comunicação tal qual elas fazem. Em contrapartida, o falante de baixo contexto pode ficar confuso e não entender o que o outro deseja, o porquê e quais são seus interesses, podendo, aliás, ser muito direto e assertivo, no que o lado em alto contexto pode interpretar como agressividade ou arrogância.

Com diligência e planejamento o professor-mediador pode ativar as potencialidades das pessoas no tocante à comunicação efetiva de pensamentos e sentimentos, conferindo aos participantes um espaço para a conscientização cultural. Portanto, ao marcar presença no âmbito educativo, a mediação intercultural irá promover o consenso, atuando a favor da integração e da mudança social. O ensino de língua e cultura estrangeiras, nos moldes da mediação e interculturalidade, proporciona a diminuição das hostilidades, a melhoria da comunicação, a renovação das relações interpessoais, o fomento do pensamento criativo, assim como o aumento da compreensão do conflito, da xenofobia, do racismo, do Eu e do Outro. O processo é lento, gradual, custoso, mas exequível e, como se não bastasse, vital.

BIBLIOGRAFIA

ACIDI (2008) **Entrevista a Carlos Giménez: O Papel do Mediador Intercultural em Espanha**. In: *BI ACIDI, I.P.*. Lisboa: n. 58, pp. 12-13. Disponível em: <http://www.acidi.gov.pt/cf/3961> (acessado em 4 de setembro de 2013).

AGUSTI-PANAREDA, J. (2007) **The Intercultural Promise of Mediation**. In: *InterCulture*. Intercultural Institute of Montreal: n. 153, pp. 39-55.

BAUMAN, Z. (2012) **Uma aventura chamada “Europa”**. In: *Europa: Uma aventura inacabada*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, cap. I, edição *Kindle*.

BULFINCH, T. (2006) **Cadmo – Os Mirmidões**. In: *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis*. Tradução de David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, cap. XII, pp. 99-104.

BUNDESAMT für Migration und Flüchtlinge (2012) **Migrationsbericht**. Berlin: Bundesministerium des Innern.

CARNOY, M. (2002) **A mundialização e a identidade cultural**. In: *Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília: Unesco, cap. VI, pp. 107-114.

COHEN-EMERIQUE, M. (2007) **Intercultural Mediators: Bridges of Identities**. In: *InterCulture*. Intercultural Institute of Montreal: n. 153, pp. 7-22.

COUNCIL OF EUROPE (2001) **Common European Framework of Reference for Languages: Learning, teaching, assessment**. Cambridge University Press.

ESSINGER, H. (1991) **Interkultureller Erziehung in multiethnischen Gesellschaften**. In: MARBURGER, H. (Hg.) *Schule in der multikulturellen Gesellschaft: Ziele, Aufgaben und Wege interkultureller Erziehung*. Frankfurt: Verl. für Interkulturelle Kommunikation.

EUROPEAN POLICY CENTRE/KING BAUDOUIN FOUNDATION (2005) **Beyond the Common Basic Principles on Integration: The next steps**. Disponível em: http://www.ludenet.org/archives/qeceran/projects/Beyond_basic_principles.pdf (acessado em 8 de abril de 2014).

FERNANDES, J. P. T. (2006) **A ideia de Europa da Antiguidade Clássica ao século XXI**. Conferência-debate sobre Relações Internacionais (a propósito do lançamento em Portugal do livro de George Steiner “A ideia de Europa”).

HALL, E. T.; HALL, M. R. (1990) **Understanding Cultural Differences: Germans, French and Americans**. Boston/London: Intercultural Press, INC.

HEIMANNSBERG, B. (2000) **Interkulturelle Beratung: Ein Leitfaden für Prozessbegleiter**. In: HEIMANNSBERG, B.; SCHMIDT-LELLEK, C. J. (Hg.)

Interkulturelle Beratung und Mediation: Konzepte, Erfahrungen, Perspektiven. Köln: Ed. Humanist. Psychologie, pp. 69-86.

INNENPOLITIK (2013) **Demografie: Jedes Alter zählt (Die Demografiestrategie der Bundesregierung)**. Berlin: Bundesministerium des Innern.

KRAMSCH, C. (1993) **Context and Culture in Language Teaching**. Oxford University Press.

LEFFA, V. J. (2002) **O ensino de línguas estrangeiras nas comunidades virtuais**. In: *Anais do IV Seminário de Línguas Estrangeiras*. Goiânia: UFG, v. 1, pp. 95-108.

LE ROY, É. (2007) **Cultural Intermediation**. In: *InterCulture*. Intercultural Institute of Montreal: n. 153, pp. 23-31.

LÉVY, D.; ZARATE, G. (2003) **La médiation dans le champ de la didactique des langues et des cultures**. In: *Le français dans le monde*. Paris: Clé International, pp. 186-189.

LLOSA, M. V. (2012) **A Civilização do Espetáculo**. Tradução de Cristina Rodriguez e Artur Guerra. Lisboa: Quetzal, 2ª edição.

LOPES, A. M. D. (2012) **Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade**. In: *Rev. Inter. Mob. Hum.*. Brasília: Ano XX, n. 38, pp. 67-81.

RADULESCU, D. M.; MITRUT, D. (2012) **Intercultural Mediation**. In: *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*. Vol. 2, n. 11, pp. 344-350.

RAIMUNDO, L. C. (2009) **Alemanha: mitos, fatos e desafios para o século XXI**. Texto para discussão n. 1413. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

SACRISTÁN, J. G. (2010) **La función abierta de la obra y su contenido**. In: *Revista Electrónica Sinéctica*. N. 34, pp. 11-43. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=99815691009> (acessado em 31 de julho de 2014).

SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. (2004) **Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade**. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodMultiPort.pdf> (acessado em 7 de abril de 2014).

SEQUEIRA, R. M. (2012) **A comunicação intercultural é uma utopia?** In: PETROV, P.; SOUSA, P. Q.; SAMARTIM, R. L. I.; FEIJÓ, E. T. *Avanços em Literatura e Cultura Portuguesas*. Santiago de Compostela/Faro: Associação Internacional de Lusitanistas e Através Editora, Século XX, vol. 3, pp. 303-316. Disponível em: <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2164> (acessado em 7 de agosto de 2014).

SPENCER-OATEY, H.; FRANKLIN, P. (2009) **Intercultural Interaction: A Multidisciplinary Approach to Intercultural Communication**. Palgrave Macmillan.

STELZIG, S. (2008) **Focus Migration**. In: HWWI (Hg.) *Länderprofil Brasilien*. N. 15.

THE HOFSTEDE CENTRE. Disponível em:

<http://geert-hofstede.com/the-hofstede-centre.html> (acessado em 9 de setembro de 2014).

TORREMORELL, M. C. B. (2008) **Cultura de Mediação e Mudança Social**. Porto: Porto Editora.

TROMPENAARS, F.; HAMPDEN-TURNER, C. (1997) **Riding the Waves of Culture: Understanding cultural diversity in business**. London: Nicholas Brealey Publishing.

TYLOR, E. B. (1871) **Primitive Culture: Researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom**. Disponível em:

<http://books.google.de/books?id=AucLAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=de#v=onepage&q&f=false> (acessado em 20 de agosto de 2014).

UNIÃO EUROPEIA. *Sítio Web oficial da União Europeia*. Disponível em:

http://europa.eu/index_pt.htm (acessado em 13 de janeiro de 2014).

VIEIRA, A. (1998) **Sermão da Epifania**. In: CÚRCIO, V. R. (Ed. eletrônica) *Sermões*. Erechim: Edelbra. Disponível em:

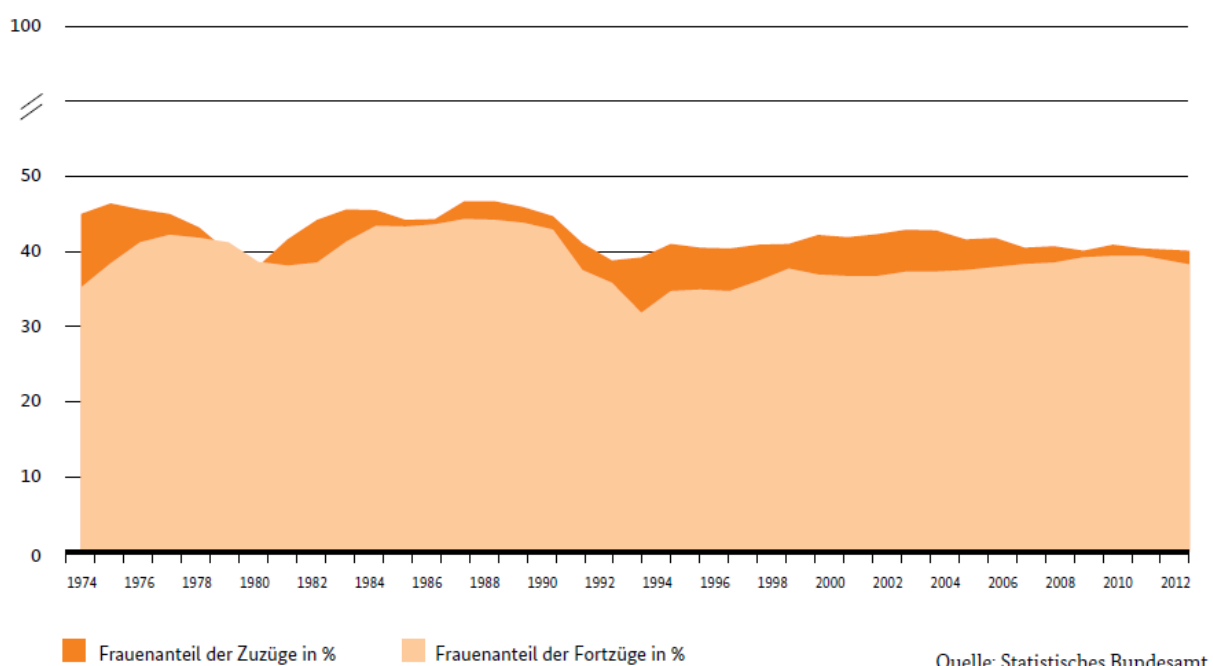
<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=35192> (acessado em 29 de março de 2014).

ZARATE, G.; GOHARD-RADENKOVIC, A.; LUSSIER, D.; PENZ, H. (2004) **Cultural mediation in language learning and teaching**. Council of Europe Publishing.

ANEXOS

Anexo I: Proporção de mulheres entre imigrantes/emigrantes na Alemanha (1974-2012)

Abbildung 1-12: Frauenanteil bei den Zu- und Fortzügen in Prozent von 1974 bis 2012



Fonte: *Migrationsbericht (idem: 33)*

Anexo II: Imigração/emigração por estado na Alemanha (2012)

Tabelle 1-4: Zu- und Fortzüge über die Grenzen Deutschlands nach Bundesländern im Jahr 2012

Bundesland	Zuzüge			Fortzüge			Wanderungssaldo (Zuzugs- bzw. Fortzugsüberschuss)		Gesamtbevölkerung ¹ (31.12.2011)	Zuzüge pro 1.000 Einwohner	Fortzüge pro 1.000 Einwohner
	Gesamt	dar. Ausländer	Anteil in %	Gesamt	dar. Ausländer	Anteil in %	Gesamt	Ausländer			
Baden-Württemberg	191.048	171.260	89,6	127.122	102.893	80,9	63.926	68.367	10.512.441	18,2	12,1
Bayern	212.794	191.945	90,2	136.694	110.832	81,1	76.100	81.113	12.443.372	17,1	11,0
Berlin	77.104	68.373	88,7	47.914	38.973	81,3	29.190	29.400	3.326.002	23,2	14,4
Brandenburg	14.050	11.751	83,6	9.573	6.916	72,2	4.477	4.835	2.453.180	5,7	3,9
Bremen	11.602	10.553	91,0	7.121	6.002	84,3	4.481	4.551	652.182	17,8	10,9
Hamburg	32.412	28.776	88,8	20.979	17.019	81,1	11.433	11.757	1.718.187	18,9	12,2
Hessen	99.259	89.877	90,5	65.347	54.547	83,5	33.912	35.330	5.993.771	16,6	10,9
Mecklenburg-Vorpommern	9.757	8.564	87,8	6.010	4.576	76,1	3.747	3.988	1.606.899	6,1	3,7
Niedersachsen	99.001	89.309	90,2	71.481	62.428	87,3	27.520	26.881	7.774.253	12,7	9,2
Nordrhein-Westfalen	207.423	185.640	89,5	138.171	114.126	82,6	69.252	71.514	17.544.938	11,8	7,9
Rheinland-Pfalz	44.867	39.480	88,0	29.162	22.584	77,4	15.705	16.896	3.990.033	11,2	7,3
Saarland	10.365	8.678	83,7	6.707	4.853	72,4	3.658	3.825	997.855	10,4	6,7
Sachsen	26.043	22.841	87,7	17.465	12.978	74,3	8.578	9.863	4.054.182	6,4	4,3
Sachsen-Anhalt	11.257	10.009	88,9	7.192	5.342	74,3	4.065	4.667	2.276.736	4,9	3,2
Schleswig-Holstein	21.188	17.717	83,6	13.076	8.941	68,4	8.112	8.776	2.802.266	7,6	4,7
Thüringen	12.766	11.135	87,2	7.978	5.749	72,1	4.788	5.386	2.181.603	5,9	3,7
Deutschland	1.080.936	965.908	89,4	711.991	578.759	81,3	368.945	387.149	80.327.900	13,5	8,9

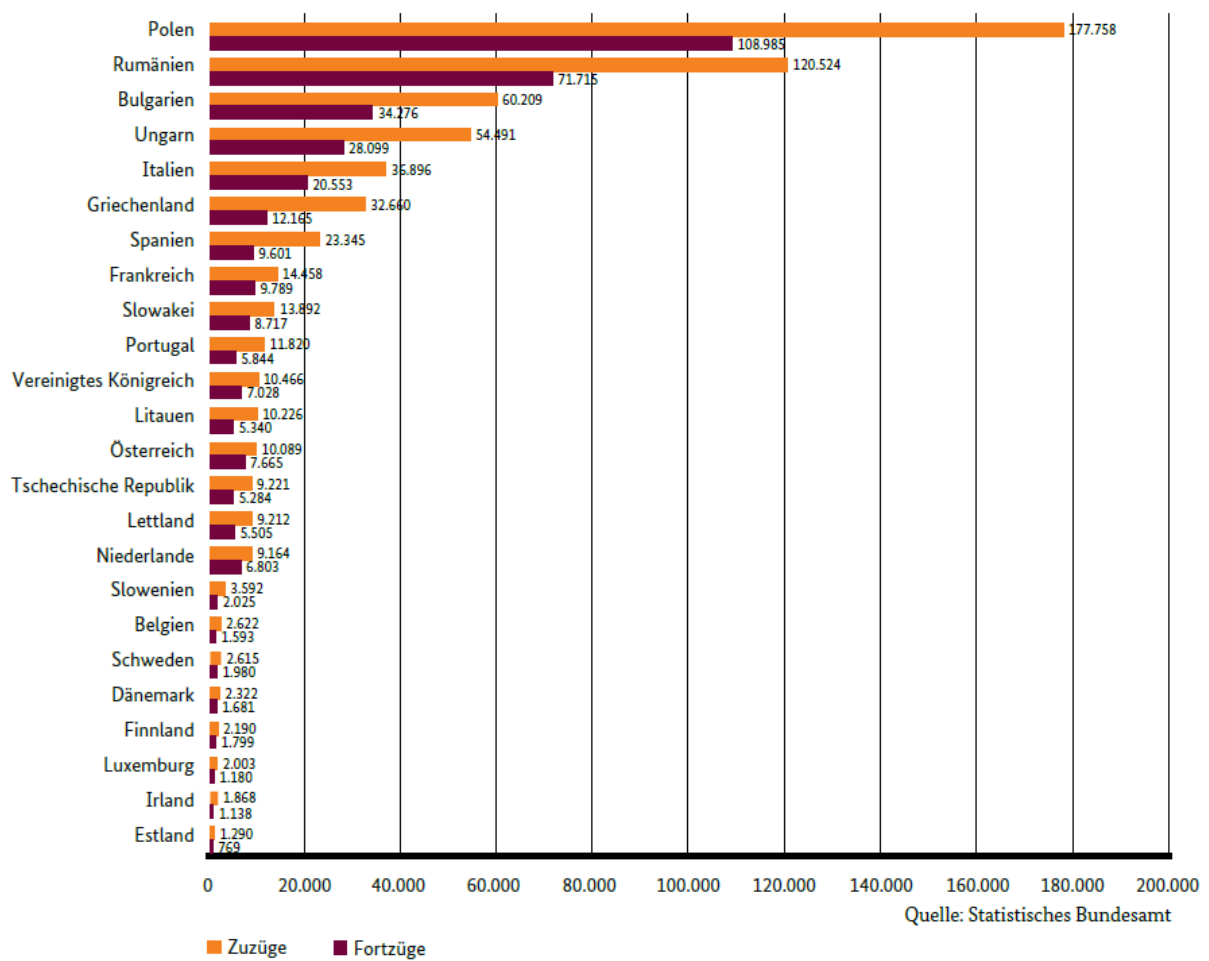
1) Ergebnisse auf der Grundlage des Zensus 2011.

Quelle: Statistisches Bundesamt

Fonte: *Migrationsbericht (idem: 30)*

Anexo III: Imigrantes/emigrantes na Alemanha provenientes da UE (2012)

Abbildung 2-1: Zu- und Fortzüge von Unionsbürgern im Jahr 2012 (ohne Zypern und Malta)

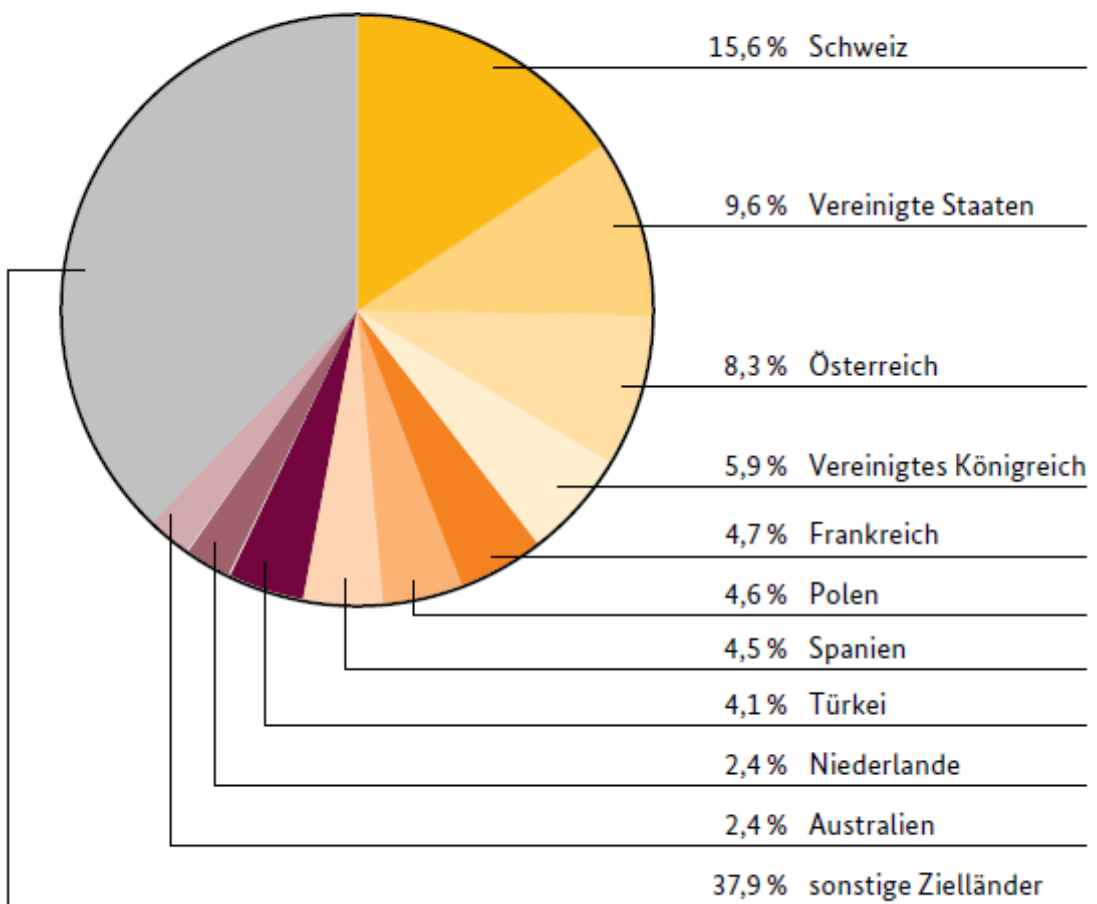


Fonte: *Migrationsbericht (idem: 45)*

Anexo IV: Emigrantes alemães por país de destino (2012)

Abbildung 4-5: Fortzüge von Deutschen nach Zielländern im Jahr 2012

Gesamtzahl: 133.232



Quelle: Statistisches Bundesamt

Fonte: *Migrationsbericht (idem: 153)*

Anexo V: Imigrantes/emigrantes na Alemanha por país de origem (2011-2012)

Tabelle 1-2: Zu- und Fortzüge über die Grenzen Deutschlands nach ausgewählten Staatsangehörigkeiten im Jahr 2012 im Vergleich zum Vorjahr

Land der Staatsangehörigkeit	Zuzüge		Fortzüge		Wanderungssaldo (Zuzugs- bzw. Fortzugsüberschuss)	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Polen	164.705	177.758	99.602	108.985	65.103	68.773
Rumänien	97.518	120.524	59.821	71.715	37.697	48.809
Deutschland	116.604	115.028	140.132	133.232	-23.528	-18.204
Bulgarien	52.417	60.209	29.756	34.276	22.661	25.933
Ungarn	41.132	54.491	24.227	28.099	16.905	26.392
Italien	28.070	36.896	20.816	20.553	7.254	16.343
Griechenland	23.043	32.660	10.371	12.165	12.672	20.495
Türkei	28.610	26.150	27.922	27.725	688	-1.575
Spanien	16.168	23.345	8.018	9.601	8.150	13.744
Serbien	16.524	22.107	14.721	16.498	1.803	5.609
China	18.276	19.740	12.853	12.359	5.423	7.381
Vereinigte Staaten	20.149	19.563	16.330	15.603	3.819	3.960
Russische Föderation	17.487	18.812	10.544	9.553	6.943	9.259
Indien	15.352	18.063	9.822	11.108	5.530	6.955
Frankreich	13.830	14.458	10.160	9.789	3.670	4.669
Slowakei	12.224	13.892	7.854	8.717	4.370	5.175
Kroatien	11.484	12.887	11.859	11.847	-375	1.040
Bosnien-Herzegowina	9.533	12.235	8.360	8.982	1.173	3.253
Portugal	8.297	11.820	5.702	5.844	2.595	5.976
Mazedonien	5.679	11.331	5.184	5.980	495	5.351
Vereinigtes Königreich	9.767	10.466	7.352	7.028	2.415	3.438
Litauen	10.075	10.226	4.862	5.340	5.213	4.886
Österreich	10.199	10.089	7.568	7.665	2.631	2.424
Lettland	10.034	9.212	5.032	5.505	5.002	3.707
Niederlande	9.287	9.164	6.723	6.803	2.564	2.361

Quelle: Statistisches Bundesamt

Fonte: *Migrationsbericht (idem: 28)*

Anexo VI: Imigrantes fora da UE por motivos de emigração na Alemanha (2012)

Tabelle 1-6: Zuzüge von Drittstaatsangehörigen im Jahr 2012 nach ausgewählten Aufenthaltswegen und Aufenthaltstiteln¹

Staatsangehörigkeit	Aufenthaltszweck							Niederlassungserlaubnis ³	EU-Aufenthaltsrecht	Aufenthaltsge-stattung und Duldung	Gesamt	
	Studium	Sprachkurs, Schulbesuch	Sonstige Ausbildung	Erwerbstätigkeit ²	Humanitäre Gründe	Familiäre Gründe	Sonstige Gründe					dar.: weiblich
Türkei	1.433	140	114	1.575	125	7.332	320	2.224	227	906	19.569	7.930
Serbien sowie ehem. Serbien und Montenegro	195	37	52	1.982	111	1.455	93	203	298	2.007	18.661	7.843
China	7.685	435	408	3.352	51	1.974	190	44	91	175	18.158	9.137
Vereinigte Staaten	3.556	854	447	4.212	27	3.090	904	192	267	2	17.474	8.085
Russische Föderation	2.131	255	132	1.594	701	3.926	158	334	281	3.155	17.338	10.828
Indien	2.598	46	351	4.978	50	3.634	187	59	167	487	16.693	5.247
Bosnien u. Herzegowina	112	19	80	3.308	44	1.019	120	134	114	684	9.827	2.652
Mazedonien	61	10	17	281	34	760	174	73	326	1.297	9.693	4.298
Kroatien	113	31	78	4.035	18	717	53	177	67	8	9.019	1.923
Syrien	297	35	68	115	2.682	704	37	19	45	3.095	8.892	3.391
Afghanistan	38	1	7	9	555	541	17	26	18	5.906	8.883	2.834
Ukraine	955	96	86	1.495	145	1.937	70	163	228	91	7.996	4.995
Iran	1.093	7	56	289	538	845	32	61	18	3.599	7.828	3.506
Kosovo	43	16	22	107	43	2.835	482	90	112	612	7.646	3.402
Brasilien	1.679	686	309	690	17	1.075	123	63	384	-	6.424	3.484
Japan	970	341	118	1.859	18	1.844	107	32	38	1	6.161	3.203
Pakistan	629	4	16	99	105	794	136	30	99	2.948	6.144	1.301
Irak	63	3	15	19	953	757	20	101	14	2.491	6.088	2.786
Marokko	544	5	15	49	18	1.527	92	77	303	325	4.769	1.893
Korea, Republik	1.607	263	69	607	5	875	64	20	10	1	4.576	2.700
Vietnam	540	21	43	82	58	898	45	57	19	211	3.702	1.825
Libyen	33	52	40	10	1.478	152	19	1	2	91	3.284	1.036
Mexiko	1.054	413	102	485	10	565	39	6	59	1	3.275	1.531
Georgien	257	31	33	511	32	188	12	12	110	1.048	3.275	1.352
Staatsangehörige aus Nicht-EU-Staaten insgesamt	38.838	5.723	4.055	38.501	10.218	54.816	6.477	5.090	6.130	37.648	305.595	133.241

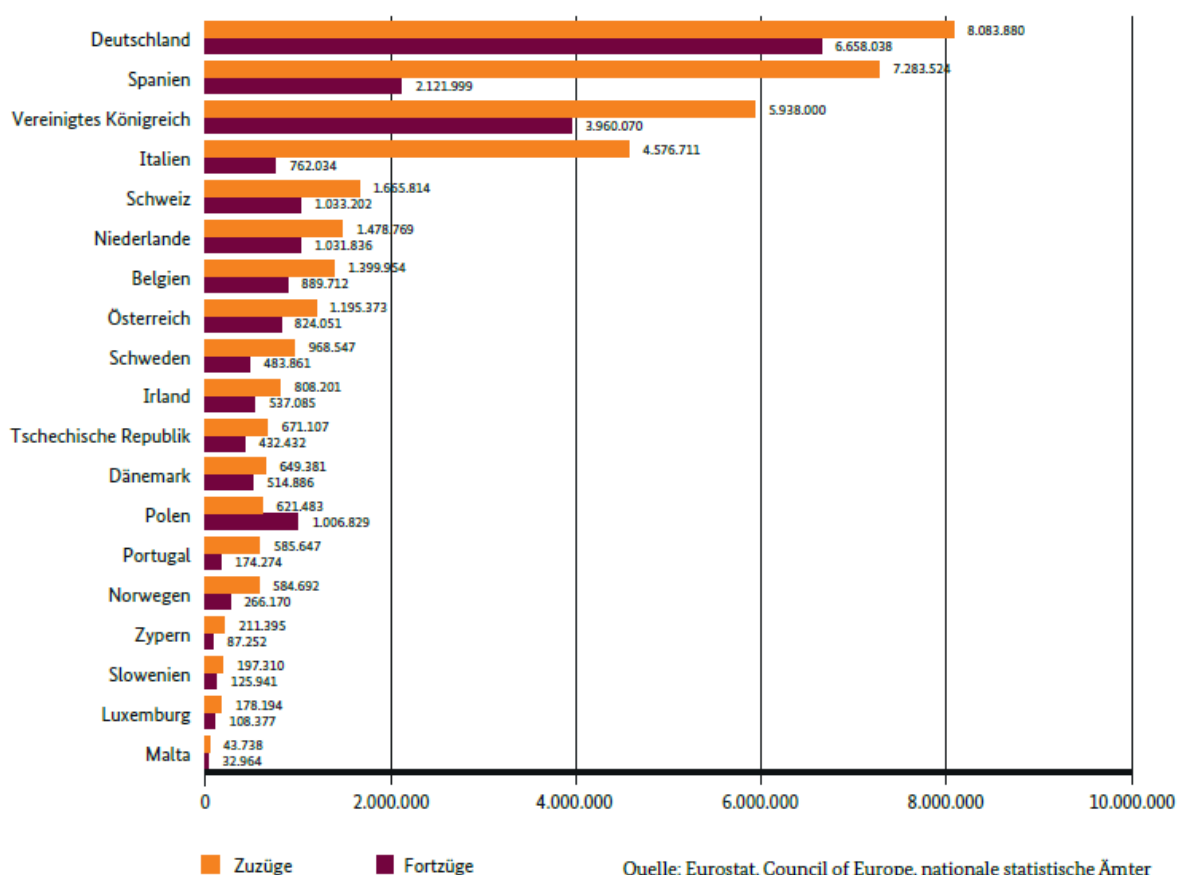
Quelle: Ausländerzentralregister

- 1) Ohne im Inland geborene ausländische Kinder. Die Differenz zwischen der Summe der aufgeführten Aufenthaltstitel und der Spalte „Gesamt“ erklärt sich dadurch, dass in der Tabelle nicht alle Aufenthaltstitel aufgeführt sind. So sind in der Tabelle etwa Personen, die vom Erfordernis eines Aufenthaltstitels befreit sind, sowie Personen, die einen Antrag auf einen Aufenthaltstitel gestellt haben, nicht enthalten.
- 2) Die Kategorie „Erwerbstätigkeit“ enthält neben den Personen, denen ein Aufenthaltstitel zum Zweck der Beschäftigung nach § 18 AufenthG erteilt wurde, auch jene, die eine Blaue Karte EU (§ 19a AufenthG) erhielten oder als Forscher (§ 20 AufenthG) bzw. als Selbständige (§ 21 AufenthG) zugewandert sind.
- 3) In etwa drei Vierteln dieser Fälle handelt es sich um Personen mit Wiedereinreise im Jahr 2012.

Fonte: *Migrationsbericht (idem: 37)*

Anexo VII: Números cumulativos para a imigração/emigração na Alemanha proveniente de alguns países da UE, incluindo Suíça e Noruega (2000-2011)

Abbildung 5-4: Kumulierte Zu- und Abwanderung von 2000 bis 2011 in ausgewählten Staaten der EU sowie der Schweiz und Norwegen



Anmerkung: Ab 2009 Zu- und Abwanderung nach UN-Definition.

Fonte: *Migrationsbericht (idem: 167)*

Anexo VIII: Imigrantes/emigrantes na Alemanha por país e sexo (2012)

Tabelle 1-14: Zu- und Fortzüge über die Grenzen Deutschlands nach ausgewählten Staatsangehörigkeiten und Geschlecht im Jahr 2012

Land der Staatsangehörigkeit	Zuzüge			Fortzüge		
	insgesamt	männlich	weiblich	insgesamt	männlich	weiblich
Polen	177.758	116.354	61.404	108.985	75.274	33.711
Rumänien	120.524	76.161	44.363	71.715	47.110	24.605
Deutschland	115.028	63.520	51.508	133.232	70.670	62.562
Bulgarien	60.209	39.174	21.035	34.276	24.160	10.116
Ungarn	54.491	38.248	16.243	28.099	21.956	6.143
Italien	36.896	22.821	14.075	20.553	12.903	7.650
Griechenland	32.660	18.873	13.787	12.165	7.627	4.538
Türkei	26.150	16.312	9.838	27.725	18.421	9.304
Spanien	23.345	12.805	10.540	9.601	5.141	4.460
Serbien	22.107	12.842	9.265	16.498	10.129	6.369
China	19.740	9.638	10.102	12.359	6.378	5.981
Vereinigte Staaten	19.563	10.524	9.039	15.603	8.435	7.168
Russische Föderation	18.812	7.046	11.766	9.553	4.041	5.512
Indien	18.063	12.495	5.568	11.108	8.065	3.043
Frankreich	14.458	7.397	7.061	9.789	4.962	4.827
Slowakei	13.892	8.561	5.331	8.717	5.578	3.139
Kroatien	12.887	9.891	2.996	11.847	8.866	2.981
Bosnien-Herzegowina	12.235	8.968	3.267	8.982	7.159	1.823
Portugal	11.820	7.990	3.830	5.844	4.158	1.686
Mazedonien	11.331	6.219	5.112	5.980	3.469	2.511
Vereinigtes Königreich	10.466	6.353	4.113	7.028	4.164	2.864
Litauen	10.226	5.678	4.548	5.340	3.166	2.174
Österreich	10.089	5.601	4.488	7.665	4.645	3.020
Tschechische Republik	9.221	4.946	4.275	5.284	2.750	2.534
Lettland	9.212	5.635	3.577	5.505	3.725	1.780
Niederlande	9.164	5.635	3.529	6.803	4.105	2.698
Kosovo	9.024	5.102	3.922	3.642	2.377	1.265
Afghanistan	8.581	5.688	2.893	1.932	1.434	498
Syrien	8.530	5.323	3.207	1.244	885	359
Iran	8.215	4.654	3.561	2.579	1.626	953
Ukraine	8.198	2.919	5.279	4.074	1.905	2.169
Brasilien	7.091	3.276	3.815	5.194	2.436	2.758
Irak	6.654	3.728	2.926	3.251	2.396	855
Japan	6.629	3.153	3.476	5.513	2.769	2.744
Pakistan	6.513	5.128	1.385	1.955	1.551	404
Marokko	5.024	3.027	1.997	2.373	1.812	561
Korea, Republik	4.927	2.012	2.915	3.900	1.613	2.287
Philippinen	4.724	3.507	1.217	4.075	3.548	527
Schweiz	4.096	2.028	2.068	2.678	1.314	1.364
Insgesamt	1.080.936	652.321	428.615	711.991	443.842	268.149

Quelle: Statistisches Bundesamt

Fonte: *Migrationsbericht (idem: 237)*

Anexo IX: População estrangeira por nacionalidade e tempo médio de residência (2012)

Tabelle 7-13: Ausländische Bevölkerung nach Staatsangehörigkeit und Aufenthaltsdauer am 31. Dezember 2012

Staatsangehörigkeit	Insgesamt	Aufenthaltsdauer ² von ... bis unter ... Jahren							durchschnittliche Aufenthaltsdauer in Jahren
		unter 4	4 bis 8	8 bis 10	10 bis 15	15 bis 20	20 bis 30	30 und mehr	
Türkei	1.575.717	51.019	58.769	46.142	170.269	242.706	357.774	649.038	25,7
Italien	529.417	37.575	18.706	9.897	40.866	54.946	103.267	264.160	28,6
Polen	532.375	183.027	126.205	40.531	61.272	43.893	63.026	14.421	9,3
Griechenland	298.254	34.145	8.990	5.471	24.374	30.504	67.118	127.652	26,4
Kroatien	224.971	8.341	5.803	4.167	13.300	22.090	50.093	121.177	29,7
Russische Föderation	202.090	38.156	33.010	31.670	68.670	23.805	6.256	480	9,6
Serbien	202.521	24.478	12.196	6.591	31.463	27.641	44.784	55.368	21,2
Österreich	176.314	18.055	13.685	5.680	15.141	11.697	24.485	87.571	28,3
Bosnien-Herzegowina	155.308	10.426	6.619	4.090	11.145	34.823	48.210	39.995	22,5
Niederlande	139.271	21.903	24.835	8.661	14.028	8.847	13.765	47.232	23,3
Rumänien	205.026	122.203	35.160	9.242	16.359	8.603	12.459	820	5,5
Ukraine	123.341	16.730	17.228	19.796	48.923	17.993	2.589	82	10,3
Portugal	120.560	14.451	6.668	3.245	13.287	21.400	21.567	39.942	22,5
Kosovo	157.051	21.582	17.026	8.900	31.468	41.870	28.705	7.500	14,7
Frankreich	113.885	21.206	15.588	5.915	13.707	11.579	17.745	28.145	18,9
Spanien	120.231	26.359	8.772	3.336	8.351	7.135	10.109	56.169	24,9
Vereinigte Staaten	105.068	31.069	12.498	4.432	9.266	8.426	17.091	22.286	16,7
Vereinigtes Königreich	100.385	16.059	10.770	4.049	10.337	10.810	19.038	29.322	20,7
ehem. Serbien und Montenegro ³	39.958	424	2.055	1.890	5.771	7.695	9.825	12.298	24,0
Vietnam	82.923	11.487	9.121	5.788	15.682	10.366	28.279	2.200	14,9
China	93.676	42.272	18.449	7.742	15.734	4.372	4.680	427	6,8
Irak	84.082	31.834	15.590	5.120	23.912	6.759	687	180	7,4
Bulgarien	118.759	70.225	22.103	6.912	10.262	3.168	5.143	946	5,3
Mazedonien	72.922	11.731	4.511	2.943	8.678	8.897	19.414	16.748	19,7
Marokko	63.584	11.173	8.247	4.940	10.233	5.958	11.538	11.495	16,8
Thailand	58.055	8.175	8.845	6.159	14.650	8.509	9.453	2.264	13,0
Iran	57.275	18.404	5.812	3.328	9.612	5.227	10.948	3.944	12,7
Afghanistan	61.763	27.439	4.210	2.574	12.540	8.734	5.546	720	9,0
Kasachstan	48.133	3.589	6.347	9.532	22.873	5.604	175	13	10,5
Indien	60.327	29.923	10.749	4.270	6.164	3.016	3.718	2.487	7,5
Schweiz	38.497	6.692	4.616	1.993	3.698	3.179	4.953	13.366	24,0
Libanon	34.873	4.493	4.577	2.523	5.603	4.098	12.076	1.503	15,5
Tschechische Republik	41.865	12.322	7.179	3.281	7.253	5.336	4.562	1.932	10,9
Brasilien	34.945	11.651	7.038	2.653	5.420	3.897	3.151	1.135	9,7
Syrien	40.444	16.567	5.267	2.684	8.779	3.465	3.262	420	8,3
Japan	32.738	14.136	5.047	1.958	3.865	2.058	2.845	2.829	10,1
Pakistan	35.519	13.752	4.486	2.894	4.898	3.590	4.694	1.205	9,8
Sri Lanka	26.105	3.752	2.304	1.295	4.446	5.357	8.116	835	15,6
Slowakei	35.372	14.720	7.221	3.289	5.752	2.725	1.291	374	7,3

Fonte: Migrationsbericht (idem: 298-299)

Anexo X: Viagens à Alemanha para fins de aprendizado de línguas (2005-2012)

Tabelle 3-22: Einreisen zum Zweck der Teilnahme an einem Sprachkurs sowie des Schulbesuchs von 2005 bis 2012 nach ausgewählten Staatsangehörigkeiten

Staatsangehörigkeit	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
									dar.: weiblich
Vereinigte Staaten	472	755	806	799	845	940	889	854	467
Brasilien	234	433	481	567	695	720	743	686	401
China	170	345	465	355	270	415	396	435	234
Mexiko	181	316	373	413	386	419	419	413	199
Japan	155	268	272	248	237	256	293	341	241
Korea, Republik	104	191	271	209	182	211	213	263	176
Russische Föderation	114	127	164	152	144	162	212	255	175
Kolumbien	88	200	232	353	282	281	228	196	102
Thailand	105	196	208	168	151	181	158	154	110
Türkei	113	103	116	106	98	102	108	140	57
Kanada	55	121	108	119	119	137	131	135	71
Australien	71	120	120	128	107	121	111	113	66
Argentinien	47	72	99	108	109	113	129	108	61
sonstige Staatsangehörigkeiten	1.091	1.363	1.315	1.357	1.304	1.443	1.227	1.630	836
Insgesamt	3.000	4.610	5.030	5.082	4.929	5.501	5.257	5.723	3.196

Quelle: Ausländerzentralregister

Fonte: *Migrationsbericht (idem: 90)*

Anexo XI: Imigrantes na Alemanha por país de origem (1991-2012)

Fortsetzung Tabelle 1-9: Zuzüge über die Grenzen Deutschlands nach Herkunftsländern von 1991 bis 2012

Herkunftsländ	1991 ¹	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Afrika	52.761	74.012	57.657	38.113	36.680	39.734	36.767	34.731	33.381	35.029	38.936	39.156	35.951	32.310	27.355	25.585	25.056	25.213	27.421	30.664	31.220	34.498
Ägypten	3.500	4.599	3.346	2.104	1.914	1.972	2.264	2.078	1.936	2.108	2.308	2.211	1.890	1.793	1.813	2.091	2.502	2.303	2.498	2.647	2.998	3.514
Algerien	1.930	6.050	10.725	4.302	3.006	2.756	2.766	2.717	2.524	2.670	3.121	2.990	2.440	2.084	1.556	1.348	1.392	1.448	1.602	1.530	1.574	1.598
Kamerun	902	1.606	959	584	835	1.270	1.632	1.815	1.966	1.901	2.296	2.874	2.598	2.412	2.082	1.657	1.652	1.314	1.669	1.707	1.892	1.867
Kenia	688	799	717	801	891	1.260	1.310	1.309	1.325	1.191	1.197	1.227	1.231	1.212	1.354	1.480	1.488	1.487	1.677	1.759	1.325	1.348
Marokko	6.094	6.596	5.317	3.997	3.782	4.304	4.142	4.513	5.004	5.545	6.095	6.407	6.021	4.547	4.146	3.797	3.418	3.373	3.793	3.468	3.880	4.046
Nigeria	8.749	9.031	2.564	2.341	2.467	3.233	2.471	2.001	1.570	1.607	1.695	2.078	2.241	2.324	1.805	1.844	1.799	1.725	1.934	2.093	2.083	2.007
Südafrika	3.314	3.269	3.007	2.618	2.248	2.119	2.192	2.324	2.443	2.605	2.541	2.345	1.975	1.886	1.806	1.757	1.792	2.070	1.809	1.995	2.073	1.894
Tunesien	2.905	3.200	2.643	2.539	2.301	2.212	2.116	2.477	2.480	2.663	2.817	2.685	2.579	2.767	2.476	2.521	2.179	2.059	2.037	2.154	2.868	3.391
Amerika	52.174	53.363	45.639	43.764	45.506	48.111	46.578	49.039	51.186	54.839	55.875	54.663	51.546	49.825	49.574	49.955	53.041	56.106	57.592	58.191	62.761	61.725
Brasilien	5.035	4.786	4.445	4.506	4.647	4.942	4.825	5.455	5.663	6.122	6.472	6.072	6.167	6.440	7.128	7.168	7.669	7.782	7.906	7.862	8.512	8.747
Kanada	3.901	3.822	3.311	3.151	3.448	3.371	3.429	3.340	3.620	3.973	4.012	3.833	3.971	3.690	3.735	3.395	4.378	4.654	4.855	5.106	5.362	5.419
Mexiko	1.143	1.122	1.134	1.166	1.348	1.444	1.434	1.742	1.866	2.370	2.295	2.442	2.559	2.632	2.707	3.184	3.067	3.530	3.474	3.670	4.216	4.161
Vereinigte Staaten	31.614	33.743	27.606	25.687	26.177	27.225	26.168	27.322	28.821	28.729	28.949	27.956	25.895	25.726	24.904	25.156	26.939	29.145	29.882	29.704	32.089	30.623
Asien²	83.539	189.086	213.820	224.035	228.549	206.593	183.068	144.907	152.491	165.110	181.714	162.591	134.217	112.919	94.477	83.164	83.985	91.813	104.793	110.265	123.008	133.673
Afghanistan	5.541	5.678	5.624	5.944	8.315	6.622	5.283	4.471	5.561	6.123	6.026	3.565	2.229	1.980	1.416	1.426	1.354	1.890	4.616	7.373	9.291	8.471
China	5.560	6.698	8.745	5.787	5.530	6.264	7.450	7.888	10.913	15.592	20.752	19.120	16.699	13.778	12.943	14.283	15.061	16.257	17.144	17.922	19.926	21.575
Indien	8.079	7.676	6.370	5.183	6.301	6.735	5.556	4.964	5.279	6.718	9.252	9.413	9.191	9.030	8.303	9.375	9.855	11.378	11.874	12.942	14.895	17.474
Irak	1.503	1.415	1.308	2.036	6.577	12.661	14.747	8.040	9.162	12.306	18.191	12.511	5.980	3.001	3.120	3.553	5.193	8.737	12.199	9.152	7.576	6.871
Iran	8.143	5.842	5.942	6.585	6.846	7.815	6.300	5.547	5.968	7.629	6.684	6.089	4.899	4.138	3.379	3.085	2.890	3.374	4.092	5.791	7.213	8.224
Israel	2.555	1.684	1.368	1.205	1.246	1.246	1.289	1.256	1.418	1.560	1.959	2.236	2.111	1.794	1.622	1.769	1.633	1.639	2.009	2.253	2.321	2.579
Japan	6.209	6.017	5.694	5.068	5.278	5.535	5.290	5.519	5.703	5.915	6.433	6.159	6.207	5.945	6.015	5.952	6.098	6.160	5.749	5.935	7.623	6.868
Kasachstan	86.864	107.076	85.501	131.469	123.277	98.137	83.242	56.128	54.054	54.906	53.149	45.865	32.821	24.698	15.384	4.806	3.827	3.313	3.105	2.598	2.688	2.545
dor. Deutsche	80.476	85.501	105.968	100.217	79.723	79.723	68.604	46.126	42.444	42.657	41.212	33.964	23.557	17.750	10.460	2.121	1.867	1.440	1.309	991	1.014	887
Korea, Republik	2.442	2.348	1.859	1.947	2.288	2.455	2.285	1.833	2.299	2.618	2.944	3.021	3.103	2.717	3.163	3.264	3.595	3.749	3.710	4.047	4.644	4.866
Libanon	6.284	5.518	3.587	2.431	2.645	3.569	3.108	2.811	2.776	3.414	3.076	3.331	3.409	3.013	2.374	2.937	2.607	2.705	2.855	2.748	2.879	2.894
Pakistan	5.219	5.797	4.383	3.412	4.892	4.487	4.074	3.180	3.843	3.703	3.583	3.200	3.444	3.576	2.494	2.244	2.064	2.435	2.767	3.277	5.188	6.023

Fonte: Migrationsbericht (idem: 226)

Anexo XII: População estrangeira na Alemanha por nacionalidade e sexo (2012)

Tabelle 7-12: Ausländische Wohnbevölkerung nach ausgewählten Staatsangehörigkeiten und Geschlecht am 31. Dezember 2012

Staatsangehörigkeit	insgesamt	weiblich	Anteil weiblich in %	männlich	Anteil männlich in %
Türkei	1.575.717	756.621	48,0	819.096	52,0
Polen	532.375	256.852	48,2	275.523	51,8
Italien	529.417	217.258	41,0	312.159	59,0
Griechenland	298.254	135.539	45,4	162.715	54,6
Kroatien	224.971	115.232	51,2	109.739	48,8
Rumänien	205.026	96.492	47,1	108.534	52,9
Serbien (mit und ohne Kosovo)	202.521	100.628	49,7	101.893	50,3
Russische Föderation	202.090	126.214	62,5	75.876	37,5
Österreich	176.314	83.922	47,6	92.392	52,4
Kosovo	157.051	76.004	48,4	81.047	51,6
Bosnien-Herzegowina	155.308	74.888	48,2	80.420	51,8
Niederlande	139.271	62.071	44,6	77.200	55,4
Ukraine	123.341	77.643	62,9	45.698	37,1
Portugal	120.560	54.021	44,8	66.539	55,2
Spanien	120.231	59.411	49,4	60.820	50,6
Bulgarien	118.759	55.252	46,5	63.507	53,5
Frankreich	113.885	59.871	52,6	54.014	47,4
Ungarn	107.398	40.974	38,2	66.424	61,8
Vereinigte Staaten	105.068	46.045	43,8	59.023	56,2
Vereinigtes Königreich	100.385	39.072	38,9	61.313	61,1
China	93.676	48.291	51,6	45.385	48,4
Irak	84.082	34.929	41,5	49.153	58,5
Vietnam	82.923	43.993	53,1	38.930	46,9
Mazedonien	72.922	34.747	47,6	38.175	52,4
Marokko	63.584	29.203	45,9	34.381	54,1
Afghanistan	61.763	26.364	42,7	35.399	57,3
Indien	60.327	21.678	35,9	38.649	64,1
Thailand	58.055	50.361	86,7	7.694	13,3
Iran	57.275	25.003	43,7	32.272	56,3
Kasachstan	48.133	26.162	54,4	21.971	45,6
Tschechische Republik	41.865	26.046	62,2	15.819	37,8
Syrien	40.444	17.353	42,9	23.091	57,1
ehem. Serbien und Montenegro ²	39.958	18.953	47,4	21.005	52,6
Schweiz	38.497	21.637	56,2	16.860	43,8
Pakistan	35.519	13.233	37,3	22.286	62,7
Slowakei	35.372	18.866	53,3	16.506	46,7
Brasilien	34.945	24.431	69,9	10.514	30,1
Libanon	34.873	14.309	41,0	20.564	59,0
Japan	32.738	19.391	59,2	13.347	40,8
Litauen	32.523	20.292	62,4	12.231	37,6

Staatsangehörigkeit	insgesamt	weiblich	Anteil weiblich in %	männlich	Anteil männlich in %
Sri Lanka	26.105	12.823	49,1	13.282	50,9
Korea, Republik	25.878	15.141	58,5	10.737	41,5
Tunesien	24.453	8.288	33,9	16.165	66,1
Belgien	23.846	11.506	48,3	12.340	51,7
Ghana	23.150	11.995	51,8	11.155	48,2
Slowenien	21.819	10.646	48,8	11.173	51,2
Lettland	21.790	11.739	53,9	10.051	46,1
Philippinen	19.775	16.331	82,6	3.444	17,4
alle Staatsangehörigkeiten	7.213.708	3.502.383	48,6	3.711.325	51,4

Quelle: Ausländerzentralregister, Statistisches Bundesamt

- 1 Seit Juni 2006 sind Serbien und Montenegro zwei unabhängige Staaten. Es konnten jedoch noch nicht alle Personen einem der beiden Nachfolgestaaten zugeordnet werden, so dass im AZR weiterhin Personen mit der Staatsangehörigkeit des ehemaligen Serbien und Montenegro ausgewiesen werden. Seit 1. Mai 2008 wird auch Kosovo getrennt ausgewiesen.

Fonte: *Migrationsbericht (idem: 296-297)*

Anexo XIII: União familiar na Alemanha por nacionalidade (2012)

Tabelle 3-31: Familiennachzug im Jahr 2012 nach ausgewählten Staatsangehörigkeiten

Nachzug von	Ehefrauen zu Deutschen	Ehemännern zu Deutschen	Ehefrauen zu Ausländern	Ehemännern zu Ausländern	Kindern	Elternteil	sonstigen Familienangehörigen	Familiennachzug gesamt
Türkei	1.175	2.012	1.898	795	888	540	24	7.332
Russische Föderation	2.031	327	426	65	797	246	34	3.926
Indien	130	129	2.025	61	1.209	74	6	3.634
Vereinigte Staaten	392	622	671	121	1.069	207	8	3.090
Kosovo	369	473	995	343	525	128	2	2.835
China	611	53	671	96	444	97	2	1.974
Ukraine	997	100	248	48	384	148	12	1.937
Japan	132	12	813	12	857	17	1	1.844
Marokko	621	430	242	45	86	99	4	1.527
Thailand	979	50	30	8	325	120	1	1.513
Serbien (inkl. ehem. Serbien und Montenegro)	155	200	425	212	258	201	4	1.455
Brasilien	344	123	209	27	242	124	6	1.075
Bosnien und Herzegowina	144	154	331	154	149	84	3	1.019
Tunesien	272	452	107	10	29	75	0	945
Vietnam	246	39	194	106	187	123	3	898
Korea, Republik	70	9	345	16	424	11	0	875
Iran	239	73	266	67	173	16	11	845
alle Staatsangehörigkeiten	13.802	8.054	13.156	2.902	12.369	4.290	243	54.816

Quelle: Ausländerzentralregister

Fonte: *Migrationsbericht (idem: 123)*